

# Relatório Anual 2014

RESPOSTAS E INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DOS  
COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS



# Relatório Anual 2014

RESPOSTAS E INTERVENÇÕES NO ÂMBITO  
DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E  
DEPENDÊNCIAS

## **Ficha Técnica**

Título: **Relatório Anual 2014 - Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências**

Autor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências

Morada: Avenida da República n.º 61 - do 1º ao 3º e do 7º ao 9º. 1050-189 Lisboa

Edição: Dezembro 2015

Esta informação está disponível no sítio web do Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências, <http://www.sicad.pt>.

# Preâmbulo

Iniciou-se, em 2013, um novo ciclo na abordagem ao fenómeno das drogas e toxicodependência através do alargamento do âmbito da intervenção a outros comportamentos aditivos e dependências (CAD), que incluem, não apenas as drogas ilícitas, as novas substâncias psicoativas e o álcool, mas também os medicamentos, os anabolizantes e o jogo.

É em 2014 que se procede à consolidação dos circuitos de troca de informação necessários à monitorização e avaliação das intervenções no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências, nomeadamente dando continuidade ao trabalho iniciado em 2013 no que diz respeito à implementação do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) e à elaboração do Plano de Implementação da Rede de Referência/ Articulação em CAD.

No presente documento são apresentados alguns dos aspetos mais relevantes das respostas e intervenções implementadas em 2014, no âmbito das ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016.

Enquanto Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, quero deixar uma palavra de profundo reconhecimento e agradecimento a todos os Profissionais e Serviços com responsabilidades no planeamento e implementação das políticas e intervenções nestas áreas, estando certo que o reforço da cooperação permitirá consolidar os progressos que vimos alcançando e manter o papel de referência internacional que o nosso País tem constituído.

Lisboa, 29 de dezembro de 2015

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga,  
das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool



João Castel-Branco Goulão



# Índice

Sumário Executivo .....	7
Enquadramento .....	15
Domínio da Procura.....	17
OG1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências .....	18
Domínio da Oferta .....	63
1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP .....	65
OG2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas (NSP) no mercado, através da prevenção, dissuasão e dismantelamento das redes de tráfico de drogas ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando a cooperação judiciária, policial e aduaneira, a nível interno e internacional, bem como a gestão das fronteiras.....	65
2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes.....	74
OG.3. Garantir que a disponibilização, acesso e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo. ....	74
2.1. Álcool.....	74
2.2. Medicamentos e Anabolizantes.....	75
3. Jogo .....	76
OG4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo .....	76
Áreas transversais .....	79
Og.5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.....	79
1. Informação e Investigação.....	80
OG5.1. Consolidar a infraestrutura de conhecimentos e proceder a uma análise atempada, holística e exaustiva da situação .....	80

2. Formação .....	93
Og5.2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, capacitando os profissionais dos serviços com responsabilidades na operacionalização das políticas e desenvolvimento das intervenções, de forma a permitir aumentar a qualificação e especialização das respostas nos vários contextos e áreas de intervenção . 93	
3. Comunicação.....	100
Og5.3. Contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do pnr cad, através da comunicação que fomente a partilha e disseminação da informação e a visibilidade dos resultados das ações empreendidas, tendo em vista as necessidades dos decisores políticos, dos profissionais da área e dos cidadãos..... 100	
4. Relações Internacionais e Cooperação .....	107
Og5.4. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nas instâncias internacionais que abordam o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo relações de cooperação, no âmbito dos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes. .... 107	
5. Qualidade.....	116
Og5.5 assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções ..... 116	
Gestão do Plano .....	121
1. Coordenação .....	123
2. Orçamento .....	125
3. Avaliação .....	126
Lista de siglas e abreviaturas.....	127
Índice de quadros .....	131
Índice de figuras .....	132



# Sumário Executivo

---

No que se refere ao **domínio da procura**, o cidadão constitui o centro da conceptualização das políticas e intervenções em CAD, tendo como pressuposto de base que é fundamental responder às necessidades dos indivíduos, perspectivadas de forma dinâmica no contínuo do seu ciclo de vida.

Importa referir que grande parte da intervenção na área dos CAD é realizada através das Unidades de Intervenção Local, nomeadamente Centros de Respostas Integradas (CRI), que realizam de uma forma integrada a intervenção nas áreas da prevenção, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção, Unidades de Desabituação (UD), Unidades de Alcoologia (UA) e Comunidades Terapêuticas (CT) públicas, hoje na dependência das Administrações Regionais de Saúde, I.P. No que diz respeito ao tratamento e à reinserção, e para que se possa ter a real dimensão da trabalho realizado nestas Unidades, importa consultar o movimento clínico detalhado nos Relatório Anual a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência – 2014 e Relatório Anual a Situação do País em Matéria de Álcool – 2014. Pelo que a intervenção que neste documento é plasmada, refere-se essencialmente à intervenção realizada para além desta.

No que se refere a **medidas estruturantes** destaca-se o Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) e a Rede de Referência / Articulação no âmbito dos CAD.

Em 2014, o Plano Operacional de Respostas Integradas manteve-se enquanto pilar no desenvolvimento de Programas de Respostas Integradas (PRI) através do cofinanciamento, por parte do SICAD, de projetos em áreas lacunares identificadas por diagnósticos com incidência territorial, em 2014 estiveram em execução 77 projetos a nível nacional, com a seguinte distribuição por área de intervenção 16 de prevenção, 38 de Redução de Riscos e Minimização de Danos, 2 de tratamento e 21 de reinserção. Na área da Prevenção foram abrangidas um total de 21.143 pessoas em 14 dos 16 projetos em execução. A maioria dos Projetos (11) desenvolve ações do tipo Sensibilização/Informação e de Treino de competências, 9 de Atividades educativas-culturais/lúdico-pedagógica e 10 projetos desenvolvem, ações do tipo Acompanhamento/psicossocial. Os tipos de ação onde foram abrangidos mais indivíduos foram as Campanhas de Prevenção (7.178) e Sensibilização/Informação (2.599), que habitualmente se dirigem a grupos mais alargados. No que respeita a intervenções dirigidas a grupos mais específicos, destacam-se as ações do tipo Treino de Competências (2.525),

atendimento/encaminhamento (540) e Acompanhamento psicossocial (357). Em 2014, a intervenção na área da prevenção, continua a promover o reforço de ações dirigidas a grupos específicos, nomeadamente crianças, adolescentes e jovens, manteve-se o enfoque da intervenção ao nível da prevenção seletiva e indicada. No que se refere à intervenção em Contextos Recreativos e/ou festivos foram 5 os projetos que desenvolveram atividades nestes contextos, tendo sido contactadas 7.915 pessoas. A maioria das pessoas contactadas (91%) foi em contexto de festa/festival e 9% em contexto de bar/discoteca. Relativamente à Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) cada projeto pode apresentar diferentes respostas, consoante as necessidades identificadas no diagnóstico do território, criando e mantendo em funcionamento diferentes programas ou estruturas de RRMD. Assim funcionaram em 2014, 29 Equipas de Rua, 6 Gabinetes de Apoio, 3 Centros de Abrigo/Acolhimento, 17 Programas de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência, 31 Programas de Troca de Seringas e 4 Pontos de Contacto e Informação em contexto recreativo. Foram abrangidos pelos 38 projetos de RRMD um total de 24.244 indivíduos. No âmbito do Tratamento foram desenvolvidos, na região de Lisboa e Vale do Tejo e na região Norte, dois projetos cofinanciados. A sua operacionalização foi concretizada através de Centros de Consultas, prosseguindo o acompanhamento aos utentes, por via de uma intervenção integrada, consubstanciada na forma de Consultas Individuais realizadas por Médico/ Psiquiatra, por Psicólogos, bem como outros tipos de Atendimentos. Estes projetos abrangeram um total de 1.044 utentes, tendo 270 destes recorrido aos serviços pela primeira vez. Por último, na área da Reinserção, no ano de 2014, estiveram em desenvolvimento 21 projetos cofinanciados, estes projetos abrangeram um total de 2.457 pessoas. O Acompanhamento Psicossocial constitui a base das estratégias de intervenção em reinserção, destaca-se também as ações de Treino de Competências e Treino de Competências Pré-Profissionais, desenvolvidas em 15 e 13 dos projetos, respetivamente, que visam o desenvolvimento das aptidões e capacidades individuais. As atividades educativas-culturais, lúdicas ou pedagógicas também contribuem para a aquisição de competências e estão presentes em 13 dos projetos.

No que diz respeito à **Rede de Referência/Articulação no âmbito do CAD**, em 2014 o SICAD, em articulação com os demais parceiros, elaborou o seu Plano de Implementação e de Acompanhamento no qual foram definidas as metodologias de divulgação e de organização, bem como o planeamento das ações a desenvolver, incluindo a informação, a formação, a operacionalização, a monitorização e a avaliação.

No que diz respeito à **articulação interinstitucional** destaca-se todo o trabalho realizada com parceiros públicos e privados que tem vindo a ser desenvolvido. No âmbito da intervenção da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), em 2014, foram desenvolvidas intervenções conjuntas com os Centros de Respostas Integradas em Escolas, Centros de Saúde e Projetos existentes nas comunidades, nomeadamente ao nível ações de formação conjuntas com ênfase na intervenção relativa à etapa do ciclo de vida de jovens dos 10 aos 14 anos.

No que diz respeito à intervenção em **contexto escolar** e em estreita articulação com a Direção Geral de Educação destaca-se em 2014 a inclusão da área de intervenção "Prevenção do consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas" no eixo estratégico da Capacitação.

Em 2014 foi dada continuidade ao Programa CUIDA-TE, desenvolvido pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ,I.P.) em parceria com as ARS,I.P., Direção-Geral da Saúde (DGS), DGE e SICAD, que visa a promoção da saúde juvenil e de estilos de vida saudáveis.

Ainda no âmbito do desenvolvimento de parcerias estratégicas nesta área destaca-se a realizada entre o Ministério da Defesa Nacional e o SICAD e que diz respeito à intervenção realizada junto de jovens convocados para o Dia da Defesa Nacional (DDN) onde foram ministradas sessões de sensibilização/informação organizadas pelo SICAD e com o apoio das cinco ARS, I.P. No decurso destas ações foram abrangidos cerca de 107.861 jovens oriundos dos 21 Núcleos de divulgação do DDN distribuídos pelo país.

No âmbito da **prevenção seletiva** algumas intervenções assumem abordagens específicas para se adaptar a populações com características especiais. Enquadra-se neste âmbito a intervenção desenvolvida na Casa Pia de Lisboa, I.P. junto a jovens sob a tutela da Segurança Social.

Numa perspetiva diferente, o Programa Eu e os Outros foi adotado em diferentes regiões do país como estratégia de abordagem a grupos com marcado insucesso escolar, integrando medidas curriculares alternativas, como o Cursos de Educação Formação, Projetos Integrados de Educação Formação ou enquanto estratégia de abordagem em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

Também a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), no âmbito das suas missões, e tendo em vista o aumento da sua eficácia, eficiência e da sua capacidade operacional, por forma a poder continuar a transmitir sentimento de segurança à população, têm incluindo a temática do álcool e drogas, no planeamento da sua atividade operacional. Assim, na vertente preventiva destaca-se o Programa Escola Segura, programa de âmbito nacional que inclui os estabelecimentos de educação com exceção dos universitários.

Relativamente a outros Programas de intervenção destacam-se:

- Programa Escolhas – 100% Zero, visa promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, promovendo a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social;
- 100% Cool, tem por base a prevenção e promoção de uma cultura de segurança Rodoviária associados à condução sob o efeito do álcool.

No que diz respeito à área de intervenção específica de **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, para além dos 38 projetos a funcionar destaca-se o Programa Troca de Seringas para o qual foi criada uma Comissão de Acompanhamento que integra elementos do Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA (que preside), dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., do SICAD, representantes dos Pontos Focais para a Infeção VIH/SIDA das ARS, I.P., da Associação CASO – Consumidores Associados Sobrevivem Organizados, DICAD da ARS, I.P., do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo. O número de seringas distribuídas/trocadas de janeiro a dezembro de 2014 por Centros de Saúde, CRI, equipas de rua e posto móvel foi de 1.677.329 seringas.

Nas áreas do **Tratamento** e da **Reinserção**, para além de todo o trabalho realizado no âmbito das competências das ARS, I.P. destacamos a intervenção do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), no âmbito da reparação de situações de exclusão social dos grupos associados às problemáticas da Toxicodependência, Álcool e VIH/SIDA através do atendimento, a orientação, o encaminhamento e a atribuição de apoios económicos. A intervenção nestas áreas passa também pelo encaminhamento para respostas sociais implementadas, através do modelo da cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, como os Apartamentos de Reinserção Social e as Equipas de

Intervenção Direta, no caso da toxicodependência; Grupos de Autoajuda, no caso de problemas ligados ao consumo nocivo de Álcool e o Atendimento/Acompanhamento Psicossocial, Serviços de Apoio Domiciliário e Residências para pessoas infetadas pelo VIH/SIDA.

No que diz respeito ao trabalho realizado no âmbito da Reinserção foram reportadas pelas Equipas de Reinserção dos CRI várias ações realizadas junto dos utentes, tendo em vista a facilitação do seu acesso a respostas de formação e emprego, nomeadamente ao da Formação Profissional (776 utentes em formação). No âmbito do Emprego foram diagnosticadas 4.424 necessidades tendo sido integrados 2.108 indivíduos no mercado de trabalho. No âmbito da facilitação do acesso a respostas de Formação e Emprego, importa ainda destacar o Programa Vida-Emprego, que continua a assumir uma importância vital na concretização de percursos de inserção dos utentes, em especial daqueles que apresentam maiores fragilidades no mercado de trabalho e a Bolsa de Empregadores, que permite partilhar informação relativa a empresas e outras entidades que tenham contratado ou possam vir a contratar pessoas com CAD. Em 2014 foram inseridas 62 novas entidades, totalizando, assim 1.132 potenciais empregadores registados na Bolsa.

No que diz respeito à **Dissuasão** e ao trabalho realizado pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) muito por força de uma ação articulada das forças de segurança (PSP e GNR), em 2014, num universo de 9.059 processos de contraordenações 4.112, foram aplicados a jovens e jovens/adultos não dependentes (1.943 com idades ente os 16 e os 19 anos; 2.169 com idades ente os 20 e os 24). A intervenção das CDT aposta na avaliação do risco de consumo e da saúde do indiciado, avaliação da motivação dos consumidores para a mudança de comportamento, na dissuasão dos consumos, numa maior qualidade de vida, e numa maior adesão aos apoios especializados disponíveis, sejam eles de prevenção indicada, tratamento ou reinserção.

A intervenção em **meio laboral** consiste em apoiar os trabalhadores e as empresas na minimização desta problemática, quer através da sensibilização para que se dinamizem políticas de segurança e saúde das empresas, quer na ajuda na elaboração e implementação de medidas efetivas tendentes à prevenção, redução e controle do problema. Nesta área destaca-se o trabalho desenvolvido nas Câmaras Municipais do Seixal e de Palmela, bem como a elaboração do Código de Conduta Empresas e VIH, para orientar a resposta à infeção pelo VIH nas suas vertentes de prevenção, acesso ao tratamento e não discriminação.

No que se refere a uma intervenção específica em **contexto recreativo**, em 2014, deu-se continuidade ao Projeto Kosmicare - serviço de intervenção na crise resultante do consumo de substâncias psicoativas em ambientes recreativos, desenvolvido no Boom Festival. Importa, também, dar destaque ao trabalho desenvolvido pela IREFREA Portugal, quer no âmbito do Clube *Health* ao nível da criação de condições para a concretização de um Encontro Científico dedicado à intervenção em contexto recreativo, quer ao nível do desenvolvimento do Projeto *Click for Support* integrado no grupo internacional liderado da LWL – *Coordination Office for Drug-Related Problems*.

No que diz respeito à intervenção em **contexto escolar**, destaca-se o Protocolo de Colaboração entre a DGE e a DGS, que tem como objetivo estabelecer os termos e as condições em que ambas se comprometem a colaborar a nível técnico, científico, pedagógico e logístico, no sentido de promover a Educação para a Saúde, desenvolver projetos de promoção de estilos de vida saudáveis assentes no desenvolvimento de competências sociais e emocionais, em todos os níveis da educação e ensino um Referencial de Educação para a Saúde (RES) para a educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário.

Em relação à **Linha Vida** - serviço de aconselhamento, informação e encaminhamento telefónico, foram atendidas 7.860 chamadas no ano de 2014.

Por ultimo e no que diz respeito ao **Fórum Nacional Álcool e Saúde** (FNAS) enquanto plataforma integrada de discussão sobre os problemas ligados ao álcool, foram submetidos em 2014 um conjunto de 74 novos compromissos apresentado por 52 entidades diferentes. Nesta área, importa também referir o acompanhamento e monitorização da implementação da legislação do álcool aprovada em 2013.

Em relação ao Jogo o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P. deu continuidade as seguintes ações:

- Reforço da componente informativa dos jogadores;
- Desenvolvimento de práticas de jogo responsável.

No **domínio da oferta**, a diminuição da disponibilidade e do acesso às substâncias ilícitas tradicionais e às novas substâncias psicoativas, a regulação e regulamentação do mercado das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva fiscalização e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da internet, constituem o centro das políticas e intervenções, assente no pressuposto da cooperação nacional e internacional.

Neste sentido, a Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCET), atribuiu especial relevância à **cooperação nacional e internacional**, à fiscalização e controlo das fronteiras e à investigação criminal do tráfico organizado e das redes criminosas que o desenvolvem, quer a nível interno, quer, muito particularmente, a nível transnacional, área em que Portugal assume especiais responsabilidades no contexto europeu.

No que se refere à cooperação internacional, com as autoridades policiais e outros países em investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos, no decurso do ano de 2014, desenvolveram-se várias investigações que impuseram a articulação, e coordenação de esforços com congéneres estrangeiras e agências internacionais. Foram realizadas 5 reuniões operacionais e 2 de coordenação. Para além do referido foi ainda realizada a operação FULECO sob a égide da *European Law Enforcement Organisation* (Europol).

Também, neste âmbito a PJ, na abordagem ao fenómeno do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e seus precursores participou em diversas reuniões, conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho e projetos. No que diz respeito ao trabalho realizado pela Guarda Nacional Republicana, durante o ano de 2014, foi implementado pela GNR o projeto denominado *Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo* (SIVICC) que abrangeu a totalidade do território nacional.

No que se refere ao desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos regulares, com incidência nas zonas costeiras e insular foram desenvolvidas pela AMN 24 operações conjuntas. A GNR contribuiu para esta ação no âmbito do FRONTTEX com a realização de 2.592 ações. No âmbito da participação da PJ no MAOC-N, tem-se procedido ao tratamento e monitorização de inúmeras embarcações sob suspeita (na sua maioria no âmbito da cooperação internacional) de estarem a ser utilizadas no tráfico transcontinental, através da coordenação de ações policiais com agências policiais congéneres, que têm resultado na apreensão de quantidades bastante significativas de cocaína.

No âmbito das ações de controlo, vigilância e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos foram executadas pela PSP 34 ações. No que concerne aos aeroportos internacionais de Lisboa, Porto, Faro e Funchal a PJ dispõe de elementos aí destacados em permanência. Em 2014 foram identificados pela PJ, um total de 5.575 intervenientes relacionados com tráfico de estupefacientes, dos quais 4.571 detidos (82%), detidos estes que integravam os vários grupos criminosos investigados, parcial ou integralmente desarticulados no nosso país. Destes detidos, 757 (16%) tinham nacionalidade de países estrangeiros sendo portugueses os restantes 84%.

Em relação ao reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias a GNR realizou, no âmbito do Núcleo Escola Segura (NES), 10.507 ações em escolas. No âmbito do Policiamento de Proximidade foram desenvolvidas, pela PSP, no ano letivo 2013/2014 785 ações de prevenção.

Também, entre as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta da PJ [no âmbito do tráfico] e a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) tem-se estabelecido a cooperação necessária para a avaliação da eventual ligação entre os dois fenómenos, tendo como referência o ano de 2014, não foi colhido qualquer elemento a partir do qual se vislumbrassem ligações objetivas entre a produção e o tráfico de drogas e o financiamento do terrorismo.

No que diz respeito à prevenção e controlo da entrada e circulação de estupefacientes, bem como de outras substâncias ilícitas em **meio prisional** e em relação ao aumento do número de buscas e revistas, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos, a DGRSP realizou, durante o ano de 2014, 271 Buscas e 291 Revistas.

No que se refere à atividade de deteção de substâncias a DGRSP procede ao registo de todos os funcionários e utentes, bem como, de todas as viaturas que circulam no interior dos estabelecimentos prisionais. Em 2014, intensificaram-se as ações com recurso a meios cinotécnicos.

A DGRSP realiza testes de despistagem de consumos, especialmente aos reclusos que regressam de saídas jurisdicionais ou de licenças de curta duração e de todos os reclusos que beneficiam de visitas íntimas.

No que diz respeito à manutenção das ações inspetivas e de fiscalização aos espaços ou estabelecimentos nos quais exista a suspeita de serem disponibilizadas, para consumo humano, Novas Substâncias Psicoativas que possam apresentar perigo para a vida humana ou a saúde pública foram realizadas pela PSP 844 ações de fiscalização e pela GNR 280 ações.

No que diz respeito às **áreas transversais**, nomeadamente em relação **à Informação e Investigação** os indicadores disponíveis sobre as atividades realizadas em 2014 apontam para um resultado global muito positivo.

É de assinalar o reforço da articulação entre os *stakeholders* no âmbito deste Tema Transversal, designadamente a nível do trabalho em rede desenvolvido no âmbito da investigação e do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências e das redes de investigadores.

Em 2014, foram desenvolvidos diversos estudos enquadrados nas linhas de investigação previstas nesta Ação, dos quais apenas alguns se destacarão aqui:

- Estimativa do Consumo Problemático / de Alto Risco de Drogas. Portugal Continental/2012 (SICAD);
- Estimativa do Consumo de Alto Risco de Cannabis. Portugal 2012 (SICAD);
- Os Jovens, o Álcool e a Lei. Consumos, atitudes e legislação (SICAD);
- *Health Behaviour in School – Aged Children*, A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Tempos de Recessão – Dados Nacionais 2014 (Equipa Aventura Social da FMH/UTL, DGS)
- Consumo e Representações Sociais do Álcool. Inquérito ao público jovem presente no Rock in Rio – Lisboa 2014 (SICAD);
- Consumos, Representações e Perceções das Novas Substâncias Psicoativas entre Estudantes Universitários, 2014 (SICAD);
- Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional, 2014 (SICAD, DGRSP e CIEG /ISCSP/UL).

Já na área da **Formação e Comunicação** e tendo em consideração a imprescindibilidade na aquisição e consolidação dos conhecimentos nesta área a Formação continua a merecer o investimento dos vários atores envolvidos nesta problemática, assim em 2014, foi consolidado e atualizado o diagnóstico das necessidades de formação em matéria de CAD dos profissionais que integram as ARS, I.P. e o SICAD.

Foram disponibilizados 8 cursos de formação por parte do SICAD e 28 da responsabilidade das ARS, I.P. Salienta-se o ajustamento de cursos sobre Problemas Ligados ao Álcool no formato de sensibilização e de formação, o Curso Novas Substâncias Psicoativas, o Curso de Intervenção e Mediação Social, o Curso sobre Prevenção e Intervenção em CAD no contexto laboral, o Curso Descriminalização e Dependências e a nova edição da Formação em Dependências sem Substância – Jogo. Foi ainda no contexto da implementação das Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão, que pressupõem uma avaliação rigorosa do perfil do indiciado, utilizando como procedimento a aplicação de instrumentos de rastreio e de avaliação, que se conceptualizou o Curso ASSIST e Intervenções Breves – Supervisão.

Em 2014, realizaram-se nas Forças Armadas as ações de formação previstas em sede do Programa Para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas

Também, durante o ano de 2014, considerando a formação de professores/ aplicadores do projeto “Eu e os Outros” foi possível apurar 31 ações formativas, com um total de 425 formandos. O indicador referente ao total de horas formativas regista um total de 779,30 horas e volume formativo global de 10.703, 30 horas realizadas.

No que diz respeito à área da comunicação, destaca-se em 2014, uma aposta na melhoria páginas eletrónicas institucionais e no desenvolvimento de conteúdos em plataformas para disseminação *online*.

Ainda neste âmbito foram organizados vários eventos, para o efeito, destacam-se:

- Kick Off Meeting no âmbito da ação comum RARHA;
- Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- Apresentação pública do estudo Consumos em Meio Laboral, Resultados do III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral;
- Conferência ERANID - *Lisbon Invitational International Consultation*;

- Encontro Técnico-Científico “Consumos Aditivos em Meio Laboral, na sequência do protocolo existente entre o ex-IDT, I.P e a Autoridade para as Condições de Trabalho (posteriormente renovado SICAD/ACT) e do trabalho desenvolvido com os parceiros do Grupo Restrito de Intervenção em Meio Laboral.;
- XXVII Encontro das Taipas centrado no tema “Envelhecimento e Dependências”;
- II Encontro CRI Porto Central – 25 anos ET de Cedofeita - “Percurso de Inovação, Criatividade e Conhecimento”;
- II Encontro CRI Porto Oriental – “Evocar o passado, preparando o futuro: 25 anos a cuidar”.

Em relação às **Relações Internacionais e Cooperação**, no que diz respeito à representação nacional em matéria de CAD, o SICAD desenvolve diversas atividades que incluem a recolha, análise e disseminação da informação, a elaboração de vários relatórios de implementação e a participação nas reuniões regulares e grupos de trabalho sobre temas específicos, respondendo, desta forma às solicitações dos diversos organismos internacionais, nomeadamente:

- Grupo Horizontal Drogas (GHD) – grupo transpilar do Conselho da União Europeia (UE) responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas;
- Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da EU;
- Representação nacional no Grupo Pompidou do Conselho da Europa;
- Ligação à OEDT enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX).

Em matéria de política de álcool, o SICAD acompanhou os trabalhos desenvolvidos no quadro da União Europeia, designadamente, nas diversas reuniões do Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA) e nas reuniões do Fórum Europeu Álcool e Saúde bem como Coordena a Ação conjunta “*Reducing Alcohol Related Harm (RARHA)*”.

No contexto da Nações Unidas, o SICAD, o MNE e o INFARMED, I. P. participaram na sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas, *Commission on Narcotics Drugs (CND)*.

Destaca-se, ainda, a participação de representantes da Autoridade Tributária e da PJ/UNCTE em diversos projetos de cooperação internacional.

Por último ao nível da **Qualidade**, para além de todo o trabalho desenvolvido na procura da melhoria contínua da intervenção em CAD destaca-se, em 2014, o trabalho realizado no âmbito do IPQ – Comissão Sectorial da Saúde/09, nomeadamente, as Recomendações para a intervenção em Meio Laboral e as Recomendações para a Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências. Neste sentido foi constituído um Grupo de Trabalho que integra elementos das Ordens dos Psicólogos, Enfermeiros e Médicos, da SPMT, ACT, ERS e DGS, para além de elementos do SICAD.

Para além desta iniciativa foram, ainda elaboradas Linhas de Orientação em várias áreas de intervenção em CAD que têm como objetivo harmonizar práticas de atuação com vista a uma maior eficácia das respostas dadas.



# Enquadramento

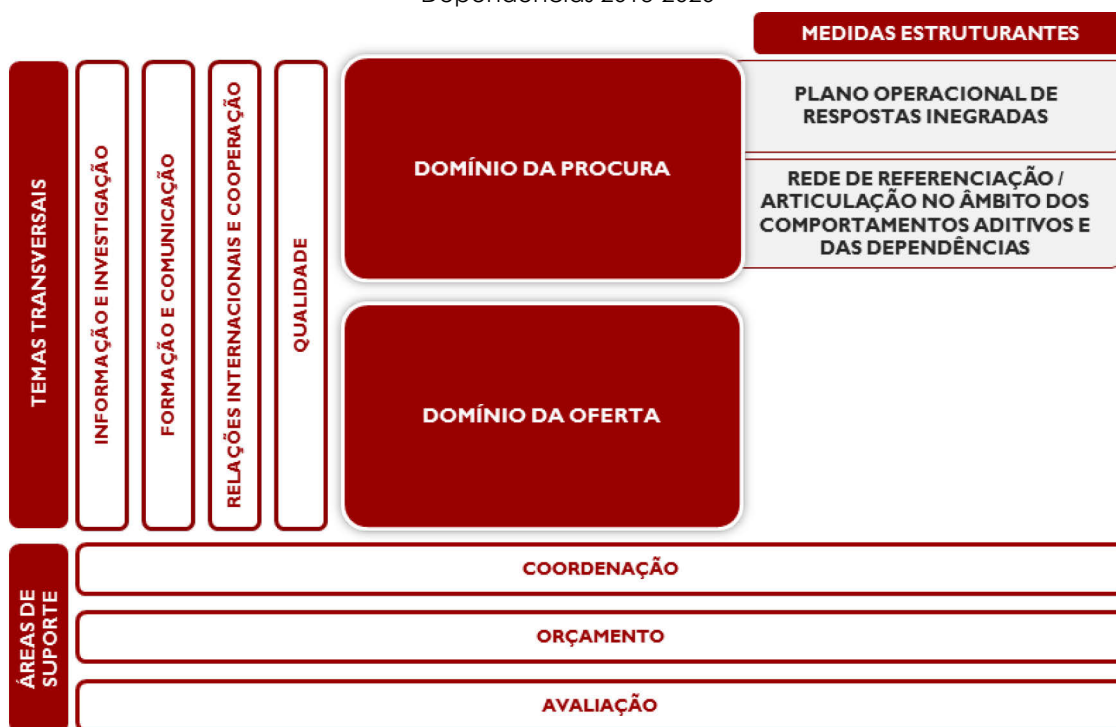
---

É da responsabilidade do Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, a apresentação à Assembleia da República, em nome do Governo Português, um relatório anual sobre a atividade realizada no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências. Assim, procurou-se, no presente documento, sistematizar a informação relativa às respostas e intervenções realizadas por todos os parceiros envolvidos, tendo como referencial as ações previstas no Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016. Este plano decorre do documento enquadrador da intervenção para esta área, designado Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD 2013-2020).

O PNRCAD 2013-2020 constitui-se como um reforço importante no domínio das políticas e serviços de saúde, na medida em que as problemáticas associadas aos CAD encerram riscos e custos às quais é importante fazer face pelas repercussões e impacto que têm na vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade.

O PNRCAD 2013-2020 é um Plano Interministerial que aborda a temática dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) numa ótica balanceada entre o domínio da procura, que contempla as diferentes etapas do ciclo de vida e no qual são destacadas as medidas estruturantes, e o domínio da oferta. Inclui, ainda, temas transversais relacionados com a importância de atualização permanente da informação e do conhecimento, com a capacitação dos profissionais através da formação e comunicação, com a cooperação internacional e com a qualidade. Elementos comuns são as áreas de suporte, como a coordenação, o orçamento e a avaliação.

**Figura 1-** Estrutura do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020



Fonte: SICAD

O PNRCAD com um horizonte temporal de 8 anos desdobra-se em dois Planos de Ação, cada um com um horizonte temporal de 4 anos. O texto que a seguir se apresenta pretende descrever as respostas e intervenção realizadas, em 2014, no âmbito das ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (PARCAD) 2013-2016. Esta descrição das intervenções e atividades realizada é elaborada a partir dos contributos recolhidos junto dos parceiros com responsabilidade direta na execução do PARCAD.

# Domínio da Procura

---

No que se refere ao domínio da procura, é o cidadão que constitui o centro da conceptualização das políticas e intervenções nos CAD, tendo como pressuposto de base que é fundamental responder às necessidades dos indivíduos, perspectivadas de forma dinâmica no contínuo do seu ciclo de vida.

A abordagem por ciclo de vida permite dar maior enfoque na elaboração de *guidelines* de intervenção assim como rentabilizar os recursos disponíveis, permitindo a hierarquização e priorização das intervenções e ainda modular a definição de políticas e implementação das intervenções, de acordo com as condições socioeconómicas e tendências sociais e orientar as estratégias de intervenção de acordo com os públicos-alvo.

Pretende-se, assim, desenvolver intervenções globais e abrangentes que integrem um contínuo que vai da promoção da saúde, prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos (RRMD), ao tratamento e à reinserção social. A par dos tipos de intervenção identificados e da existência de maiores vulnerabilidades, que caracterizam diferentes grupos, o enfoque e a priorização das ações tem em conta os níveis de risco nesses diferentes grupos populacionais. Complementarmente, perspectiva-se uma abordagem por contextos - familiar, comunitário, escolar (básico, secundário, ensino profissional e universitário), laboral, recreativo, desportivo, rodoviário e prisional, onde a intervenção possa ser mais pertinente e necessária.

Naturalmente, tais intervenções desenvolvem-se de acordo com o quadro legal em vigor no que se refere ao uso e abuso de substâncias psicoativas licitas, ilícitas e ao jogo, e pretendem promover a saúde e o acesso dos indivíduos aos cuidados e serviços de que efetivamente necessitam, tendo tradução no aumento de ganhos em saúde e bem-estar social.

## **OG1. PREVENIR, DISSUADIR, REDUZIR E MINIMIZAR OS PROBLEMAS RELACIONADOS COM O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, OS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E AS DEPENDÊNCIAS**

**OE1.** Reduzir os comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas, fornecendo as competências e informação necessárias para (...)

**OE2.** (...) evitar ou retardar a iniciação ao consumo de substâncias, identificando precocemente padrões de comportamento desadaptativo predisponentes ao desenvolvimento de CAD, nomeadamente padrões de consumo de substâncias psicoativas como o *binge drinking* e /ou embriaguez

### **Ação 1. Promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais**

Ao longo do ano de 2014 a intervenção preventiva de carácter continuado e estruturado foi desenvolvida por diferentes atores da rede social, desde estruturas da administração pública (ex. **Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências** (SICAD), **Administrações Regionais de Saúde, I.P.** (ARS,I.P.), **entre outras**) a **não-Governamentais**. As intervenções tiveram diferentes enquadramentos desde o Plano de Ação das entidades estatais, ao Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) ou a respostas locais desenvolvidas no âmbito de iniciativas autárquicas ou de respostas autónomas desenvolvidas por entidades privadas. Na impossibilidade de fornecer dados em relação a todas as intervenções, listaremos seguidamente alguns dos programas que foram desenvolvidos ao longo de 2014 e as entidades por eles responsáveis:

- Crianças até aos 9 anos: Programa “Prevenir em Coleção” (ARISCO), Programa “Aventura na Cidade” (ARISCO), Programa “E Agora Ruca?” (Nuno Marreiros), Programa “Vamos Cuidar de Nós” (Associação Prevenir), Programa “Crescer a Brincar” (Associação Prevenir), Programa “PrÉ: Programa de Competências” (Associação Prevenir);
- Jovens dos 10 aos 14 anos: Programa “Eu e os Outros” (SICAD/ARS,I.P./RA Açores), Programa “Trilhos” (SICAD/ARS,I.P.), Programa “Atlante” (Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) da ARS Algarve, I.P., RA Madeira), Programa “Tu Decides” (IREFREA), Programa “Aventura na Cidade” (ARISCO), Dream Teens (Aventura Social), Programa “Eu Passo” (Associação Prevenir);
- Jovens dos 15 aos 19 anos: Programa “Eu e os Outros” (SICAD/ARS,I.P./RA Açores), Programa “Trilhos” (SICAD/ARS,I.P.), Programa Atlante (DICAD da ARS Algarve, I.P., RA Madeira), Programa “Tu Decides” (IREFREA), Programa “Aventura na Cidade” (ARISCO), Programa “Castelos de Risco” (ARISCO), Dream Teens (Aventura Social);
- Jovens dos 20 aos 24 anos: Antes que te Queimes (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra);
- Adultos dos 25 aos 64 anos: Em busca do tesouro das Famílias (GAF/Ana Melo), Anos Incríveis (Faculdade de Psicologia / Universidade de Coimbra);
- Adultos acima de 65 anos: Programa “Pró-Bem” (Associação Prevenir).

### Crianças até aos 9 anos / Jovens dos 10 aos 14 anos

Visando a promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais, e no âmbito da intervenção da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCCJ), em 2014, foram desenvolvidas intervenções conjuntas entre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), os Centros de Respostas Integradas (CRI), Escolas, Centros de Saúde e Projetos existentes nas comunidades, nomeadamente ações de formação conjuntas com ênfase na intervenção relativa à etapa do ciclo de vida de jovens dos 10 aos 14 anos.

### Crianças até aos 9 anos / Jovens dos 10 aos 14 anos / Jovens dos 15 aos 19 anos

A revisão do **Programa Nacional de Saúde Escolar** iniciou-se em outubro de 2013 tendo os trabalhos decorrido durante o ano de 2014. No eixo estratégico da Capacitação, uma das áreas de intervenção é a Prevenção do consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, bem como de comportamentos aditivos sem substância. A avaliação será feita através de 3 indicadores que monitorizam anualmente os grupos escolares de alunos do 5.º, 7.º, 10.º e 12.º anos. Esta área contou com a colaboração do **SICAD** e da **DICAD da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.** O Protocolo contempla todas as áreas da promoção e educação para a saúde.

As crianças e jovens vítimas de maus tratos detetadas na escola são sinalizadas para os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e acompanhadas em contexto escolar.

Para apoiar as escolas na adoção do conceito de Escola Promotora de Saúde<sup>1</sup>, a Direção-Geral da Educação (DGE) lançou, no ano letivo de 2014-15, o **Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde** (PAPES) com as seguintes finalidades:

- Promover a literacia em saúde;
- Promover atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis;
- Valorizar comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis;
- Criar condições ambientais para uma Escola Promotora de Saúde;
- Universalizar o acesso à educação para a saúde em meio escolar;
- Qualificar a oferta da educação para a saúde em meio escolar;
- Consolidar o apoio aos projetos em meio escolar.

O PAPES tem enfoque nas seguintes áreas:

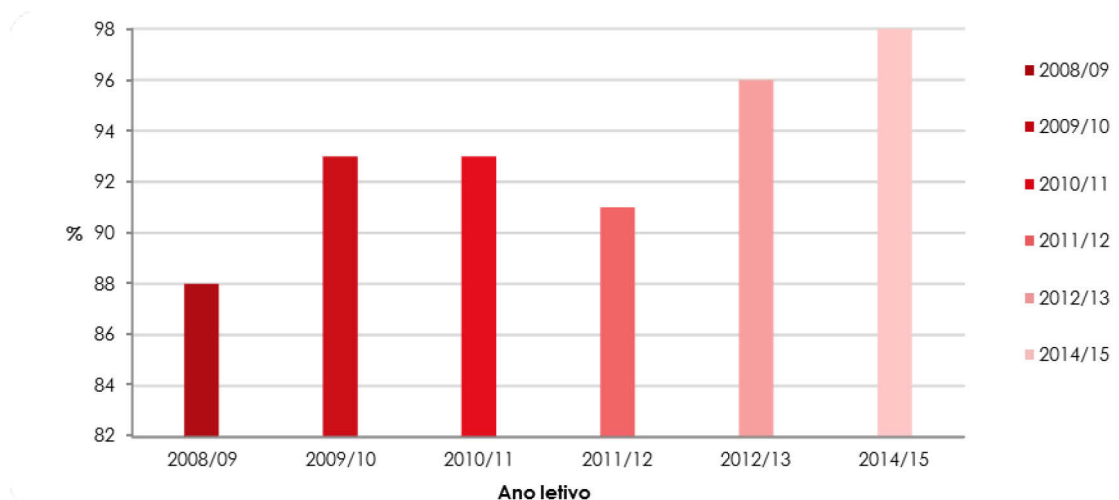
- Saúde Mental e Prevenção da Violência;
- Educação Alimentar e Atividade Física;
- Comportamentos Aditivos e Dependências;
- Afetos e Educação para a Sexualidade.

<sup>1</sup> Escola Promotora da Saúde (EPS) enquanto um espaço em que todos os membros da comunidade escolar trabalham, em conjunto, para proporcionar aos alunos, professores e funcionários, experiências e estruturas integradas e positivas que promovam e protejam a saúde. (in PAPES, Direção Geral da Educação).

Quando analisada a evolução da abordagem das principais áreas temáticas ao longo dos anos dos projetos Promoção e Educação para a Saúde (PES), constata-se um aumento significativo na importância atribuída aos comportamentos aditivos e dependências (CAD) e, sobretudo, à saúde mental e prevenção da violência.

Observando a evolução da frequência de abordagem da área temática prevenção dos comportamentos aditivos e dependências, conclui-se que em 2014/2015 se registou um aumento da sua frequência, atingindo o valor mais elevado (98%; n=486) dos últimos 5 anos.

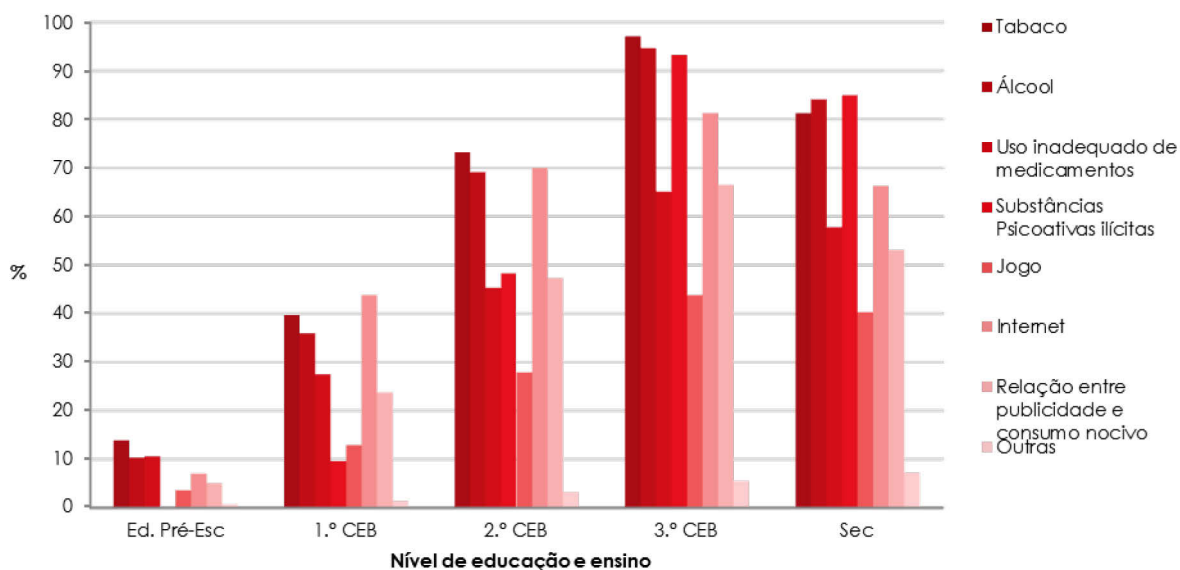
**Figura 2** - Evolução da frequência de abordagem da Prevenção dos comportamentos aditivos e dependências ao longo de 6 anos de PES



Fonte: Relatório 2014/15 do Programa de Apoio a Projetos de Educação para a Saúde; Direção Geral da Educação

Ao nível da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências, o subtema tabaco é o mais trabalhado na educação pré-escolar e nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos (13,9%, 39,7%, 73,2% e 97,1%), enquanto no ensino secundário, o subtema mais trabalhado é substâncias psicoativas ilícitas (85%).

**Figura 3** - Distribuição dos temas abordados no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências por níveis de educação/ensino



Fonte: Relatório 2014/15 do Programa de Apoio a Projetos de Educação para a Saúde; Direção Geral da Educação

**Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos**

O **Programa CUIDA-TE**, desenvolvido pelo **Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.** (IPDJ,I.P.) em parceria com as **ARS,I.P., Direção-Geral da Saúde (DGS), DGE e SICAD**, visa a promoção da saúde juvenil e de estilos de vida saudáveis. É dirigido a todos os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos, professores, pais, dirigentes associativos, profissionais de saúde e outros que desenvolvem atividades nesta área.

Tem como objetivos gerais educar para a saúde, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências nesta área, de forma global e integradora, interrelacionando as suas diferentes componentes: somáticas, psicoafectivas e sociais e estudar, partindo dos diagnósticos que forem feitos aos jovens no âmbito deste programa, os estilos de vida dos adolescentes, os principais indicadores do seu estado de saúde e os seus comportamentos face à sexualidade, com o intuito de melhorar e adaptar as intervenções nesta área.

As áreas de atuação são:

- Promoção da saúde global dos jovens nas suas várias dimensões;
- Fomento da prática de exercício físico regular, da prática de uma alimentação saudável e da assunção de estilos de vida saudáveis e responsáveis;
- Prevenção dos consumos nocivos;
- Promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Tem 5 medidas de ação:

- **Medida 1 – Unidades Móveis** - Cinco Unidades Móveis, uma por Direção Regional do IPDJ,I.P., devidamente apetrechadas, deslocar-se-ão a escolas e outros locais com presença de jovens em número significativo, como sejam locais de diversão diurnos e noturnos, mostras, feiras e outras iniciativas similares para sensibilização, informação e aconselhamento sobre as temáticas centrais deste programa.
- **Medida 2 – Formação** – Serão ministrados pacotes de formação presencial e de e-learning, dirigidos circunstanciadamente a cada um dos públicos que constituem os destinatários do presente programa.
- **Medida 3 – Teatro debate** - São disponibilizadas peças de teatro debate sobre vários temas relacionadas com a prevenção da saúde, que estimulem a reflexão e debate sobre as temáticas que são consideradas prioritárias neste programa.
- **Medida 4 – Gabinetes de Saúde Juvenil** - Espaços de atendimento gratuitos, anónimos e confidenciais, na área da saúde.
- **Medida 5 – Apoio a projetos** - São apoiados financeiramente projetos em prol da promoção da saúde dos jovens.

Do funcionamento destas iniciativas expõem-se os resultados<sup>2</sup>, nos anos de 2013 e 2014, por contextos:

**Quadro 1** - Resultados da implementação das 5 medidas de ação, nos anos de 2013 e 2014

Contexto	Ciclo de vida	Indicador	Resultado 2013	Resultado 2014	Iniciativas
Escolar	15-19	N.º de projetos	50	58	Medida 1 e 3 do Cuida-te
		N.º de jovens	5059	5429	
Recreativo		N.º de projetos	13	7	Medida 1 e 2 do Cuida-te
	15-19	N.º de jovens	350	250	
	20-24	N.º de jovens	77	106	
Universitário		N.º de projetos	1	2	Medida 1 do Cuida-te
	15-19	N.º de jovens	275	434	
	20-24	N.º de jovens	188	554	
Outro	15-19	N.º de atendimentos	274	292	Medida 4 do Cuida-te
	20-24	N.º de atendimentos	110	58	

Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

#### Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos / Adultos acima de 65 anos

A **intervenção em meio laboral** consiste em apoiar os trabalhadores e as empresas na minimização desta problemática, quer através da sensibilização para que se dinamizem políticas de segurança e saúde das empresas, quer na ajuda na elaboração e implementação de medidas efetivas tendentes à prevenção, redução e controle do problema.

A intervenção em contexto laboral continuou a desenvolver-se tal como previsto na **Câmara Municipal do Seixal** e de **Palmela**, numa empresa do sector público empresarial, e em empresas ligadas à indústria agropecuária e serviços, tendo sido planeadas e realizadas 5 ações de sensibilização que abrangeram cerca de 100 trabalhadores. Parte dessas ações desenvolveram-se ao abrigo do projeto europeu **European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment** (EURIDICE).<sup>3</sup>

No que diz respeito às diferentes Unidades Militares, realizaram-se em 2014, através dos respetivos Núcleos de Apoio ao Comando (NAC), sessões de informação e esclarecimento sobre a problemática da toxicodependência e do alcoolismo, promovendo-se a divulgação do **Programa de Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas** (PPCDAFA).

Relativamente à Unidade de Tratamento Intensivo das Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA) este serviço comum das Forças Armadas (FA) realizou palestras de sensibilização em diferentes órgãos das FA que corresponderam a 62 horas de formação, abarcando um universo de 480 formandos.

No Exército, complementarmente, procedeu-se à divulgação do PPCDAFA, de Diretivas Internas orientadoras do Programa de Prevenção e do Plano de Atividades aprovado, através dos canais adequados, reforçados pela respetiva partilha na rede informática, nomeadamente

<sup>2</sup> Mais informação sobre outras atividades e resultado no âmbito do Projeto CUIDA-TE nas Ações 4 e 23.

<sup>3</sup> Mais informação sobre esta intervenção na Ação 95.



INTRANET e WISE do Ramo. Neste âmbito foram igualmente realizadas, em diversas Unidades/Estabelecimentos e Órgãos do Ramo 57 palestras no sentido de alertar os militares para esta temática. O Gabinete Técnico de Toxicodependências participou ainda em palestras nos cursos de segurança militar e de promoção para Oficiais e Sargentos.

Ao nível da Força Aérea foram realizadas várias ações de sensibilização nas Unidades para o problema das toxicodependências e alcoolismo, envolvendo operadores de prevenção, médicos e psicólogos, bem como ações de sensibilização nos diversos cursos de formação ministrados na Academia da Força Aérea e no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea.

Ainda no âmbito do desenvolvimento da parceria entre o **Ministério da Defesa Nacional** (MDN) e o **SICAD**, no **Dia da Defesa Nacional** (DDN), foram ministradas sessões de sensibilização/informação organizadas pelo SICAD e com o apoio das cinco **ARS, I.P.** com o objetivo de sensibilizar os jovens com 18 anos convocados para o DDN, para a problemática dos Comportamentos Aditivos e Dependência. No decurso destas ações foram abrangidos cerca de 107.861 jovens oriundos dos 21 Núcleos de divulgação do DDN distribuídos pelo país<sup>4</sup>.

De referir ainda que, dos 925 dias previstos pela coordenação do DDN, a saúde garantiu a cobertura de 613 dias, correspondendo a uma percentagem de 66% da totalidade das ações. Nesta intervenção foram envolvidos 141 técnicos que despenderam 1.873 horas em ação direta com os jovens.

### **Ação 3. Incremento da articulação e da qualidade de respostas específicas, para os diversos tipos de intervenção e contextos, englobando populações com características particulares, nomeadamente crianças e jovens em risco, população prisional, migrantes e cidadãos em situação de exclusão**

No âmbito da prevenção seletiva algumas intervenções assumem abordagens específicas para se adaptar a populações com características especiais. Enquadra-se neste âmbito a intervenção desenvolvida na Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL, I.P.) no âmbito dos CAD junto a jovens sob a tutela da Segurança Social.

Numa perspetiva diferente, o **Programa Eu e os Outros** foi adotado em diferentes regiões do país como estratégia de abordagem a grupos com marcado insucesso escolar, integrando medidas curriculares alternativas, como o Cursos de Educação Formação (CEF), Projetos Integrados de Educação Formação (PIEF) ou enquanto estratégia de abordagem em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Este tipo de intervenção correspondeu a 11% da intervenção desenvolvida com este programa. Na Região Norte um trabalho específico começou a ser desenvolvido com Lares Tutelares de menores no sentido de capacitar os seus técnicos para a abordagem aos CAD com a sua população alvo com base no Programa Eu e os Outros.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Mais informação na Ação 97.

<sup>5</sup> Mais informação sobre o Programa na Ação 5.

O Projeto de **Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas - Casa Pia de Lisboa** é desenvolvido desde 2005 numa parceria entre a **CPL, I.P.** e o **SICAD**. Trata-se de um projeto de investigação-ação, no âmbito da intervenção seletiva e indicada em meio escolar, junto de jovens institucionalizados e pretende contribuir para o desenvolvimento saudável dos educandos da CPL, I.P. numa perspetiva integrada e compreensiva. O objetivo do projeto é a implementação de um modelo de intervenção preventiva, adequada às necessidades e características dos grupos-alvo (educandos, famílias e agentes socioeducativos) dos oito Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) da CPL,IP. Na sequência das alterações organizacionais que tiveram lugar em 2012 nas Instituições parceiras que integram o programa e face à nova arquitetura organizacional criada para a intervenção em CAD, que prevê responsabilidades partilhadas pelo SICAD e as ARS,I.P., foi também sentida a necessidade de redefinir o Acordo de Cooperação entre a Casa Pia, o SICAD e a **ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.**, através da DICAD. Assim, em 2014 verificou-se a necessidade de avaliar e elaborar uma proposta de redefinição do programa. Dessa reflexão resultou a elaboração conjunta entre CPL,I.P., SICAD e ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. de um novo Acordo de Cooperação, cuja assinatura a realizar em 2015.

No que se refere à intervenção dirigida a crianças e jovens em risco, a **CNPDPJ**, propôs a criação de um **Protocolo de Cooperação** com a **DGS**, O **SICAD** e as 5 **ARS,I.P.**, aguardando-se, ainda, pelos contributos de um dos outorgantes a fim de o mesmo poder ser celebrado por todos os intervenientes.

Em termos da intervenção do **Instituto da Segurança Social, I.P.** (ISS, I.P.), no âmbito da reparação de situações de exclusão social dos grupos associados às problemáticas da Toxicodependência, Álcool e VIH/SIDA salientam-se o **atendimento**, a **orientação**, o **encaminhamento** e a **atribuição de apoios económicos**. A intervenção nestas áreas passa também pelo **encaminhamento para respostas sociais** implementadas, através do modelo da cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, como os Apartamentos de Reinserção Social (ApRS) e as Equipas de Intervenção Direta (EID), no caso da toxicodependência; Grupos de Autoajuda, no caso de problemas ligados ao consumo nocivo de Álcool e o Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP), Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) e Residências para pessoas infetadas no âmbito do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e Sida. De salientar ainda, no que toca particularmente à área da toxicodependência, o papel do ISS,I.P. no **pagamento de medicação e de mensalidades em instituições de tratamento** nomeadamente Comunidades Terapêuticas (Despacho Conjunto n.º 261 – A/99, de 24 de Março, Despacho n.º 18683/2008, de 14 de Julho e, mais recentemente, Despacho n.º 16938 de 31 de Dezembro de 2013). Para uma perceção mais sistematizada da intervenção do ISS, I.P., durante o ano de 2014, no que respeita às áreas da toxicodependência, Alcoolismo, VIH e SIDA, destaca-se a seguinte grelha síntese:

**Quadro 2 - Síntese das áreas da Toxicodependência, Alcoolismo, VIH e Sida (2014)**

	Toxicodependência	Alcoolismo	VIH e Sida
<b>Nº de Beneficiários</b>	10702	10877	6154
<b>Sexo (nº e %)</b>	Masculino: N° 8876 (82,9%) Feminino: N° 1826 (17,1%)	Masculino: N° 8989 (82,6%) Feminino: N° 1888 (17,4%)	Masculino: N° 3785 (61,5%) Feminino: N° 2369 (38,4%)
<b>Escalão Etário (Nº e %)</b>	35-54 anos: N° 8110 (75,7%)	35-54 anos: N° 6354 (58,4%)	35-54 anos: N° 4595 (74,6%)
<b>Escalão Civil (Nº e %)</b>	Solteiro: N° 7239 (67,6%)	Solteiro: N° 4170 (38,3%)	Solteiro: N° 3578 (58,1%)

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Assim, em Portugal continental estiveram em funcionamento, em 2014, **26 Apartamentos de Reinserção Social**, distribuídos por 12 Distritos, desenvolvidas com acordo de cooperação com o ISS, I.P. que abrangeram o apoio a **233 indivíduos**.

A resposta social **Equipas de Intervenção Direta** está distribuída por 8 distritos, encontrando-se a funcionar **26 Equipas**, com acordo de cooperação com o ISS, I.P., sendo que os acordos de cooperação não preveem o número de utentes abrangidos mensalmente, uma vez que o número de utentes desta resposta social é imprevisível e variável.

Relativamente às respostas mais abrangentes dirigidas a este público-alvo, no âmbito das competências do ISS, I.P., salienta-se a resposta social **Grupo de Autoajuda**, que é desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação. No ano de 2014 existiam três acordos de cooperação em vigor, a nível nacional [dois em Lisboa e um no Porto], para esta resposta social, abrangendo 109 utentes. Estiveram ainda em funcionamento em 2014, em Portugal continental, 11 **Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)**, distribuídas por sete Distritos, desenvolvidas com acordo de cooperação com o ISS, I.P. que abrangeram o apoio a 387 utentes.

Em Portugal continental estiveram em funcionamento, em 2014, quatro **Residências para pessoas infetadas pelo VIH e Sida**, distribuídas por três Distritos, desenvolvidas com acordo de cooperação com o ISS, I.P. que abrangeram o apoio a 28 utentes.

No que concerne ao contexto laboral, o **PNVIHSIDA** integra a **Plataforma Laboral contra a SIDA** que prioriza a infeção pelo VIH neste contexto. Têm assento nesta Plataforma confederações patronais, sindicatos e confederações sindicais, e uma entidade internacional: a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que procuram responder aos desafios colocados pela infeção no contexto laboral.

No âmbito da Plataforma Laboral foi elaborado o **Código de Conduta Empresas e VIH**, para orientar a resposta à infeção pelo VIH nas suas vertentes de prevenção, acesso ao tratamento e não discriminação. Este Código foi assinado por mais de uma centena de empresas Portuguesas e multinacionais presentes em Portugal.

Em 2011, foi traduzida e publicada a Recomendação 200 sobre o VIH, sida e o mundo do trabalho, aprovada na 99ª Conferência Internacional do Trabalho. Este documento foi enviado para todos os países de Língua Portuguesa e está disponível para distribuição junto das empresas subscritoras do Código de Conduta.

Relativamente a Projetos no âmbito dos Programas de Apoio Financeiro, foram abertos 13 concursos para financiamento de projetos a desenvolver por entidades Pessoas Coletivas Privadas sem Fins Lucrativos, dirigidos a diversos grupos-alvo entre os quais trabalhadores do sexo, homens que têm sexo com homens, pessoas que utilizam drogas injetáveis, migrantes e pessoas sem-abrigo em Lisboa, Setúbal, Litoral Alentejano, Faro, Porto, Braga, Coimbra e Leiria.

#### **Ação 4. Desenvolvimento de Intervenções no âmbito da RRMD, com especial incidência nos Policonsumos e nas NSP**

##### Jovens dos 10 aos 14 anos / Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos

Em 2014 teve a sua conclusão o Projeto Party Friends desenvolvido no âmbito do **Drug Prevention and Information Program** (DPIP) sob a coordenação do **Trimbus Institute** da Holanda que contou com a participação do **SICAD** e de **representantes de países como a Bulgária, Estónia e República Checa**. Este projeto visou a produção de uma aplicação para *Smartphones* com interação com o *Facebook*, incidindo sobre aspetos relacionados com o contexto recreativo e o consumo de substâncias psicoativas. Foi construída uma estrutura informática de exploração de informação, incluindo um *quizz*, *Drug Info*, respostas de emergência e a possibilidade dos utilizadores registarem informações sobre locais ou pessoas, numa utilização articulada entre os dois recursos (*APP* e *FB*). Cada parceiro contribuiu nas decisões estratégicas sobre os conteúdos a incluir, traduzindo para a sua língua aqueles que foram selecionados. Em termos de informação este recurso deu especial relevo às substâncias de consumo em contexto recreativo e naturalmente o policonsumo. A metodologia adotada para o levantamento dos temas a integrar envolveu a concretização de grupos focais e o cruzamento das diferentes realidades nacionais. O produto final aguarda validação final e a concretização de uma estratégia de divulgação a levar a cabo em cada país.

Também nesta área é importante dar destaque ao trabalho desenvolvido pela **IRFREA Portugal**, quer no âmbito do **Clube Health** ao nível da criação de condições para a concretização de um Encontro Científico dedicado à intervenção em contexto recreativo, quer ao nível do desenvolvimento do **Projeto Click for support** integrado no grupo internacional liderado da **LWL – Coordination Office for Drug-Related Problems**.

##### Jovens dos 15 aos 19 anos

No âmbito do Programa Cuida-te Medida 1, intervenção em contexto recreativo, foram apoiados 2 projetos que envolveram 231 jovens.

De referir ainda que foram apoiados técnica e financeiramente, pelo PNVIHSIDA, 20 projetos dirigidos a diferentes públicos-alvo que promovem a distribuição de preservativos masculinos e femininos. Desses, 6 incluem, ainda, o Programa Troca de Seringas<sup>6</sup> (PTS).

#### **Ação 5. Desenvolvimento de materiais de apoio que potenciem os currículos, no âmbito dos CAD, para os diferentes tipos e níveis de ensino**

##### Crianças até aos 9 anos / Jovens dos 10 aos 14 anos / Jovens dos 15 aos 19 anos

Em 2014 iniciou-se a fase de generalização da narrativa do **Programa Eu e os Outros** consagrada aos problemas ligados ao álcool. Este processo envolveu a formação dos profissionais de saúde de todo o país que, pelos **CRIs** das **ARS, I.P.**, formam e acompanham os profissionais que nas suas instituições desenvolvem este programa junto à população jovem.

Considerando a missão e atribuições da **DGS** consagradas no Decreto Regulamentar n.º 14/2012, de 26 de janeiro, e, também, os objetivos que presidiram à aprovação dos Programas de Saúde Prioritários e de outros a desenvolver pela DGS, foi estabelecido, em 26 de fevereiro de 2014, o Protocolo de Colaboração entre a DGE e a DGS, que tem como objeto

<sup>6</sup> Mais informação sobre o Programa de Troca de Seringas na Ação 24.

estabelecer os termos e as condições em que ambas se comprometem a colaborar a nível técnico, científico, pedagógico e logístico, no sentido de promover a Educação para a Saúde, desenvolver projetos de promoção de estilos de vida saudáveis assentes no desenvolvimento de competências sociais e emocionais, em todos os níveis da educação e ensino. Com base nesta colaboração, designadamente a constante da alínea a) dos n.ºs 1 e 2 do referido Protocolo, foi elaborado um **Referencial de Educação para a Saúde (RES)** para a educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário.

Os temas do RES trabalhados por técnicos da saúde e da educação, no âmbito desta parceria **(DGE/DGS/SICAD)**, e posteriormente validados por educadores de infância e professores de todos os níveis de escolaridade obrigatória, incluindo o pré-escolar, foram definidos durante o ano 2014, estando prevista a sua edição em 2015. São prioritários os seguintes temas:

- SAÚDE MENTAL e PREVENÇÃO da VIOLÊNCIA: Identidade; Pertença; Comunicação; Emoções; Autonomia; Interação; Risco; Proteção; Violência; Escolhas, Desafios e Perdas; Valores; Resiliência.
- EDUCAÇÃO ALIMENTAR e ATIVIDADE FÍSICA: Alimentação e influências socioculturais; Alimentação, nutrição e saúde; Alimentação e escolhas individuais; O ciclo do alimento – do produtor ao consumidor; Ambiente e alimentação; Compra e preparação de alimentos; Direito à alimentação e Segurança alimentar; Alimentação em meio escolar.
- COMPORTAMENTOS ADITIVOS e DEPENDÊNCIAS: Comportamentos Aditivos e Dependências; Tabaco; Álcool; Outras Substâncias Psicoativas (SPA); Outras Adições sem Substância.
- AFETOS e EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: Identidade e Género; Relações afetivas; Valores; Desenvolvimento da sexualidade; Maternidade e Paternidade responsável; Direitos sexuais e reprodutivos.

**OE3. Contribuir para a prevenção da ocorrência de comportamentos de risco, associados aos CAD, promovendo uma cultura de segurança nas escolas e na comunidade, fomentando a adoção de comportamentos de saúde e bem-estar**

### **Ação 6. Consolidação e alargamento da articulação no âmbito das medidas de proteção de crianças e jovens em risco**

#### **Crianças até aos 9 anos**

No decorrer de 2014 foram consolidadas e estabelecidas articulações conjuntas, entre as CPCJ, os CRI, Escolas, Centros de Saúde e Projetos existentes nas comunidades, a nível concelhio por cada CPCJ local.

### **Ação 7. Sinalização de crianças e jovens em risco/perigo, por parte das entidades com contacto direto com crianças, jovens ou famílias com problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, no sentido destas situações serem acompanhadas e encaminhadas para respostas adequadas às necessidades diagnosticadas**

A dissuasão assume-se como uma estratégia de intervenção global e integrada, extravasando a mera aplicação da Lei. As **Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT)**, enquanto serviço público de proximidade e de prevenção de comportamentos aditivos,

numa perspetiva sistémica, dirigem a sua ação em função das necessidades diagnosticadas nos cidadãos encaminhados pelas forças de segurança ou tribunais, no âmbito de um episódio de consumo de substâncias psicoativas. A filosofia da abordagem dos serviços coloca igualmente a atenção na rede social dos indiciados, e em eventuais fragilidades de elementos significativos, designadamente familiares menores que possam estar em risco. Por outro lado, apesar das crianças e jovens menores de 16 anos com consumo de substâncias psicoativas ilícitas não poderem ser indiciados em processo de contraordenação, ao abrigo da Lei 30/2000, de 29 de novembro, este facto não impede que a CDT, na presença destas situações de risco, acolha o menor e avalie a situação, e desenvolva as correspondentes intervenções de sinalização e encaminhamento, em articulação com a CPCJ. Neste sentido, consolidado o papel da dissuasão na sinalização e intervenção precoce, em 2014 as CDT viram aumentar o número de menores e famílias que foram alvo de algum tipo de intervenção, **271** situações, (108 em 2013), algumas delas sinalizadas às CPCJ ou às consultas de jovens das Equipas de Tratamento (ET) dos CRI. O apoio e aconselhamento aos familiares dos menores, presencial ou telefónico, que constitui uma prática prevista nos protocolos de atuação das CDT, jurídicos e de abordagem psicossocial, terá contribuído para uma maior tomada de consciência dos problemas por parte dos pais e tutores destes menores, o primeiro passo para a mudança consistente e estruturada.

No que se refere à intervenção em reinserção realizada pelos CRI, e no âmbito do acompanhamento de utentes e famílias com filhos menores, foram sinalizadas 120 crianças às CPCJ.

No que respeita à atuação da **CPCJ**, registaram-se **1.218** ocorrências de situações de comportamentos de risco que colocaram em perigo crianças/jovens com idades até aos 14 anos (756 ocorrências envolvem crianças com idades até aos 10 anos, 428 com idades entre os 10 e os 14 anos, 34 não se conhece a idade exata). Importa pontuar que das 1.218 ocorrências referidas, **306** situações de perigo foram sinalizadas por consumo das próprias crianças e jovens, sem que os pais se tenham oposto de forma adequada (94 crianças têm idades dos 6 aos 10 anos e 198 são crianças/jovens com idades entre os 10 e os 14 anos. Em catorze ocorrências não é possível indicar a idade exata). **912** situações de perigo foram sinalizadas por exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem, por consumo de álcool e/ou estupefacientes de familiares (662 destas crianças têm idades até aos 10 anos e 230 entre os 10 e os 14 anos. Em 20 ocorrências não é possível indicar a idade exata).

Relativamente aos menores atendidos e às respostas especializadas existentes em comportamentos aditivos e dependências, as administrações regionais de saúde reportam os seguintes dados:

- A **ARS Norte, I.P.** reporta o atendimento de **241** crianças e jovens até aos 14 anos, atendidos nas **11** consultas especializadas em comportamentos aditivos e dependências existentes na região.
- A **ARS Centro, I.P.** reporta o atendimento de **2** crianças com 9 anos e **16** jovens com idades entre os 10 e os 14 anos, atendidos nas **10** consultas especializadas em comportamentos aditivos e dependências existentes na região.
- A **ARS Alentejo, I.P.** não dispõe de respostas especializadas de comportamentos aditivos e dependências neste ciclo de vida não tendo movimento clínico a reportar.
- A **ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.** refere ter atendido em consulta especializada **67** crianças e jovens dos 10 aos 14 anos, nos **12** espaços de consulta especializada dirigidos às crianças e jovens deste ciclo de vida, onde se incluem os serviços de consulta não integrados nos

espaços físicos das Equipas da DICAD, como por exemplo os 4 espaços protocolados no âmbito do “Cuida-te, IPDJ”, que envolvem Técnicos das **Unidades de Intervenção Local (UIL)** da DICAD.

- A **ARS Algarve, I.P.** reporta o atendimento de **44** jovens com idades entre os 13 e os 14 anos, atendidos no âmbito da consulta especializada de comportamentos aditivos e dependências. Reporta ainda, como resposta **(1)** em funcionamento neste âmbito, o Gabinete de Atendimento a Jovens e Envoltentes (GAJE), integrado nas atividades da Equipa Técnica Especializada de Prevenção (ETEP), da DICAD. Esta resposta tem um público-alvo alargado onde se incluem os jovens com idades até aos 14 anos, com comportamentos de risco na área dos comportamentos aditivos (ex: primeiros sinais de consumo de cannabis) ou com comportamentos de risco na área da adição sem substância (internet, jogo online e offline), ou com outros comportamentos de risco/problemáticos e familiares ou outros adultos significativos.

Verifica-se assim que, em resposta às lacunas existentes no que respeita às necessidades de intervenção com crianças e jovens, com comportamentos de risco em matéria de consumo de substâncias psicoativas, existe atualmente a uma rede de consultas especializadas de prevenção indicada com alguma expressão a nível nacional.

### **Ação 8. Divulgação de informação e sensibilização das comunidades, permitindo aos cidadãos estabelecerem relações de confiança e diálogo, facilitando o desenvolvimento de um clima de segurança através dos Programas Especiais**

#### **Crianças até aos 9 anos / Jovens dos 10 aos 14 anos / Jovens dos 15 aos 19 anos**

A Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito da sua missão, e tendo em vista o aumento da sua eficácia, eficiência e da sua capacidade operacional, por forma a poder continuar a transmitir sentimento de segurança à população, têm incluindo a temática do álcool e drogas, aquando o planeamento da sua atividade operacional, quer na vertente preventiva, como na vertente repressiva.

Na vertente preventiva e inserida no **Programa Escola Segura (PES)**, o qual se constitui como um programa de âmbito nacional que inclui todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, com exceção dos universitários.

A PSP, no ano letivo de 2013/2014, garantiu a segurança a 2.560 estabelecimentos de ensino e 1.111.525 alunos.

Na prossecução dos objetivos do PES, consagrados no Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de Dezembro, a PSP promove, de forma individual ou concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre diferentes temáticas junto da comunidade educativa, numa aposta clara de prevenção. Os temas promovidos e apresentados pela PSP são diversificados, sendo que a distribuição nos anos letivos, 2012-2013, 2013 -2014 e 2014-2015, são os que seguem:

- 2013/2014: Foram efetuadas 7.882 ações de sensibilizadas, das quais 785 relativas à temática álcool e drogas.
- 2014/2015: A análise relativa a este ano letivo ainda não se encontra concluída, sendo que até ao momento foram efetuadas 6.832 ações de sensibilizadas, das quais 441 relativas à temática álcool e drogas.

Na vertente repressiva, a temática do álcool e drogas são sempre realçadas e destacadas nas operações policiais desenvolvidas, sendo conferindo um especial ênfase à fiscalização deste tipo de substâncias nas imediações dos estabelecimentos de ensino. A título de exemplo enumeram-se as seguintes operações policiais:

- Operação Policial “Recreio Seguro – Final do ano Letivo 2013/2014”, a qual decorreu no período entre 2 de junho a 13 de Junho de 2014, tendo sido efetuadas:
  - 138 Operações de fiscalização a estabelecimentos comerciais (cafés e salões de jogos) nas imediações dos estabelecimentos de ensino;
  - 35 Infrações no âmbito dos estabelecimentos comerciais e levantamento dos respetivos autos de contraordenação, sendo que 2 relativas à venda de bebidas alcoólicas a menores.
- Operação Policial “Escola Segura II – Início do ano Escolar 2014/2015”, a qual decorreu no período entre 11 de setembro a 18 de setembro de 2014, onde se registaram:
  - 128 Operações de fiscalização a estabelecimentos comerciais (cafés e salões de jogos) nas imediações dos estabelecimentos de ensino;
  - 52 Infrações no âmbito dos estabelecimentos comerciais e levantamento dos respetivos autos de contraordenação, sendo que 4 relativas à venda de bebidas alcoólicas a menores.

Em complemento da informação supra e com base na informação estatística disponível, decorrente do Regime de Disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas (Decreto-lei n.º 50/2013, de 6 de Abril) a PSP efetuou em:

- Em 2013 (de Maio a Dezembro)
  - 1.494 Operações de fiscalização policial direcionada para estabelecimentos comerciais;
  - 3.824 Estabelecimentos comerciais fiscalizados;
  - 367 Infrações registadas;
  - 8 Menores identificados pelo consumo de bebidas alcoólicas na via pública; e
  - 4 Notificações, a representantes legais e aos núcleos de apoio à criança e jovens em risco, decorrente de menores apresentarem intoxicação alcoólica.
- Em 2014
  - 2.188 Operações de fiscalização policial direcionada para estabelecimentos comerciais;
  - 6.316 Estabelecimentos comerciais fiscalizados;
  - 694 Infrações registadas;
  - 23 Menores identificados pelo consumo de bebidas alcoólicas na via pública; e
  - 10 Notificações, a representantes legais e aos núcleos de apoio à criança e jovens em risco, decorrente de menores apresentarem intoxicação alcoólica.



Relativamente a programas destacam-se as seguintes:

- **Programa Escolhas – 100% Zero**

O Programa Escolhas ([www.programaescolhas.pt](http://www.programaescolhas.pt)) é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado funcionalmente no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP). A missão do Programa Escolhas é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

A 5ª Geração do Programa Escolhas (Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2012), que decorrerá até 31 de dezembro de 2015, aprovou a operacionalização de 110 projetos locais de inclusão social em comunidades vulneráveis.

A criação de oportunidades de capacitação para estes jovens é fundamental num percurso que pretendemos de sucesso, sendo a abordagem de diversos temas atuais, lançada em formato de desafio, uma das estratégias fundamentais nesta capacitação.

Neste sentido, e porque o consumo de álcool é um tema atual é um tema que preocupa, o Programa Escolhas aliou-se ao Conselho Nacional de Juventude, na divulgação da Campanha 100% Zero, cujos destinatários são os jovens, preferencialmente os que têm menos de 18 anos.

Esta campanha vai ser proposta aos jovens, nomeadamente aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, como desafio do mês de julho e terá como objetivo alertar para o consumo nocivo de álcool.

O objetivo consiste nos jovens, encontrarem outros jovens que sejam 100% Zero e atribuir-lhes um certificado que ateste o facto de não consumirem álcool.

Neste sentido, e assente na lógica das parcerias locais, a PSP, em Julho de 2014, colaborou como o programa em referência tornando possível o acesso aos testes de alcoolemia e assim ser assegurado o sucesso deste desafio, tendo para isso manifestado a sua abertura e disponibilidade de receber, nas esquadras policiais, estes jovens, onde um elemento policial os submeteria ao teste do álcool.

- **100% Cool**

Tendo por base a prevenção, promoção de uma cultura de segurança Rodoviária e a dissuasão de comportamentos de risco, associados à condução sob o efeito do álcool, foi assinado a 19 de Abril de 2011, um protocolo entre a PSP e a Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas (ANEBE).

O compromisso compreende ações de informação e ações de fiscalização rodoviária direcionada para o consumo de bebidas alcoólicas, sendo o grupo-alvo os jovens entre os 18 e os 30 anos de idade.

As operações de fiscalização são direcionadas para épocas do ano mais sensíveis, no que concerne ao consumo de álcool por parte dos jovens, designadamente festas académicas, festivais de verão, carnavá, natal, entre outras.

No momento da fiscalização, os condutores que transportem pelo menos duas pessoas, são submetidos ao teste de alcoolemia (na qualidade de condutores) e se apresentarem uma TAS de 0,00 g/l são premiados.

Para o efeito é entregue um folheto, o qual tem aposto um código alfanumérico, que após registo no site [www.100porcentocool.pt](http://www.100porcentocool.pt) confere ao portador o direito a receber um determinado Prémio.

Deste modo, reporta-se os dados obtidos relativos ao ano de 2014:

- 64 Operações de fiscalização rodoviárias
- 2.915 Viaturas fiscalizadas
- 507 Elementos policiais
- 966 Condutores testados (campanha 100% Cool)
- 51 Detenções (39 das quais por condução com excesso de álcool)
- 370 Condutores premiados.

**Ação 9. Estabelecimento de circuitos de articulação e de estratégias de intervenção entre os parceiros com responsabilidades em matéria de intervenção em dissuasão, tendo em vista uma resposta adequada às necessidades de crianças e jovens consumidores, não abrangidos pela Lei (esta ação é extensível aos menores até aos 15 anos);**

A manutenção de uma cultura de cooperação e articulação, que garanta a manutenção, consolidação e o alargamento da rede de recursos e das respostas disponíveis face às necessidades identificadas, constituiu uma prioridade no âmbito da Dissuasão e para as CDT em particular, que orientaram a ação no sentido do estabelecimento de uma dinâmica de parceria. Deste modo, assistiu-se à concretização do paradigma da resposta integrada, da rentabilização de recursos e prevenção de duplicação de respostas, o que contribuiu para mapear, agilizar e melhorar as intervenções em Dissuasão, globalmente e para este ciclo de vida em particular.

Em 2014, destacam-se os 17 protocolos celebrados com as CPCJ, a nível nacional, que procuram enquadrar a resposta integrada neste domínio às crianças e jovens deste ciclo de vida.

O reconhecimento, pelo direito internacional e nacional, da criança enquanto Sujeito de Direito deve implicar um esforço empenhado e competente de todos os agentes, a quem os sistemas nacionais de promoção e proteção dos Direitos das Crianças e de justiça juvenil apelam e atribuem responsabilidades específicas na prossecução do seu objetivo fundamental: concorrer para a concretização dos direitos de todas as crianças/jovens, sobretudo das mais vulneráveis, por se encontrarem em situações de risco/perigo e/ou de necessidade de reeducação e de ressocialização quando em conflito com a lei. É neste contexto que as expressões "Rede Organizacional" e "Cultura de Parceria" assumem particular relevo. Neste sentido, a CNPDPCJ, a DGRSP, o ISS, I.P., a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia Judiciária (PJ), a Polícia Marítima (PM), a PSP e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), instituições que há muito se relacionam no âmbito das suas competências, reuniram-se com o objetivo de fortalecer uma cultura de parceria e a rede organizacional existente, dando voz ao PROJETO: OLHAR COMUM SOBRE A CRIANÇA – UM COMPROMISSO (COM)SENTIDO. Este Projeto, decorrente da operacionalização da CARTA DE COMPROMISSO assinada em 17 de junho pelas instituições referidas, tem por base a filosofia de que a otimização da intervenção funcional dos agentes em matéria

de proteção de crianças e/ou junto de jovens em conflito com a lei é resultado de uma ação conjunta, contínua e integrada.

**Ação 10. Desenvolvimento de mecanismos, estratégias e abordagens específicas de sinalização e intervenção precoce, junto de indiciados das CDT que apresentam baixo risco ou risco moderado ao nível dos CAD;**

As CDT têm um papel muito importante de prevenção e intervenção precoce junto de jovens consumidores, que não sendo dependentes carecem de acompanhamento. O reforço e valorização do potencial de intervenção psicossocial das CDT junto destes jovens traduz uma opção estratégica que, estamos certos, conduz à inversão de percursos individuais de escalada de consumos, à redução dos comportamentos aditivos e dependências e à diminuição dos comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas.

Ao reforçar a componente de intervenção das CDT, apostou-se, em articulação com as forças de segurança, na identificação de consumidores de baixo risco e risco moderado, dificilmente abordáveis por outra via que não por intermédio da descriminalização, através de uma ação precoce especializada que passa por uma avaliação estruturada do nível de risco de consumo e correspondente intervenção e/ou referência para as respostas existentes na comunidade. O aumento do número de indiciados não toxicodependentes a que assistimos em 2014, tal como previsto nos instrumentos de planeamento do SICAD, concretizado por via de uma intervenção concertada com as forças de segurança, revela, mais uma vez, o potencial das CDT no âmbito da intervenção ao nível preventivo.

Neste sentido, e por força de uma ação articulada das forças de segurança (PSP e GNR), em 2014, num universo de 9.059 processos de contraordenações, **4.112**, foram aplicados a jovens e jovens/adultos não dependentes (1.943 com idades ente os 16 e os 19 anos; 2.169 com idades ente os 20 e os 24). Alguns destes indiciados puderam beneficiar quer do acompanhamento e da intervenção especializada da CDT quer, nos casos em maior risco, dos serviços especializados que são oferecidos pelas ARS, I.P. e outras entidades com respostas nesta área.

Para além das respostas disponíveis para os ciclos de vida mais jovens, e já referidos, esta faixa etária tem à disposição um conjunto alargado de consultas de prevenção indicada, a saber:

- As 11 respostas disponibilizadas pela ARS Norte, I.P. às crianças e jovens com idades até aos 14 anos, também acolhem e acompanham jovens até aos 24 anos;
- As 10 respostas na ARS Centro, I.P. de consulta de prevenção indicada para atendimento de crianças e jovens, acolhem igualmente jovens até aos 24 anos;
- Dinamização de 26 espaços de consulta e atendimento a jovens dos 9 aos 19 anos, na ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P., que se traduzem em atendimento a adolescentes, integrado nas ET das UIL da DICAD; e os espaços não integrados nestas Equipas (ex.: Cuida-te, IPDJ, I.P.) mas que envolvem Técnicos das UIL da DICAD;
- 1 consulta de prevenção indicada na ARS Alentejo, I.P. dirigida a jovens entre os 15 e os 24 anos;
- Na ARS Algarve, I.P. foi criado o GAJE, gabinete que está igualmente vocacionado para acompanhar estas faixas etárias. Conforme já referido, esta resposta está integrada nas atividades da Equipa Técnica Especializada de Prevenção da DICAD e também tem como público-alvo os jovens com idades 15 e os 21 anos, com comportamentos de risco na área

dos comportamentos aditivos (ex: primeiros sinais de consumo de cannabis) ou com comportamentos de risco na área da adição sem substância (internet, jogo online e offline), ou com outros comportamentos de risco/problemáticos e familiares ou outros adultos significativos.

**Ação 11. Promoção de intervenção em dissuasão na sequência de diagnóstico psicossocial e de severidade dos consumos, em indiciados com problemas de dependência, tendo em vista a motivação para a mudança e a resposta às necessidades individuais;**

Dos **921** Indiciados toxicodependentes, cerca de 80% (742) foram encaminhados para estruturas de apoio da rede de referência.

Considera-se fundamental conhecer aprofundadamente a situação psicossocial e de saúde dos indiciados, sustentada em critérios rigorosos de avaliação e diagnóstico, utilizando instrumentos de apoio eficazes, que permitam melhor adequar a intervenção às necessidades e características dos indivíduos.

A intervenção das CDT aposta na avaliação do risco de consumo e da saúde do indiciado, avaliação da motivação dos consumidores para a mudança de comportamento, na dissuasão dos consumos, numa maior qualidade de vida, e numa maior adesão aos apoios especializados disponíveis, sejam eles de prevenção indicada, tratamento ou reinserção.

Mantendo a aposta no reforço da cooperação e articulação institucional e dando sentido às opções estratégicas do SICAD, de promoção de respostas e intervenções integradas, tendo como propósito a eficiência e eficácia na resposta às necessidades dos indiciados e das comunidades, foram celebrados um total de **145** novos protocolos/acordos institucionais, 17 com a CPCJ conforme referido na ação 9. Naturalmente as forças de segurança (GNR/PSP), parceiros privilegiados na intervenção em Dissuasão, destacam-se neste resultado. O cumprimento e superação das metas estabelecidas, nomeadamente no aumento do número de indiciados não toxicodependentes implicaram um trabalho intenso de articulação e convergência de objetivos com a PSP e GNR.

Também os CRI/ET sobressaem enquanto entidades de primeira linha na articulação com as CDT, ao nível do cumprimento da Lei 30/2000 de 29 de novembro, do encaminhamento dos indiciados e respetivo *feedback*, da criação de respostas de acompanhamento no âmbito da prevenção indicada, de ações de formação/sensibilização relativas à Lei 30/2000 em meio escolar e recreativo e ainda, ao nível da descentralização das audições através da utilização das instalações das ARS, I.P e Câmaras Municipais. (em 2013 foram celebrados 45 novos protocolos/acordos).

**OE4. Desenvolver abordagens específicas de intervenção em CAD, adaptadas às necessidades e características dos cidadãos**

**Ação 12. Harmonização de estratégias no âmbito da intervenção e respostas em comportamentos aditivos e dependências no âmbito da segurança social**

Decorrente da necessidade de se elaborar um protocolo de cooperação, que permita a adaptação das especificidades e condicionalismos regionais bem como a definição de competências partilhadas entre o SICAD e o ISS,I.P. na problemática dos CAD, foram criados

grupos de trabalho por áreas temáticas da articulação interinstitucional. Assim, e para além da criação de um grupo de trabalho alargado, procedeu-se à criação de subgrupos de trabalho, divididos por áreas temáticas da articulação interinstitucional, no âmbito dos quais foram discutidas e apresentadas propostas de articulação, relativas a um conjunto significativo de respostas sociais, nomeadamente:

- Protocolo Tripartido – SICAD, ISS,I.P., ARS,I.P. e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML);
- Comunidades Terapêuticas / Apartamentos de Reinserção / Rendimento Social de Inserção;
- Centros de Abrigo e Equipas de Rua (Estruturas de Redução de Riscos e Minimização de Danos) / Equipas de Intervenção Direta.

No âmbito do supramencionado subgrupo de trabalho do Protocolo Tripartido, e na sequência do trabalho iniciado no ano anterior, foi constituída uma Equipa Técnica para a condução dos trabalhos para a melhoria de alguns dos procedimentos previstos no Protocolo de Articulação Interinstitucional celebrado em 28 de junho de 2007 com o ISS,I.P. e a SCML, tendo também como objetivo efetuar os ajustamentos necessários após as alterações ocorridas na área dos CAD. No entanto, e por falta de indicação de representantes da Santa Casa, apesar das várias diligências desenvolvidas nesse sentido, esta equipa técnica deu início aos trabalhos em 2014 apenas com a participação dos elementos do SICAD, do ISS, I.P. e das ARS, I.P. Pelo facto da participação da SCML ser fundamental, uma vez que assegura o Atendimento Social/acompanhamento da população residente ou em situação de emergência social na Cidade de Lisboa, não foi ainda possível concluir os objetivos a que se propôs a equipa técnica.

### **Ação 13. Disponibilização e incremento da acessibilidade a serviços de intervenção em CAD, de perturbação do comportamento predisponentes a CAD, padrões de consumo de risco/nocivo de álcool, e no jogo compulsivo**

**Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos/ Adultos acima de 65 anos**

Através de uma equipa de trabalho com o objetivo de prestar apoio técnico e científico a entidades empregadoras, foram apoiadas pelo SICAD empresas da área da piscicultura e aquacultura, da produção e distribuição elétrica, da distribuição de água e saneamento básico, da metalurgia e da indústria eletromecânica, coadjuvando desta forma as empresas na sua articulação com os serviços de resposta aos problemas de dependências.

De referir ainda, no âmbito da disponibilização e incremento da acessibilidade a serviços de intervenção em CAD, o área do Jogo que, embora se trate de uma atividade de cariz predominantemente lúdico que visa a animação e diversão, trata-se de uma matéria que, pelas suas particularidades, pode associar-se a diversas incidências económicas e sociais, onde se inclui o desenvolvimento, por algumas pessoas, de patologias ligadas ao jogo compulsivo ou de jogo patológico.

Registe-se, que o jogo enquanto adição sem substância consta do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD), onde está prevista a intervenção estratégica do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ) do Turismo de Portugal, I.P. (TP, I.P.)). Neste âmbito, assinala-se a continuidade da prossecução de ações relevantes e prioritárias, como sejam:

- Reforço da componente informativa dos jogadores;
- Desenvolvimento de práticas de jogo responsável.

Na componente informativa atrás mencionada continua-se a dar mais relevância à:

- Sensibilização e prevenção para os riscos do jogo e para o problema do desenvolvimento de dependência ou práticas descontroladas de jogo;
- Divulgação da possibilidade de autoexclusão e proibição de acesso às salas de jogos;
- Disponibilização pelos concessionários aos jogadores de folhetos informativos sobre os riscos associados ao jogo.<sup>7</sup>

No que se refere à intervenção neste âmbito por parte das **Forças Armadas**, destaca-se o seguinte:

- **Rastreio toxicológico**

Na prevenção primária, prevista pelo Programa para a Prevenção e Combate à Droga e Alcoolismo nas Forças Armadas (PPCDAFA), ocupa lugar de destaque o rastreio toxicológico da população militar, para deteção de substâncias ilícitas na urina, basicamente canabinóides, opiáceos, anfetaminas e cocaína, em que desempenham uma missão fundamental os laboratórios militares, equipados com meios técnicos de referência, internacionalmente reconhecidos como os mais adequados para a triagem e a confirmação (espectrometria de massa e cromatografia gasosa) da presença de drogas de abuso na urina.

A grande vantagem do rastreio toxicológico reside na deteção precoce como meio de redução da procura, não apenas por motivos relacionados com as necessidades de segurança da organização, mas fundamentalmente por permitir detetar e travar uma dependência o mais próximo possível dos primeiros consumos.

Para assegurar a credibilidade de todo o processo e, ao mesmo tempo, os direitos individuais do militar rastreado, a realização de análises está associada a uma cadeia de custódia de amostras e a um controlo de execução analítica que garantem a segurança, o rigor e a confidencialidade de todos os dados, desde a colheita até à validação do resultado.

São analisados oficiais, sargentos e praças, em todos os regimes de prestação de serviço, com base em nomeação aleatória (por sorteio), extraordinária (por suspeita) e obrigatória (por determinação do órgão de gestão do pessoal ou acompanhamento de deteção anterior).

Na Marinha, no ano de 2014 foram rastreados 4249 militares, tendo sido detetados 20 casos positivos (0.5%). A maior parte destes casos (12) prendeu-se com o consumo de canabinóides, sendo seguido pelo consumo de cocaína (4) e Álcool (2). Foram detetados, ainda, policonsumos em 2 indivíduos.

Em 2014, no Exército, foram rastreados 4.897 militares (-946 que em 2013) para despiste de drogas (rastreios aleatório, obrigatório e extraordinário). À semelhança do ano transato, foram realizados rastreios não apenas à população militar ativa, mas também aos candidatos às Forças Armadas. Numa apreciação global dos resultados do Exército, ao serem analisados os três tipos de despiste previstos no PPCDAFA, verificam-se os seguintes resultados:

- Rastreio aleatório (2.990 militares rastreados): foram detetados 51 casos positivos (1,70%);
- Rastreio extraordinário (364 militares): foram detetados 24 casos positivos (6,59%);

<sup>7</sup> Mais informação sobre a área do Jogo nas Ações 75 a 78.

- Rastreio obrigatório (1.543 militares): foram detetados 24 casos positivos (1,55%).

Assim, em termos globais, neste Ramo, verificaram-se 99 casos positivos, correspondendo a apenas 2,0% de positividade. Relativamente ao tipo de drogas detetado, os canabinóides foram responsáveis por 93% dos casos positivos, os opiáceos por 2%, a cocaína por 1%, as anfetaminas por 1% e as situações de policonsumo por 3%.

No que diz respeito aos candidatos às Forças Armadas, num universo de 2284 candidatos, a positividade foi de 1,2%, não existindo no entanto informação relativa ao tipo de substância consumida.

Em relação à Força Aérea, no ano de 2014 foram rastreados 2.175 militares. Dado que cada amostra foi submetida cumulativamente a várias análises, foram efetuadas 8.700 análises. Dos militares rastreados, foi detetado apenas um caso de positivo (0,05%) relacionado com consumo de cannabis, referente a um militar ainda em formação.

- **Prevenção do consumo de bebidas alcoólicas**

A prevenção do alcoolismo nas Forças Armadas, tendo em conta o contexto sociocultural que enquadra o consumo de bebidas alcoólicas no nosso País, aposta essencialmente na educação para um consumo moderado, acompanhada pela imposição de restrições ao funcionamento de bares e maior facilidade no acesso a bebidas não alcoólicas, especialmente em cantinas ou messes. Acresce ainda dizer que nalguns casos, nomeadamente missões específicas em território estrangeiro e especialidades com funções de carácter operacional, o consumo é restrito ou mesmo totalmente proibido.

Paralelamente, é realizado rastreio à população, através do recurso a aparelhos medidores da taxa de alcoolemia (alcoómetros, Lion Sd2 e Sd 400), procedendo-se, em determinadas situações, à confirmação laboratorial da análise de sangue total por cromatografia gasosa com detetor FID em Head Space.

No Exército, no ano em análise, participaram no rastreio aleatório de álcool 1.981 militares (-247, em relação a 2013) em 68 missões às U/E/O, registando-se 6 casos com resultado igual ou superior a 0,5g/l.

Na Força Aérea, o planeamento mensal é efetuado pelo Comando Aéreo, estipulando, para cada Unidade, o número de militares a ser submetido a rastreio. No ano de 2014 foram efetuados 3.247 rastreios, tendo sido registadas apenas 3 positividade. Pese embora o número reduzido de casos positivos, este ramo considera que o problema do consumo de álcool poderá ser mais complexo do que os resultados dos diversos controlos parecem indicar, visto que os resultados obtidos dependem da hora a que as despistagens são realizadas, podendo-se obter resultados díspares consoante o horário determinado.

- **Prevenção do consumo de tabaco**

Embora o Programa, atualmente, não contemple especificamente esta área, as Forças Armadas cumprem as disposições legais que estabelecem limitações ao consumo de tabaco em recintos fechados, destinados a utilização coletiva, de forma a garantir a proteção da exposição involuntária ao fumo do tabaco.

Para além do cumprimento dos limites impostos legalmente, na Marinha, a prevenção do tabagismo está incluída no seu Programa desde 2000, nomeadamente na Unidade de

Tratamento Intensivo da Toxicodependência e Alcoolismo (UTITA), que disponibiliza um serviço de consultas de cessação tabágica gratuitas, a militares de todos os Ramos e seus familiares. Neste âmbito, em 2014 realizaram-se 283 atos assistenciais, contemplando dois níveis de abordagem – a consulta médica e a consulta psicológica. É igualmente promovida a sensibilização, através de palestra e panfletos, para a redução do consumo, uso nocivo e dependência da nicotina, bem como a divulgação de outra informação específica sobre os malefícios e efeitos secundários do tabaco.

No Exército, as Unidades/Estabelecimentos/Órgãos diminuíram os pontos de venda de tabaco, tendo chegado mesmo a cancelar os pontos de comercialização de tabaco no interior de algumas instalações.

- **Pesquisa de drogas com recurso a equipas cinotécnicas**

No âmbito da prevenção, os rastreios cinotécnicos têm demonstrado ser uma medida bastante eficiente de dissuasão do consumo e tráfico interno, devido à generalização da ideia que este meio de pesquisa está assente na utilização de elementos altamente especializados, capazes de contrariar as técnicas mais vulgarmente conhecidas de ocultação de substâncias.

Na Marinha, à semelhança dos anos anteriores, continuaram as rotinas centradas na ação das equipas cinotécnicas dos Fuzileiros (e GNR).

O Exército realizou 83 ações (+3 do que no ano anterior), no dispositivo do Ramo em território nacional, avaliando 11.208 militares (-3.155 indivíduos, em relação a 2013), respetivas instalações e viaturas utilizadas. Como resultado, verificou-se a referenciação não conclusiva de 9 militares (-1 em relação aos dados do ano anterior).

Na Força Aérea, ocorreram, ao longo do ano, 24 ações de pesquisa de droga (-9 em relação a 2013), nas diferentes instalações, com a utilização de equipas cinotécnicas do Ramo.

#### Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos

No que se refere à intervenção em contextos recreativos, em 2014, deu-se continuidade ao projeto **Kosmicare - serviço de intervenção na crise resultante do consumo de substâncias psicoativas em ambientes recreativos**, desenvolvido no Boom Festival, um festival internacional bienal de cultura independente e expressão multidisciplinar produzido em Portugal, que teve lugar entre 4 e 11 de Agosto em Idanha-a-Nova. O Kosmicare é um serviço de intervenção na crise resultante do consumo de substâncias psicoativas, que resulta da parceria estabelecida entre o SICAD, a Produtora do Festival (Good Mood – Eco & Art Org) e a Universidade Católica do Porto - Faculdade de Educação e Psicologia. O Serviço funciona 24 horas por dia, durante todos os dias do festival. Assegura-se o seu funcionamento por uma equipa composta por cerca de 54 elementos, provenientes de vários países do mundo.

Na continuidade do trabalho de parceria desenvolvida, através de um acordo de cooperação, foi estabelecido que o SICAD seria igualmente responsável por ações no âmbito da intervenção e investigação designadamente: coordenação da intervenção no terreno; dar suporte e consultoria no projeto de investigação; fornecer material de suporte à formação da equipa técnica do Kosmicare; avaliar e atribuir autorização, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho, para a realização, durante o festival, de análise qualitativa de substâncias psicoativas, comumente designada como *Pill Testing*. Para tal, foi implementado um Ponto de Contacto e de Informação e contribuiu, também, para a articulação necessária



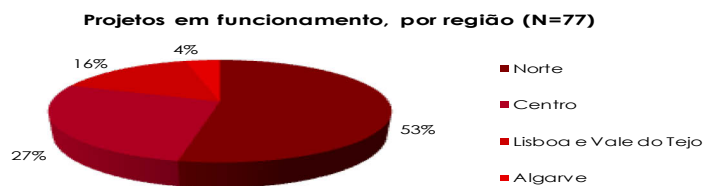
com as estruturas regionais de saúde e os recursos locais com intervenção nesta área. Em 2014, verificou-se um aumento em 100% do número de casos atendidos no *Kosmicare*, por relação às edições anteriores, tendo sido atendidas 394 pessoas. Igualmente e comparativamente às edições anteriores, assistiu-se a um aumento da severidade dos casos em intensidade e duração da crise.<sup>8</sup>

#### **Ação 14. Implementação do PORI, promovendo o desenvolvimento de PRI, através do cofinanciamento de projetos em áreas lacunares identificadas por diagnósticos com incidência territorial**

##### Todo o ciclo de vida

O PORI<sup>9</sup> manteve-se enquanto medida estruturante para o desenvolvimento de Programas de Respostas Integradas (PRI) através do cofinanciamento, por parte do SICAD, de projetos em áreas lacunares identificadas por diagnósticos com incidência territorial, sendo que, decorrente dos procedimentos concursais realizados em 2013 e na sequência da renovação de algumas intervenções, em 2014 estiveram em execução 77 projetos a nível nacional, com a seguinte distribuição por quatro das cinco regiões. A maioria dos projetos (41) foi implementada na região Norte, o que corresponde a 53% do total de projetos em funcionamento em 2014.

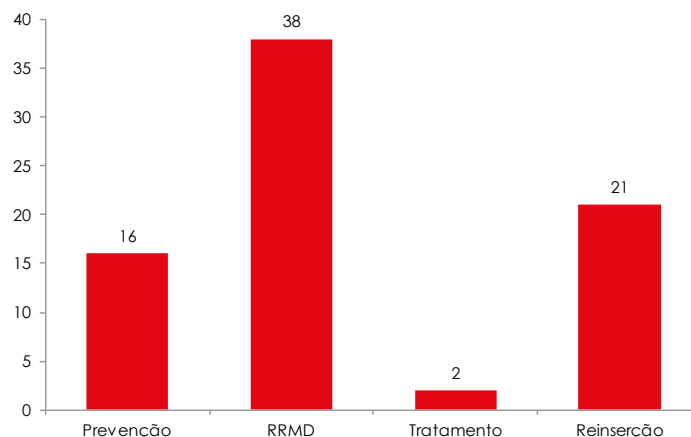
**Figura 4 - Projetos em funcionamento, por região (N=7)**



Fonte: SICAD.

Ao nível do tipo de intervenção a desenvolver, a área da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) foi a que teve mais projetos em funcionamento (38), seguindo-se da reinserção com 21 projetos, da prevenção com 16 e, por último, do tratamento com 2 projetos em execução.

**Figura 5 - Nº de projetos em funcionamento, por tipo de intervenção (N=77)**



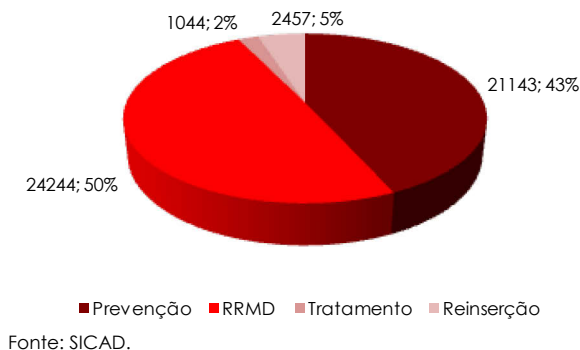
Fonte: SICAD.

<sup>8</sup> Mais informação sobre o desenvolvimento deste projeto na Ação 104.

<sup>9</sup> Mais informação sobre o PORI na Ação 82.

No gráfico seguinte apresenta-se o número total de indivíduos abrangidos pelos projetos por eixo de intervenção, à exceção dos indivíduos abrangidos em contextos recreativos e/ou festivos.

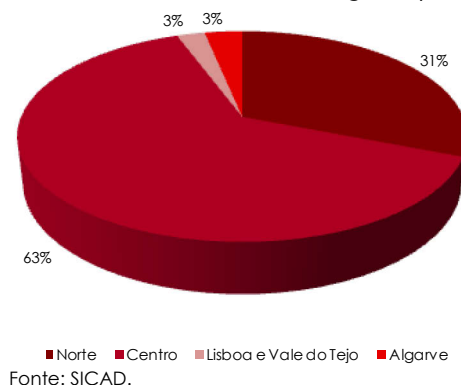
**Figura 6** - Total de indivíduos abrangidos, por eixo de intervenção (N = 48.882)



No caso da **Prevenção** foram implementados 16 projetos, cofinanciados pelo SICAD, tendo sido abrangidas um total de 21.143 pessoas em 14 dos 16 projetos em execução.

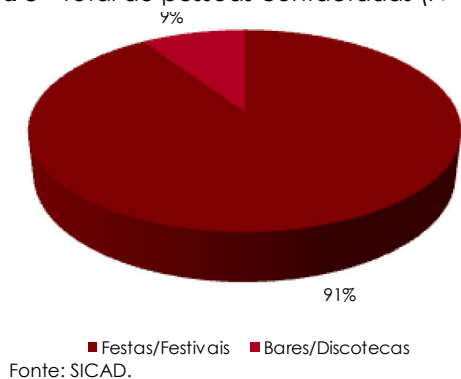
A maioria da população alvo abrangida situa-se na região Centro (63%), uma vez que é a região que tem o maior número de projetos em execução.

**Figura 7** - Total de indivíduos abrangidos (N = 21.143)



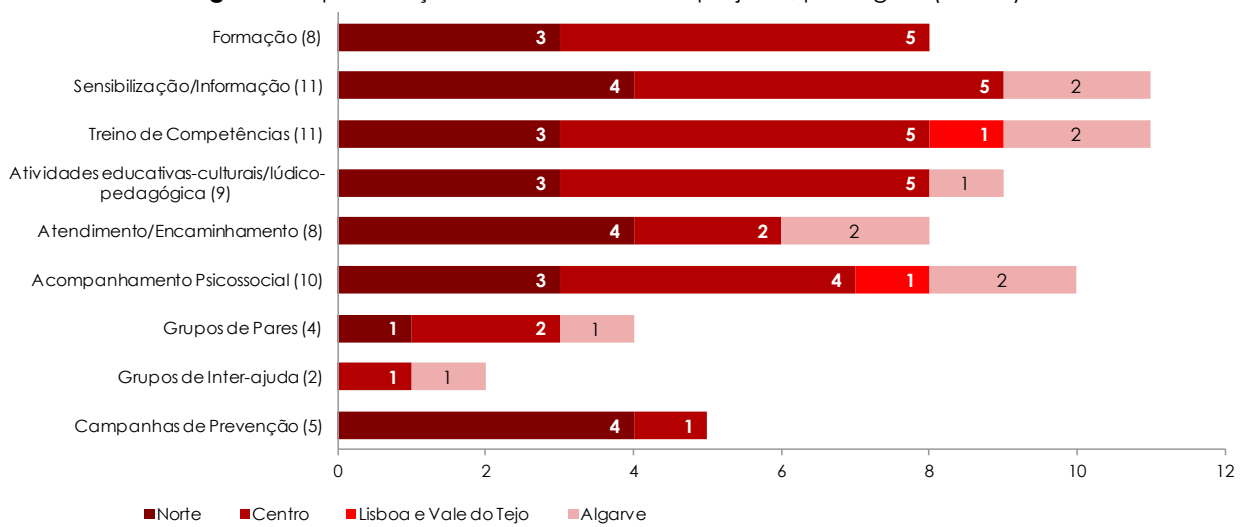
No que se refere à intervenção em **Contextos Recreativos e/ou festivos** foram 5 os projetos (3 na região Norte e 2 na região Centro) que desenvolveram atividades nestes contextos, tendo sido contactadas 7.915 pessoas. A maioria das pessoas contactadas (91%) foi em contexto de festa/festival e 9% em contexto de bar/discoteca.

**Figura 8** - Total de pessoas contactadas (N = 7.915)



No seguinte gráfico são apresentados os tipos de ações desenvolvidas nos 14 projetos em execução.

**Figura 9 - Tipo de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N = 14)**

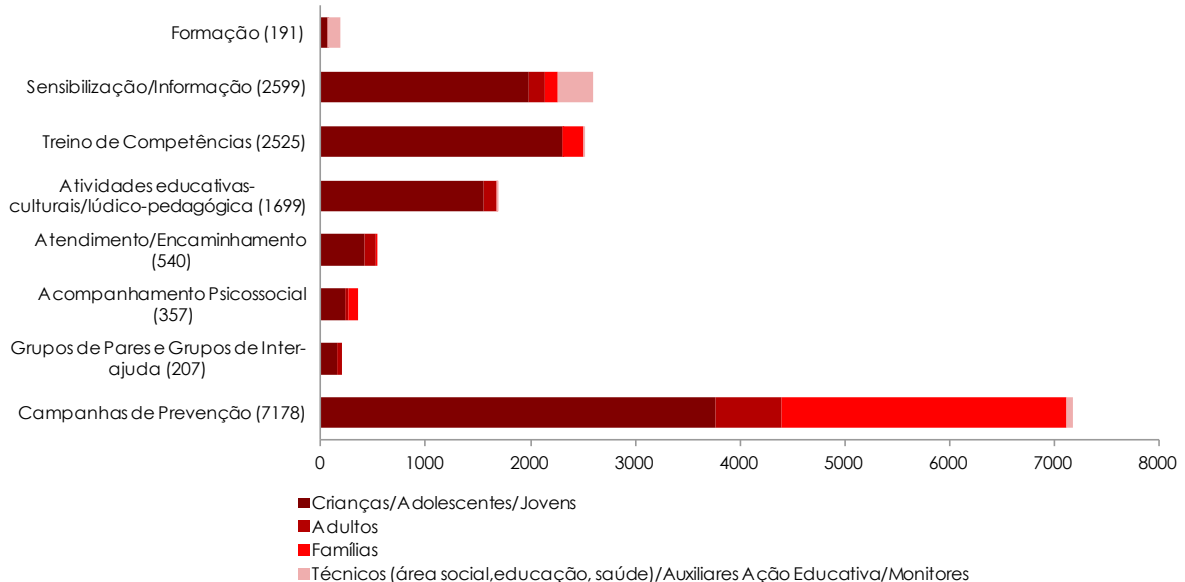


Fonte: SICAD.

A maioria dos projetos (11) desenvolve ações do tipo *Sensibilização/Informação* e de *Treino de competências*, 9 de *Atividades educativas-culturais/lúdico-pedagógica* e 10 projetos desenvolvem, ações do tipo *Acompanhamento/psicossocial*.

De seguida, apresenta-se o número de pessoas abrangidas por categoria de grupo-alvo nos diferentes tipos de ação dos projetos. Salienta-se que, em cada um dos projetos, a mesma pessoa pode ter sido abrangida por mais do que um tipo de ação.

**Figura 10 - Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação (N = 21.143)**



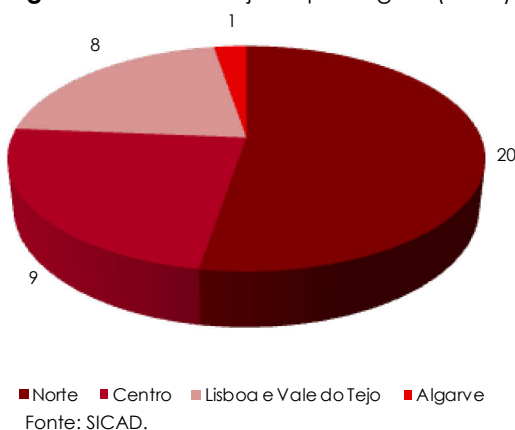
Fonte: SICAD.

Os tipos de ação onde foram abrangidos mais indivíduos foram as *Campanhas de Prevenção* (7.178) e *Sensibilização/Informação* (2.599), que habitualmente se dirigem a grupos mais alargados. No que respeita a intervenções dirigidas a grupos mais específicos, destacam-se as ações do tipo *Treino de Competências* (2.525), *atendimento/encaminhamento* (540) e

Acompanhamento psicossocial (357). Em 2014, a intervenção na área da prevenção, continua a promover o reforço de ações dirigidas a grupos específicos, nomeadamente crianças, adolescentes e jovens, manteve-se o enfoque da intervenção ao nível da prevenção seletiva e indicada.

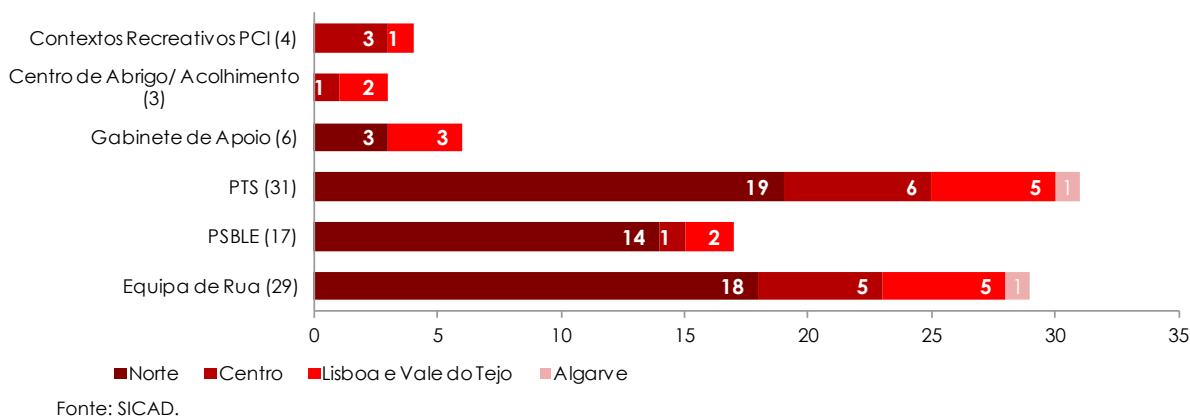
No caso da **RRMD**, decorreram 38 projetos nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

**Figura 11 - N° de Projetos por região (N=38)**



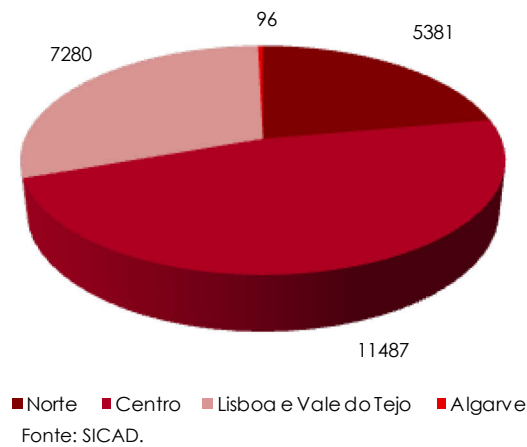
Cada projeto de RRMD apresenta diferentes respostas (definidas no Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho), consoante as necessidades identificadas, criando e mantendo em funcionamento diferentes programas ou estruturas de RRMD. Os 38 projetos de RRMD em execução abrangeram 27 territórios identificados como prioritários, 14 dos quais na região Norte, 8 na região Centro, 4 na região de Lisboa e Vale do Tejo e um na região do Algarve. A seguinte tabela espelha o tipo de resposta de RRMD, consoante os Programas e as Estruturas que estiveram em funcionamento durante o ano de 2014, por região.

**Figura 12 - Tipo de Respostas em RRMD desenvolvidas por região (N=90)**



Foram abrangidos pelos projetos de RRMD um total de 24.244 indivíduos, conforme o gráfico seguinte:

**Figura 13** - Total de indivíduos abrangidos por projetos de RRMD, por região (N=24.244)

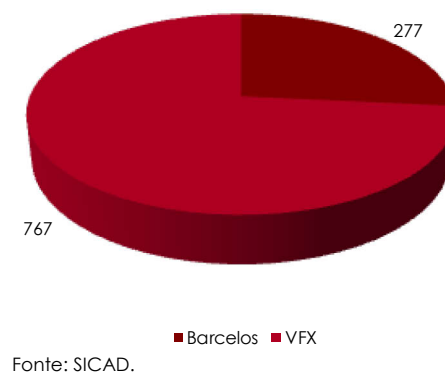


Note-se que a intervenção em Contextos Recreativos, nomeadamente através da criação e funcionamento de Pontos de Contacto e de Informação, abrange um maior número de indivíduos comparativamente a outros tipos de respostas (Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência, Equipa de Rua, Gabinete de Apoio, Centro de Abrigo, Centro de Acolhimento ou Programa de Troca de Seringas), uma vez que o tipo de resposta preconizada pressupõe contactos pontuais. Esta especificidade da intervenção em Contextos Recreativos justifica a maior abrangência de utentes, evidenciada na região Centro do país, região que apresenta mais projetos com este tipo de intervenção.

No âmbito do **Tratamento** foram desenvolvidos, na região de Lisboa e Vale do Tejo e na região Norte, dois projetos cofinanciados. A sua operacionalização foi concretizada através de *Centros de Consultas*, prosseguindo o acompanhamento aos utentes, em Vila Franca de Xira e em Barcelos, respetivamente, por via de uma intervenção integrada, consubstanciada na forma de Consultas Individuais realizadas por Médico/ Psiquiatra, por Psicólogos, bem como outros tipos de Atendimentos.

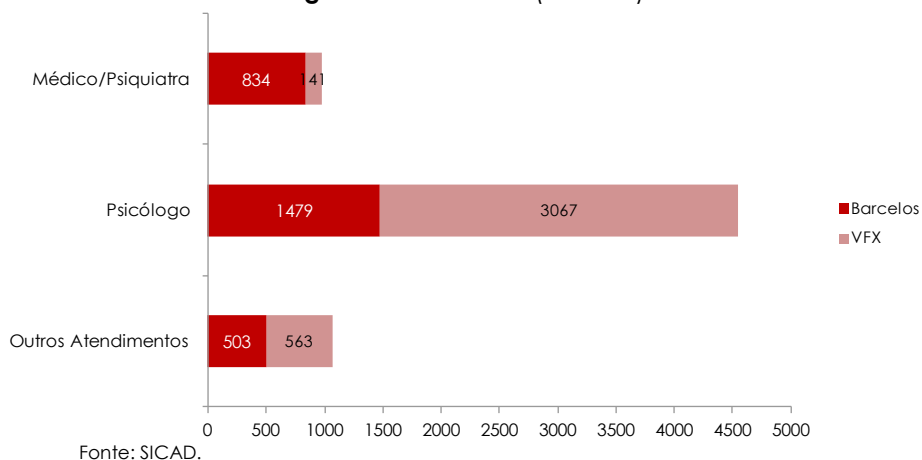
Com base nos indicadores recolhidos ao longo do ano, verificou-se que estes projetos abrangeram um total de 1.044 utentes, tendo 270 destes recorrido aos serviços pela primeira vez.

**Figura 14** - Nº de Utentes (N=1.044)



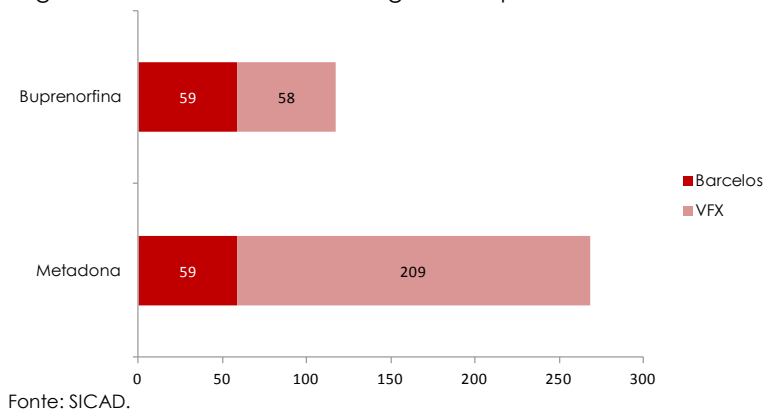
Foram realizadas ao longo do ano um total de 6.587 consultas. Destas, 975 foram realizadas por Médico ou Psiquiatra; 4.546 por Psicólogo. Foram ainda realizadas 1.066 consultas, relativas a outras valências, nomeadamente consultas a famílias e de serviço social.

**Figura 15 - Consultas (N=6.587)**



Foram igualmente desenvolvidos, em estreita articulação com as respetivas UIL, Programas de Tratamento com Agonista Opiáceos, tendo estado inseridos nesta modalidade terapêutica 396 utentes. Em termos médios diários, verificou-se que 268 utentes estiveram em programa com cloridrato de metadona e 117 em programa com buprenorfina.

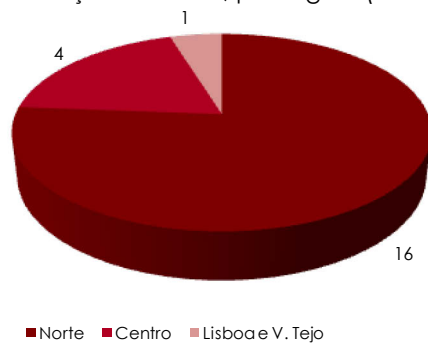
**Figura 16 - Programas de Tratamento com Agonista Opiáceos – Médias Diárias de Utentes**



Nestas unidades foram rastreados 217 utentes para o HIV, 198 para a hepatite B, 210 para a hepatite C, 190 para a tuberculose e 176 para a sífilis.

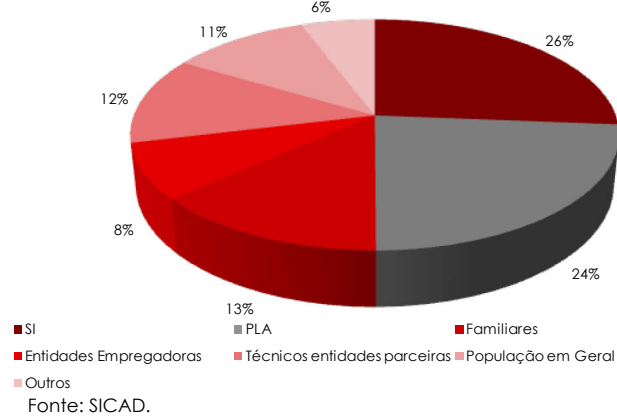
No ano de 2014 estiveram em desenvolvimento 21 projetos cofinanciados no eixo da **Reinserção**, distribuídos pelas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Na região Norte concentram-se 76% do total de projetos de reinserção em implementação em 2014. Estes projetos abrangeram um total de 2.457 pessoas, que foram alvo de intervenções no âmbito da reinserção.

**Figura 17 -** Projetos de reinserção em execução em 2014, por região (N=21)



Fonte: SICAD.

**Figura 18 -** População-alvo abrangida pelos projetos em 2014 (N=2.457)

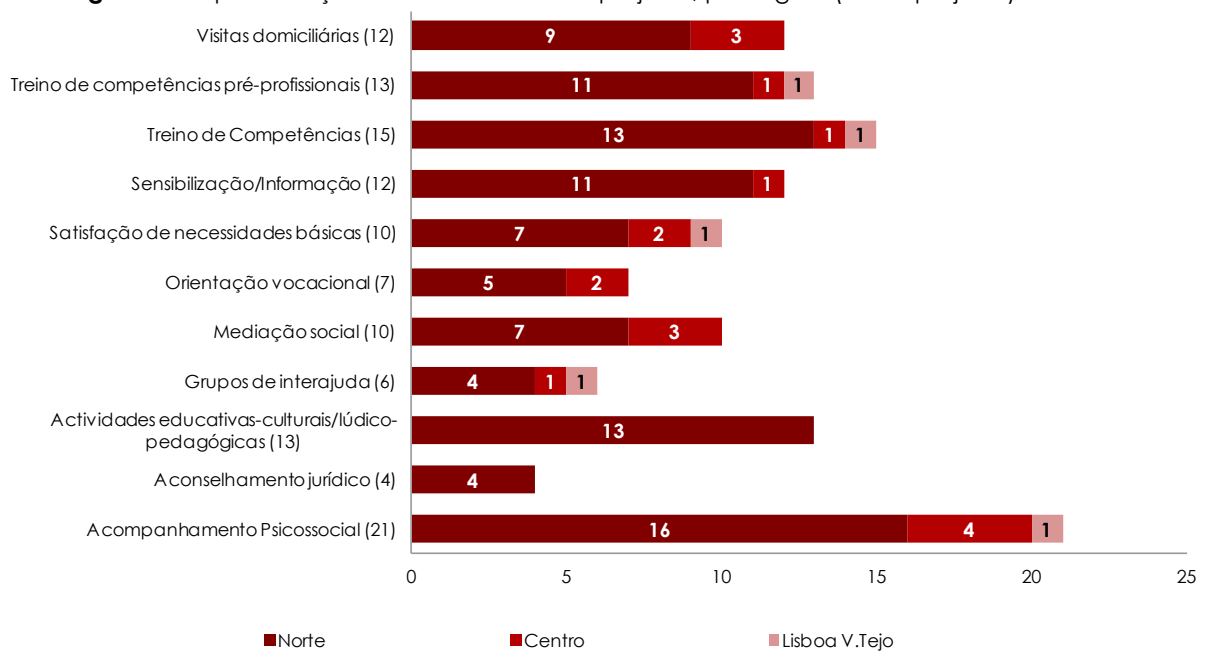


Fonte: SICAD.

Metade da população abrangida pelos projetos de reinserção são cidadãos com comportamentos aditivos e dependências (CAD), sendo que 26% apresentam consumos de substâncias ilícitas (SI) e 24% problemas ligados ao álcool (PLA). Uma vez que os modelos em vigor na área da reinserção preconizam que a intervenção deve ser dirigida ao indivíduo com CAD e, simultaneamente, aos diversos elementos dos sistemas sociais existentes, verifica-se que esta premissa está subjacente à intervenção desenvolvida pelos projetos, já que 50% dos grupos-alvo abrangidos pertencem aos sistemas sociais. Destaca-se a família, os técnicos das várias entidades parceiras e as entidades empregadoras.

No que se refere à intervenção desenvolvida, foram promovidas estratégias e ações diversas, que procuram ter resultados relevantes na esfera da vida das pessoas abrangidas pelos projetos. No gráfico seguinte apresenta-se a tipologia das ações, identificadas de acordo com categorias comuns.

**Figura 19 -** Tipos de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N= 21 projetos)

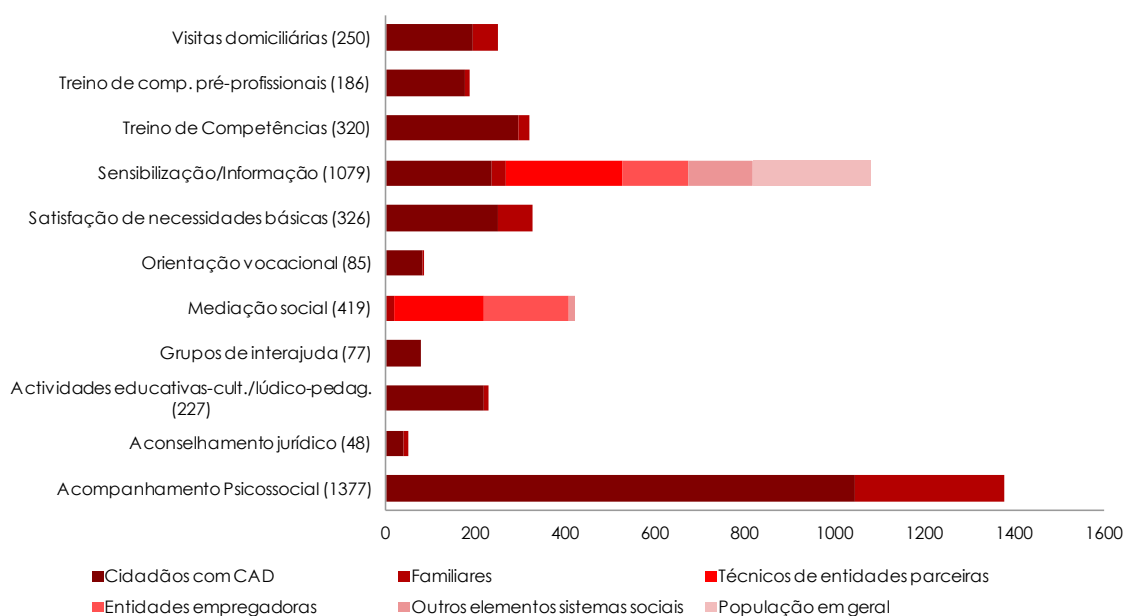


Fonte: SICAD.

O *Acompanhamento Psicossocial* constitui a base das estratégias de intervenção em reinserção, o que se verifica também no âmbito dos projetos, já que todos desenvolvem este tipo de ação (21). Destacam-se também as ações de *Treino de Competências* e *Treino de Competências Pré-Profissionais*, desenvolvidas em 15 e 13 dos projetos, respetivamente, que visam o desenvolvimento das aptidões e capacidades individuais, quer ao nível das competências de vida, quer ao nível das competências necessárias para o exercício de uma profissão. As *atividades educativas-culturais, lúdicas ou pedagógicas* também contribuem para a aquisição de competências e estão presentes em 13 dos projetos.

Como já foi referido anteriormente, as ações desenvolvidas envolveram diferentes grupos-alvo, como sejam os cidadãos com CAD, familiares, entidades empregadoras e outros elementos dos sistemas sociais, que desempenham um papel importante na concretização dos itinerários de inserção. No gráfico seguinte apresentam-se as pessoas abrangidas em cada tipo de ação, por grupo-alvo.

**Figura 20 - Pessoas abrangidas por ação, por tipo de grupo-alvo**



Fonte: SICAD.

A maioria das ações desenvolvidas foi dirigida aos cidadãos com CAD e os seus familiares, com destaque para as ações de *Acompanhamento Psicossocial* (1045 utentes e 332 familiares). As ações de *Sensibilização/Informação* abrangeram também um elevado número de pessoas, incluindo vários elementos dos sistemas sociais, num total de 1079 pessoas. A intervenção dirigida aos sistemas sociais caracterizou-se também pelas ações de *Mediação Social*, que abrangeram entidades empregadoras, técnicos da área social, educação, saúde, emprego, formação, técnicos de autarquias e ainda outros grupos como associações, entidades da sociedade civil e comunidade em geral. A intervenção neste nível prevê o estabelecimento de canais de comunicação e parcerias com diferentes estruturas de apoio, de forma a construir uma rede de suporte ao processo de inserção das pessoas com CAD. Esta intervenção apresenta um carácter estratégico no âmbito da reinserção: se por um lado permite favorecer o estabelecimento de vínculos entre o cidadão e o contexto em que se insere, facilitando o acesso às respostas disponíveis, por outro lado contribui para a alteração das representações negativas associadas aos CAD, contribuindo para a mudança dos sistemas sociais e para a melhoria das condições de inserção.



## **Ação 15. Implementação da Rede de Referência/Articulação, enquanto sistema que regula as relações de complementaridade e apoio técnico, entre estruturas intervenientes no âmbito dos CAD, sustentando um sistema integrado de informação interinstitucional**

### **Todo o ciclo de vida**

Decorrente da aprovação da Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde a 07.06.2013, em 2014 o SICAD, em articulação com os demais parceiros, elaborou o **Plano de Implementação e de Acompanhamento da Rede de Referência/Articulação** no qual foram definidas as metodologias de divulgação e de organização, bem como o planeamento das ações a desenvolver, incluindo a informação, a formação, a operacionalização, a monitorização e a avaliação, no sentido de se assegurar uma execução eficaz e uma gestão adequada da implementação e do acompanhamento da Rede. Foi exatamente neste âmbito que se previu a constituição de estruturas de coordenação e de acompanhamento, designadamente a criação de:

- Comissão de Coordenação - constituída por representantes da Direção-Geral do SICAD, dos Conselhos Diretivos das 5 ARS, I.P., e da DGS - Coordenações dos Programas Nacionais para a Saúde Mental e para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, enquanto estrutura de coordenação global da Rede de Referência/Articulação, com a missão de assegurar a representação e a concertação intersectorial e de reforçar as possibilidades de criação de dinâmicas de mudança por via deste envolvimento, bem como de assegurar a sua avaliação.
- Grupo Técnico de Acompanhamento - de forma a possibilitar o desenvolvimento eficaz, eficiente e com qualidade da Rede de Referência/Articulação, assumindo como principais funções a coordenação operacional, a gestão, a organização de todas as atividades inerentes à Rede e a sua monitorização, constituído por elementos técnicos, nomeadamente no âmbito do SICAD, das DICAD das ARS, I.P., bem como de representantes regionais do Programa Nacional para a Saúde Mental e do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo.

Assim, e considerando como condição intrínseca para a implementação da Rede, a inclusão das suas diretrizes no quotidiano das diferentes estruturas que a integram, nomeadamente no âmbito dos cuidados de saúde primários, dos cuidados de saúde especializados e dos cuidados de saúde hospitalares, em 2014 foram realizadas 2 reuniões da Comissão de Coordenação da Rede de Referência/Articulação, através das quais se procurou:

- Garantir o compromisso intersectorial no âmbito da Rede;
- Ratificar o Plano de implementação e de Acompanhamento da Rede;
- Assegurar o planeamento territorial das experiências piloto da Rede;
- Aferir as potencialidades e dificuldades loco-regionais existentes.

Por outro lado, quer o documento base da Rede de Referência/Articulação quer o Plano de Implementação e Acompanhamento preveem a apresentação de um relatório anual, no qual conste uma análise das iniciativas desenvolvidas que tenham concorrido para o alcance dos objetivos definidos, da responsabilidade do SICAD, sendo que, no âmbito regional, o acompanhamento e monitorização compete às respetivas ARS, I.P. Neste sentido, foi apresentado o primeiro **Relatório de Desenvolvimento da Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD**.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Informação mais detalhada sobre o Relatório de Desenvolvimento da Rede na Ação 83.

Foram ainda realizadas outras atividades para o desenvolvimento da Rede de Referência/Articulação, nomeadamente: revisão do Algoritmo da Rede com base na atualização de evidências científicas; articulação com a DGS - Coordenação do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo no âmbito da inserção de contributos no documento Rede de Prestação de Cuidados e de Referência em Cessação Tabágica; inserção da Rede como uma Medida na Linha Estratégica *Desenvolver a reorientação dos serviços de saúde o que inclui reforçar o papel dos técnicos de saúde e das autoridades de saúde, tornando-os mais sensíveis à colaboração com a escola, empresas e outros contextos onde se integrem adolescentes e Jovens do Livro Branco da Juventude*; apresentação da Rede de Referência em diferentes fora nacionais e internacionais; inserção de questões específicas, e em consonância com o perspectivado na Rede do questionário, no questionário do diagnóstico de necessidades de formação nas ARS, I.P.<sup>11</sup>

Ainda neste âmbito, na ARS Norte, I.P. realizou-se a adaptação do Plano de Implementação e de Acompanhamento da Rede, de nível nacional, para dois documentos – Implementação da Rede de Referência na Região Norte e Implementação da Rede de Referência em Cinfães.

Sendo que, na ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. foram realizadas 2 reuniões de trabalho a nível local para implementação da experiência piloto (sensibilização dos profissionais para a relevância de uma abordagem e intervenção enquadradas pela rede de referência).

A ARS Algarve, I.P., realizou 3 reuniões (uma por Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)), bem como 6 formações, que abrangeram 96 formandos (CG/MF, Enfermeiros, Psicólogos, Assistentes Sociais).

Por sua vez, a ARS Centro, I.P., realizou 2 reuniões (com Conselho clínico e Coordenadores dos ACES), e assegurou a realização de 3 ações de formação, envolvendo 59 profissionais.

## **Ação 16. Facilitação do acesso a respostas de Formação e Emprego**

### **Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos**

No âmbito do processo de monitorização em vigor para a área da reinserção, foram reportadas pelas **Equipas de Reinserção dos CRI** várias respostas proporcionadas junto dos utentes, tendo em vista a facilitação do acesso a respostas de formação e emprego:

Ao nível da Formação Profissional foram diagnosticadas 1.802 necessidades (1.175 em utentes com consumos de substâncias ilícitas - SI e 627 em utentes com problemas ligados ao álcool – PLA), tendo-se verificado 776 integrações em respostas de formação profissional. A capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas foi de 43%.

No âmbito do Emprego foram diagnosticadas 4.424 necessidades (2.794-SI e 1.630-PLA), tendo sido conseguidas 2.108 integrações. A relação entre estes indicadores foi de 48%.

No âmbito da facilitação do acesso a respostas de Formação e Emprego, importa ainda destacar o Programa Vida-Emprego (PVE), que continua a assumir uma importância vital na concretização de percursos de inserção dos utentes, em especial daqueles que apresentam

<sup>11</sup> Mais informação sobre o desenvolvimento da Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD na Ação 99.

maiores fragilidades no mercado de trabalho. Este programa, em vigor desde 2008 e implementado em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP,I.P.), abrangeu 954 pessoas acompanhadas pelas Equipas de Reinserção dos CRI e outras unidades privadas licenciadas ou convencionadas. Verificou-se em 2014 um aumento dos apoios atribuídos pelo Programa, por comparação ao ano de 2013, na ordem dos 14%.

No sentido de facilitar o acesso dos utentes ao mercado de trabalho, vem sendo utilizada pelos técnicos das equipas de reinserção a base de dados informática *Bolsa de Empregadores*, que permite partilhar informação relativa a empresas e outras entidades que tenham contratado ou possam vir a contratar pessoas com CAD. Em 2014 foram inseridas 62 novas entidades, totalizando, assim 1.132 potenciais empregadores registados na Bolsa.

### **Ação 17. Facilitação do acesso a respostas que atuem na redução das situações de pobreza e exclusão social**

#### **Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos / Adultos acima de 65 anos**

Manteve-se em vigor o **Protocolo de Articulação**<sup>12</sup>, celebrado em 28 de junho de 2007, entre o então Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P. (IDT, I.P.), atual **SICAD**, o **ISS, I.P.** e a **SCML**, o qual continua a revelar-se como uma mais-valia para os utentes que beneficiam deste atendimento integrado bem como para os serviços, prevenindo a duplicação de respostas e de recursos. A implementação desta metodologia de resposta integrada permitiu o envio de 695 Fichas de Ligação para os serviços de ação social (SI – 444 / PLA-251), tendo os CRI rececionado 125 fichas de ligação encaminhadas dos serviços de ação social (SI -61 / PLA-64).

No âmbito do processo de monitorização em vigor para a área da reinserção, foram reportadas pelas equipas de reinserção dos CRI várias respostas proporcionadas junto dos utentes, tendo em vista a redução das situações de pobreza e exclusão social, de acordo com os diagnósticos individuais e planos individuais de inserção contratualizados:

- Ao nível da Habitação foram identificadas 973 necessidades (646 em utentes com consumos de substâncias ilícitas - SI e 327 em utentes com problemas ligados ao álcool - PLA), tendo sido possível proporcionar respostas de habitação a 519 pessoas, o que corresponde a uma capacidade de resposta de 53%. Do total de pessoas com necessidades a este nível, 418 encontravam-se em situação de sem-abrigo (238-SI e 180-PLA).
- Ao nível da Educação foram identificadas 1.240 necessidades (784-SI e 456-PLA), das quais 258 foram satisfeitas através do encaminhamento para ações de educação e alfabetização, para o ensino regular e para os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. A capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas foi de 32%.
- Foram identificadas 7.200 necessidades de acesso a serviços públicos e de proximidade (5.456-SI e 1.744-PLA), sendo que 6.475 destas situações foram resolvidas, o que corresponde a um rácio de satisfação de 90%. Estes valores refletem um trabalho significativo de articulação interinstitucional efetuado pelas equipas de reinserção, que envolve centenas de serviços públicos e de proximidade.
- 502 pessoas foram encaminhadas pelos CRI para projetos de reinserção cofinanciados no âmbito do PORI.

<sup>12</sup> Informação mais detalhada na Ação 12.

### Ação 18. Desenvolvimento de estratégias de intervenção que potenciem a inserção do cidadão nas redes de suporte, com base na identificação das respostas existentes

Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos / Adultos acima de 65 anos

Tendo como objetivo potenciar a inserção do cidadão nas redes de suporte, foram reportados pelas **Equipas de Reinserção dos CRI** as seguintes intervenções em 2014:

- Intervenção familiar - Neste âmbito foram acompanhados pelas equipas de reinserção 3.438 famílias e 1.164 participaram em grupos socioterapêuticos;
- Foram abrangidas 956 pessoas por Grupos de Treino de Aptidões Sociais (453-SI e 511-PLA) e 5.065 por outros Grupos Socioterapêuticos (3.173-SI e 1.892-PLA).
- No âmbito da Ocupação de Tempos Livres, verificou-se a integração de 564 situações, o que correspondeu a 47% das necessidades identificadas (621-SI e 579-PLA).

### Ação 19. Assegurar o funcionamento de um serviço telefónico de ajuda e respetivas plataformas de comunicação e informação

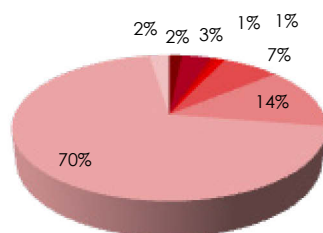
Todo o ciclo de vida

No que se refere à Linha Vida - serviço de aconselhamento, informação e encaminhamento telefónico, foram atendidas 7.860 chamadas no ano de 2014.

Concretamente, no que concerne aos cidadãos que procuram o Serviço, foram categorizados como Próprios – aqueles que ligam para expor um problema seu ou pedir informação, e Outros, sendo que nesta última categoria se inserem todos os que telefonam para expor um problema de outra pessoa ou a pedir uma informação para outrem.

A grande maioria das chamadas pertence à categoria Próprio. Da restante categoria, destacam-se as chamadas efetuadas por pais, com dúvidas sobre possíveis consumos e/ou dificuldades de relacionamento com os filhos, seguindo-se os outros familiares e companheiros/namorados.

Figura 21 - Quem telefona

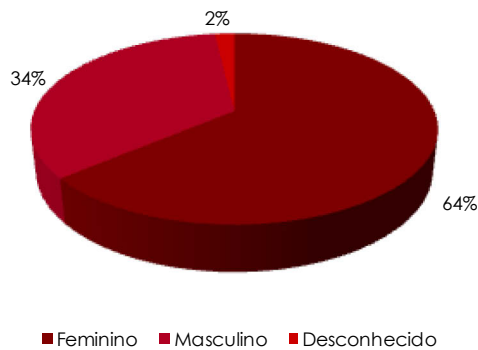


- Amigo
- Filho (a)
- Outro Familiar
- Próprio
- Companheiro/Namorado
- Outros
- Pais
- Técnicos

Fonte: SICAD.

No que respeita à distribuição do género, verifica-se que existe uma predominância do género feminino.

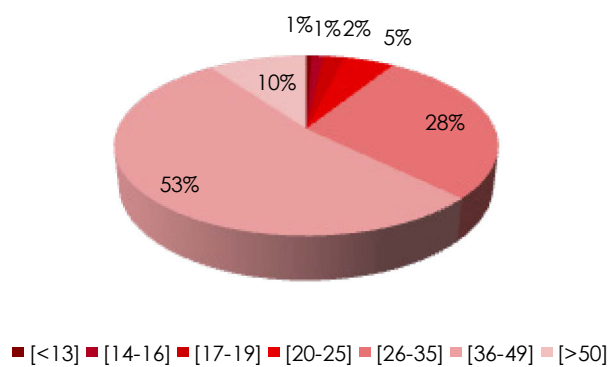
**Figura 22 - Género de quem telefona**



Fonte: SICAD.

Relativamente às idades, verifica-se que foi na faixa etária dos 36-49 anos que se situou a maioria dos utentes da Linha, seguindo a faixa etária dos 26-35 anos como aquela que procurou mais o serviço.

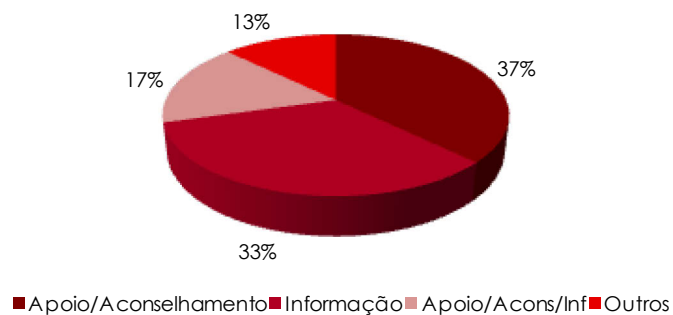
**Figura 23 - Idade de quem telefona**



Fonte: SICAD.

Acerca dos conteúdos das chamadas verifica-se que a maioria diz respeito à apresentação de um problema ou a um pedido de informação relacionado com substâncias psicoativas.

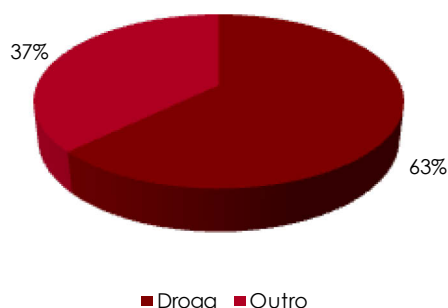
**Figura 24 - Tipo de pedido**



Fonte: SICAD.

A maioria das chamadas atendidas, estão relacionadas com a problemática da droga, uma vez que é essa a área de atuação da Linha Vida. Estas chamadas estão associadas quer a pedidos de informação e esclarecimento de dúvidas quer a pedidos de apoio ou encaminhamento.

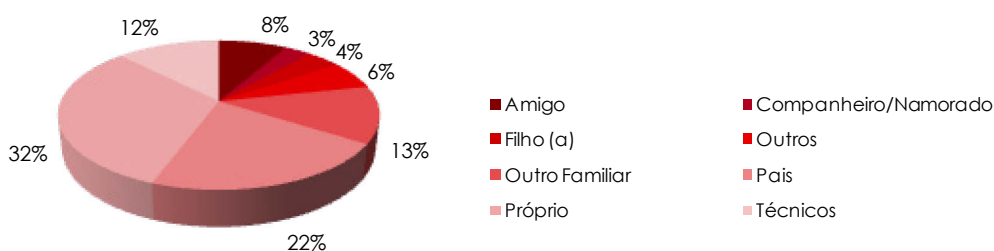
**Figura 25 - Tipo de Assunto**



Fonte: SICAD.

Especificamente em relação aos utentes que efetuam pedidos ao serviço de **e-mail counselling**, apresentam-se como sendo os próprios quem na grande maioria coloca questões por esta via, seguindo-se os pais, os outros familiares e os técnicos.

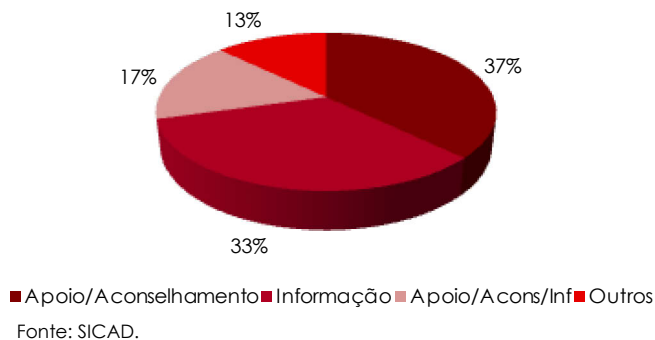
**Figura 26 - Quem faz o pedido**



Fonte: SICAD.

Relativamente ao tipo de pedidos verificamos que são pedidos de informação, os que motivam a maioria da procura do **e-mail counselling**, seguindo-se os de apoio/aconselhamento.

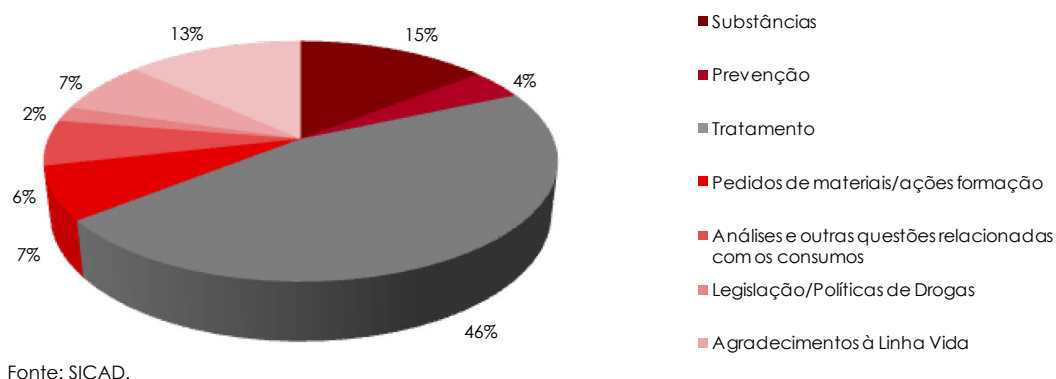
**Figura 27 - Tipo de pedido**



Fonte: SICAD.

Relativamente às temáticas das questões colocadas, a maioria refere-se a questões relacionadas com o tratamento, seguindo-se a temática das substâncias, quer sejam pedidos de informação, quer sejam pedidos de apoio/aconselhamento ou encaminhamento).

**Figura 28 - Tema**



O serviço disponibiliza também um *site* destinado a jovens que complementa o trabalho de aconselhamento e informação que o Serviço disponibiliza à comunidade.

No ano de 2014 foram realizadas 68.235 visitas ao *site* [www.tu-alinhas.pt](http://www.tu-alinhas.pt). Realizaram-se 125 atualizações. Semanalmente são atualizados conteúdos do *site* Tu-Alinhas, referentes aos itens “interessante” e notícias.

**Ação 20. Dinamização do Fórum Nacional Álcool e Saúde enquanto plataforma integrada de resposta aos problemas ligados ao álcool**

**Todo o ciclo de vida**

Em relação à Dinamização do **Fórum Nacional Álcool e Saúde** (FNAS) enquanto plataforma integrada de discussão dos problemas ligados ao álcool, foram submetidos em 2014 um conjunto de 74 novos compromissos apresentado por 52 entidades diferentes. Foi igualmente desenvolvido trabalho de Consultoria e validação das intervenções a desenvolver no âmbito dos PLA, tendo sido concretizadas reuniões com 21 entidades. No quadro abaixo, apresenta-se a atual distribuição dos membros do FNAS em função da sua tipologia:

**Quadro 3 - Distribuição dos membros do FNAS em função da sua tipologia**

Tipo de Entidades	
Administração Pública	21
Autorarquias	4
Entidades públicas e privadas	6
Instituições do Ensino Superior	5
Sociedades Científicas e Ordens Profissionais	9
Operadores da Indústria e do Comércio	11
Entidades do setor social, ONG e IPSS	16
Sindicatos	2
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>

Fonte: SICAD / FNAS

Em 2014 promoveu-se a participação em grupos de discussão interinstitucionais, com a concretização de várias reuniões que permitiram o envolvimento de 43 instituições representadas por 74 pessoas. Os temas centraram-se sobre Informação/Sensibilização sobre os problemas ligados ao álcool, Prevenção/Formação centrada sobre esta temática, Tratamento/Reinserção de pessoas com Problemas Ligados ao Álcool, a Redução de Riscos e intervenções no Domínio da Oferta e Linhas de Investigação e Produção Científica no âmbito desta problemática. O esforço desenvolvido traduziu-se na submissão de 21 Compromissos envolvendo a parcerias entre 35 Entidades das quais 25 são membros do FNAS e 10 são entidades externas a esta estrutura. Produziu-se ainda o Relatório de Monitorização do Fórum Nacional Álcool e Saúde<sup>13</sup>.

**OE5. Prevenir e reduzir a incidência de anomalias e perturbações de desenvolvimento fetal causadas pelos CAD, bem como a ocorrência de patologias na grávida, decorrentes do consumo de substâncias psicoativas e medicamentos não prescritos**

**Ação 21. Reforço da articulação entre os serviços, de modo a permitir uma intervenção integrada aos diferentes níveis (promoção da saúde, prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos), em múltiplos contextos**

#### Gravidez e período neonatal

A articulação entre os serviços, de modo a permitir uma intervenção integrada aos diferentes níveis (promoção da saúde, prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos) foi assegurada a diferentes níveis, nomeadamente entre os CRI e os ACES.

De acordo com os dados registados no Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) ocorreram em 2014, nas unidades geridas pelas **ARS, I.P.**, 51 referências de utentes grávidas; a análise descritiva deste dado revela que foram os Serviços ou Profissionais especializados em CAD que referenciaram em maior número estas utentes para as respostas específicas existentes para grávidas (18), sendo ainda de salientar as referências a partir dos Cuidados de Saúde Primários (4) e ainda as estruturas de RRMD (3). Por outro lado, foram registadas 459 intervenções específicas dirigidas a grávidas nas unidades geridas pelas ARS, I.P., na sua maior parte consistindo em Consultas Individuais (Médicas/Enfermagem/Psicologia/ Serviço Social: 177), a que se seguem as Consultas /Intervenções em Grupos (151).

**Ação 22. Promoção do conhecimento sobre o impacto dos CAD na evolução da gravidez**

#### Gravidez e período neonatal

Em 2014 a **ARS Norte, I.P.**, submeteu ao FNAS a elaboração de folheto informativo sobre consumos de álcool destinado, a mulheres que estejam a pensar engravidar, que estejam grávidas ou em período de amamentação, a distribuir nos ACES e a disponibilizar para apoio a ações de formação e sensibilização.

De ressaltar ainda que, no âmbito do VIH/SIDA, foi disponibilizado material informativo (54.050 folhetos dirigidos a grávidas e a mulheres que pretendem engravidar).

<sup>13</sup> Mais informação sobre o Relatório de monitorização do FNAS na Ação 83.



**OE6. Diminuir o risco de infeção por VIH/SIDA e a vulnerabilidade a esta infeção (em colaboração com o Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA)**

**Ação 23. Desenvolvimento de Intervenções de Prevenção e RRMD dirigidas aos riscos associados, designadamente:**

- **Consumos endovenosos;**
- **Relações sexuais desprotegidas;**
- **Outros comportamentos sexuais de risco, sob a influência de SPA**

**Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos**

O número 808 22 20 03, a **Sexualidade em Linha** é um serviço de atendimento telefónico de informação, aconselhamento e encaminhamento aos jovens nas áreas da educação sexual e do planeamento familiar, também dinamizado pelo **IPDJ, I.P.**

Integrado no contexto do **Portal da Juventude** (juventude.gov.pt), o **IPDJ, I.P.** oferece uma área web dedicada à **Saúde e Sexualidade Juvenil** onde o jovem pode colocar a sua dúvida ou questão sobre Saúde e Sexualidade Juvenil, de forma anónima e confidencial, que é respondida por uma equipa formada e habilitada nestas áreas, bem como consultar informação sobre as temáticas da Saúde e Sexualidade Juvenil.

Do funcionamento destas iniciativas expõem-se os resultados, nos anos de 2013 e 2014, por contextos:

**Quadro 4 - Distribuição de projetos por contexto de intervenção**

Contexto	Ciclo de vida	Indicador	Resultado 2013	Resultado 2014	Iniciativas
<b>Escolar</b>		N.º de projetos	104	76	Medida 1 e 3 do Cuida-te
	15-19	N.º de jovens	6536	4508	
<b>Recreativo</b>		N.º de projetos	21	22	Medida 1 do Cuida-te
	15-19	N.º de jovens	10631	10882	
	20-24	N.º de jovens	2334	2868	
<b>Universitário</b>		N.º de projetos	3	3	Medida 1 do Cuida-te
	15-19	N.º de jovens	821	587	
	20-24	N.º de jovens	181	577	
<b>Outro</b>	15-19	N.º de atendimentos	3859	4416	Medida 4 do Cuida-te
	20-24	N.º de atendimentos	1546	1697	
<b>Outro</b>	Menor de 15	N.º de atendimentos	33	33	Sexualidade em Linha
	15-17	N.º de atendimentos	361	334	
	18-25	N.º de atendimentos	2202	1844	
	Maior de 25	N.º de atendimentos	1140	919	

Fonte: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Ainda neste âmbito, e nomeadamente em contexto escolar, o **Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA** participou numa Palestra, inserida no Dia Internacional do Preservativo, na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, com ação de sensibilização para a importância da utilização do preservativo na prevenção do VIH/SIDA; contextualização da doença e Campanha 30 anos VIH/SIDA em Portugal.

No âmbito da Queima das Fitas e das Semanas Académicas (contexto universitário) e em articulação mais direta com as **Associações de Estudantes, Organizações Não Governamentais e Centros de Aconselhamento e Deteção Precoce do VIH**, disponibilização de materiais preventivos e informativos e realização de testes rápidos de pesquisa de anticorpos VIH.

De realçar ainda a disponibilização de materiais preventivos e informativos às Escolas e às Universidades que os solicitam ao longo do ano (distribuição de 59.396 preservativos masculinos e 11.571 preservativos femininos).

#### **Ação 24. Reforço da capacidade dos serviços de Tratamento e de RRMD na implementação de medidas que visem a sensibilização e a promoção da diminuição das infeções por VIH/SIDA**

**Jovens dos 15 aos 19 anos / Jovens dos 20 aos 24 anos / Adultos dos 25 aos 64 anos / Adultos acima de 65 anos**

No âmbito do **Programa troca de seringas "diz não a uma seringa em segunda mão"**, foi criada a Comissão de Acompanhamento do Programa Troca de Seringas (CAPTS) que integra elementos do **Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA** (que preside), dos **Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.** (SPMS, E.P.E), do **SICAD**, representantes dos **Pontos Focais para a Infeção VIH/SIDA das ARS, I.P.**, da **Associação CASO – Consumidores Associados Sobrevivem Organizados, DICAD da ARS, I.P.**, do **Norte e de Lisboa e Vale do Tejo**. Esta Comissão foi responsável, em 2014, pela elaboração dos fluxogramas de funcionamento do Programa nas diferentes tipologias de estruturas (Unidades de Saúde dos ACES/Unidades Locais de Saúde; Equipas de RRMD/Organizações não-governamentais; Unidade Móvel) e das listagens dos locais de troca de seringas, agrupados por regiões e por tipologia de estrutura. Esta informação está disponível para consulta no portal do PNVIH/SIDA.

Em 9 de julho de 2014, foi assinado um Acordo entre o Ministério da Saúde e a Associação Nacional de Farmácias (ANF) para a implementação de Programas de Saúde Pública, de entre os quais o PTS. Nos termos do referido Acordo, o PTS volta a ser disponibilizado nas farmácias, durante um período experimental de 12 meses, sem encargos para o Estado, findo o qual será avaliado por uma Comissão de Acompanhamento em termos dos ganhos em saúde e do esforço das farmácias com a sua execução.

O número de seringas distribuídas/trocadas de janeiro a dezembro de 2014 por Centros de Saúde, CRI, equipas de rua e posto móvel foi de 1.677.329 seringas.

**Quadro 5 - Seringas recolhidas/distribuídas em Portugal nas estruturas participantes no PTS de janeiro a dezembro de 2014**

<b>Entidades</b>	<b>Seringas recolhidas/distribuídas (N)</b>
<b>Cuidados de Saúde Primários (ACES/ULS)</b>	301.578
<b>ONG/OG (Equipas de rua)</b>	1.347.644
<b>Posto Móvel</b>	28.107

Fonte: Relatório Anual 2014 – Programa "Diz não a uma seringa em segunda mão"

Participaram no processo de recolha e distribuição do PTS 49 organismos associados aos Cuidados de Saúde Primários e 35 ONG/OG.

Em 2014 foram distribuídos 722.376 preservativos, no âmbito do Programa “Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão”.

Ainda no âmbito do PTS, foram adquiridos 1.000 cartazes para identificação dos locais de troca (ACES e CRI) e 2.000 autocolantes para afixação nas farmácias aderentes ao Programa.

O número de seringas trocadas em 2014 nas estruturas participantes no PTS (1.677.329) traduz um crescimento do volume de trocas de cerca de 76% face a 2013.

**Quadro 6** - Seringas distribuídas/trocadas em Portugal nas estruturas participantes no PTS em 2013 e 2014

	Seringas distribuídas / trocadas	Seringas distribuídas/trocadas por estrutura			ACES que participaram no PTS	ONG/OG que participaram no PTS
		Unidades CSP	ONG/OG	Posto Móvel		
jan-dez 13	950 652	28 694	899 662	22 296	49	35
jan-dez 14	1 677 329	301 578	1 347 644	28 107	297	39
<b>Evolução</b>	76%	951%	50%	26%	506%	11%

Fonte: Relatório Anual PTS 2014

Dos valores apresentados, pode concluir-se que em 2014 houve uma consolidação do modelo de funcionamento implementado em 2013, tendo o aumento do número de aderentes ao nível dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) resultado num crescimento de cerca de 506% do volume de trocas nestas entidades, por comparação com 2013.

Verificou-se também um elevado acréscimo do volume de trocas nas unidades de CSP, com um crescimento de 951% das trocas verificadas entre 2013 e 2014.

Por outro lado, deve realçar-se, também, o aumento de trocas efetuadas através de estruturas não-governamentais (equipas de rua, posto móvel), comprovando a importância destas estruturas como meio de prevenção da transmissão da infeção.

Constata-se, assim, que em 2014 o PTS conseguiu reforçar o alcance dos seus objetivos: reduzir os riscos e minimizar os danos às pessoas que utilizam drogas injetáveis.

**Quadro 7** - Distribuição de preservativos masculinos e femininos em 2014, por tipo de organismo

ANO DE 2014	Preservativos masculinos	Preservativos femininos
Estabelecimentos Públicos de Saúde	855.288	60.430
Estabelecimentos Públicos de Educação	59.396	11.571
Estabelecimentos Prisionais	14.400	0
Outras Entidades Públicas (ex.: Autarquias)	53.292	23.400
Entidades Privadas (ex.: Fundações)	80.640	3.000
Entidades Assistenciais (ex.: ONG, IPSS)	1.773.589	140.480
Eventos Recreativos e Org. da Juventude	85.560	15.875
Programa "Diz Não a uma seringa em Segunda Mão"	722.376	0
<b>Totais anuais</b>	<b>3.644.541</b>	<b>254.756</b>

Fonte: DGS - PNIVHSIDA

Através dos projetos financiados, foram realizados testes rápidos de pesquisa de anticorpos anti-VIH1 e anti-VIH2 a 79 Pessoas que Utilizam Drogas Injetáveis, tendo sido identificados 2 casos reativos devidamente referenciados para confirmação e seguimento hospitalar.

De referir ainda a intervenção no que concerne às Forças Armadas, sendo que, no âmbito do PPCDAFA, o tratamento pode incluir:

- Internamento em hospital militar, no serviço de psiquiatria, para desintoxicação médica e acompanhamento clínico;
- Programa de tratamento e reabilitação biopsicossocial em unidade especializada;
- Ação terapêutica de reabilitação educativa, com o aproveitamento de militares recuperados, em ações de aconselhamento e ajuda;
- Acompanhamento médico periódico, em regime ambulatorio;
- Frequência de grupos de ajuda mútua (Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA)).

Os dados relativos às consultas de psiquiatria e ao internamento hospitalar, no serviço de psiquiatria do *Hospital das Forças Armadas* (HFAR) para desintoxicação médica e acompanhamento clínico, não foram disponibilizados.

No que se refere à atividade da UTITA, o Serviço de Utilização Comum das Forças Armadas para o tratamento e reabilitação psicossocial de alcoolismo e toxicodependência é a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo, integrado no HFAR.

Durante 2014, a UTITA desenvolveu a seguinte atividade:

- Nível ambulatorio

Este nível consiste em tratamentos individuais e tratamentos de grupo. Os primeiros ocorrem em regime de consulta externa, com regularidade variável, em função da gravidade, integrando as seguintes consultas:

- Psiquiatria (semanal);
- Psicologia:
  - Avaliação psicológica (diária);
  - Psicoterapia individual (variável);
  - Terapia familiar (semanal).
- Aconselhamento (variável).

Os tratamentos de grupo integram consultas de prevenção da recaída, com regularidade semanal.

- Nível de Internamento

Os programas de internamento na UTITA estão estruturados de forma a prestarem cuidados intensivos, durante 26 dias, levando às mudanças essenciais à manutenção de abstinência e estruturando a vida em função dos valores da "recuperação".

Durante 2014, o programa manteve a estrutura do ano anterior, tendo sido realizados 7 programas de tratamento, envolvendo atos assistenciais/intervenções nas várias substâncias.

- Atividade de colaboração com o Ministério da Saúde

Relativamente ao protocolo firmado com o **SICAD**, a **UTITA** não recebeu, ao nível do internamento, utentes com problemas relacionados com álcool e outras drogas.

No total, esta Unidade especializada no tratamento e reinserção realizou 5.927 atos assistenciais relacionados com diversas substâncias, sendo que destes 4.127 destinaram-se à população militar e 1.800 a utentes civis.

Por outro lado, acresce referir que, para as Forças Armadas a Reinserção constitui-se pelo conjunto de ações integradas que visam a reintegração socio-laboral do militar e a prevenção da recaída.

Estas ações são organizadas e estruturadas pelo Comando da unidade, com a colaboração do seu NAC, de forma a dar continuidade ao trabalho de recuperação iniciado com a desintoxicação e o internamento. Inclui o apoio familiar e social, a reintegração profissional e o controlo tóxico-analítico regular, mantendo-se a afiliação em grupos de ajuda mútua (AA e NA).

No meio laboral militar envolvem-se, assim, todos os elementos úteis à recuperação do indivíduo: hierarquia de comando, oficial de segurança, operador de prevenção, médico, capelão, serviço de ação social e responsável pela educação física, que reforçarão a manutenção da abstinência e a mudança para um estilo de vida livre de drogas e álcool.

A atividade da UTITA, ao nível da prevenção terciária, consiste essencialmente no apoio aos Operadores de Prevenção, dos NAC das Unidades, e nas sessões de terapia de grupo semanal, em ambulatório, atrás referenciadas.

## **OE7. Reduzir as comorbilidades associadas aos CAD**

**Ação 25. Desenvolvimento das capacidades dos serviços de tratamento na implementação de medidas de diagnóstico, terapêuticas e de referenciação, que visem diminuir a ocorrência de comorbilidade associadas aos CAD, bem como o seu impacto negativo e a melhoria do seu prognóstico.**

De referir a revisão da Norma n.º 058/2011 sobre Diagnóstico e Rastreio Laboratorial da Infecção pelo VIH, segundo a qual o rastreio laboratorial da infeção pelo VIH deve ser efetuado em todos os indivíduos com idade compreendida entre os 18 e os 64 anos. A Norma foi publicada a 10 de dezembro de 2014.

Em contexto prisional, de referir a existência de um Protocolo entre a DGS/ Plano Nacional para a Tuberculose (PNT) e a DGRSP para a definição dos procedimentos de deteção e prevenção da Tuberculose nos Estabelecimentos Prisionais, assim como a disponibilização de materiais preventivos e informativos aos estabelecimentos que os solicitam.

## **OE8. Reduzir as consequências tardias e o impacto das dependências com e sem substância**

### **Ação 27. Desenvolvimento de Intervenções que promovam a mudança de comportamentos nos cidadãos, incentivando-os a serem agentes proativos na gestão da sua saúde, por forma a reduzir o impacto dos efeitos tardios dos CAD e (co) morbilidades associadas**

Na sequência da implementação da Experiência Piloto da distribuição das saquetas Unidose de Cloridrato de Metadona, em 2013, o **SICAD** deu continuidade, em 2014, aos procedimentos inerentes ao desenvolvimento e sedimentação da implementação plena do **Programa de Distribuição de Cloridrato de Metadona em Saquetas Unidose**, pelas cinco **ARS,I.P.**

Foram realizadas reuniões com os representantes das cinco ARS,I.P., e com os responsáveis do **Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos** com o objetivo de acompanhar todo o processo e introduzir os aperfeiçoamentos que se mostraram necessários, designadamente adequação da quantidade e uniformização do sabor do soluto e atualização da informação apresentada no exterior das saquetas. Neste processo de monitorização foram também identificadas, numa primeira fase, algumas dificuldades na adesão ao programa de tratamento por parte dos utentes face à necessária coexistência de dois sistemas de apresentação de dose unitária de cloridrato de metadona (fracos e saquetas) nas Equipas Especializadas de Tratamento. Com o intuito de uma maior abrangência de utentes e para tornar mais possível o recurso aos frascos numa utilização tendencialmente residual foi proposto a produção de saquetas com doses de cloridrato de metadona ainda não presentes no programa, designadamente de 70 mg, 80 mg e 90 mg.

Neste ano o **SICAD** deu continuidade a monitorização dos circuitos e procedimentos atinentes às atividades que decorrem da utilização de cloridrato de metadona na prática clínica, nomeadamente a aquisição anual deste medicamento, em função da receção das previsões estimadas pelas ARS,I.P., bem como pelas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira; a garantia, ao nível macro (global), do cumprimento normativo relativo às vertentes: organizacional; infraestruturas; processos e sistemas de informação, associadas à aquisição e distribuição de cloridrato de metadona e o acompanhamento do cumprimento, das disposições legais em vigor em matéria de substâncias controladas.

### **Ação 28. Desenvolvimento de Intervenções que identifiquem CAD e promovam respostas específicas a cidadãos com padrões de consumo que potenciam o desenvolvimento de consequências tardias**

Atendendo-se à importância da disponibilização de instrumento adaptado à população portuguesa o SICAD iniciou, em 2014, à adaptação do Instrumento "**ASSIST – The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test**", da **Organização Mundial de Saúde (OMS)** - Department of Mental Health and Substance Abuse (versão recomendada para fins clínicos – Versão 3.1).

As características deste instrumento em termos de validade e precisão, o carácter universal da sua aplicabilidade em múltiplas culturas e contextos (sendo neste último caso de salientar a sua especial orientação para o apoio à deteção da gravidade de consumo de substâncias psicoativas nos Cuidados de Saúde Primários) aconselhavam a sua escolha enquanto elemento de suporte à avaliação do nível de risco de consumos e a sua correspondência em termos de intervenção a prestar aos cidadãos com CAD. É ainda de valorizar a facilidade e objetividade da sua aplicação, a possibilidade de fornecer informação sobre a história de consumos ao

longo da vida e nos últimos três meses e a compatibilidade dos seus resultados com os critérios da Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão.

No âmbito da realização desta atividade, verificou-se a necessidade de articulação com o *Department of Mental Health and Substance Abuse*, da OMS para a identificação das versões existentes deste instrumento em língua portuguesa (identificando-se, apenas, a existência de uma versão em português do Brasil) e para a obtenção de indicações precisas sobre os procedimentos a seguir para a concretização desta adaptação.

Assim, será no quadro da implementação da Rede de Referência / Articulação no âmbito dos CAD<sup>14</sup> que este instrumento assumirá a sua maior relevância. No entanto, devido às já referidas características do ASSIST, será de prever que este se torne uma ferramenta igualmente útil noutros contextos de intervenção que visem prover respostas integradas para os cidadãos com CAD – prevenção, RRMD.

De realçar também que, a Unidade Militar de Toxicologia (UMT)<sup>15</sup>, durante o ano 2014, colaborou nas áreas laboratoriais, preventiva e formativa como laboratório de referência para confirmação de resultados positivos com as seguintes entidades: Força Aérea; GNR; UTITA; Centro Comunitário Paroquial de Carcavelos; UCS (Unidade de Cuidados Integrados de Saúde, S.A.) - TAP; Associação Industrial Portuguesa (AIP); Eco Saúde; Portucel/Soporcel; CARRIS e Cruz Vermelha-ANA aeroportos e CIMPOR.

Manteve, ainda, relações institucionais com outras entidades civis, ministrando dez estágios de formação curricular aos alunos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL) e dois estágios de formação curricular aos alunos da Universidade Atlântica. Neste âmbito, colaborou também num estudo sobre "Toxicologia Laboratorial na Análise do Consumo de Nicotina por Militares", em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

De referir ainda que, como Unidade Terapêutica de referência em meio laboral, a UTITA<sup>16</sup> cooperou, na área de reabilitação biopsicossocial do uso nocivo, abuso e dependência de substâncias psicoativas, com os três Ramos das Forças Armadas, a GNR, a PSP, o SICAD, a Associação Industrial Portuguesa, a Portucel/Soporcel e o Departamento de Assuntos Sociais da Caixa Geral de Depósitos.

<sup>14</sup> Mais informações sobre a Rede de Referência/Articulação na Ação 15.

<sup>15</sup> A partir de 28.05.2014, o Laboratório de Análises Fármaco-Toxicológicas da Marinha (LAFTM) foi extinto, passando as suas atribuições, competências e recursos (instalações, recursos materiais e recursos humanos) para a Unidade Militar de Toxicologia, integrada no Hospital das Forças Armadas (HFAR), atento o Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio.

<sup>16</sup> A partir de 28.05.2014 passou a integrar o HFAR, deixando de depender do Serviço de Saúde Naval da Marinha, atento o Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio.

**OE9. Reduzir a mortalidade associada ao consumo de substâncias psicoativas.**

**Ação 29. Promoção e reforço das respostas que, de acordo com evidência científica e as melhores práticas, demonstrem diminuir a mortalidade associada aos CAD, designadamente: levantamento das respostas específicas existentes e proposta de planeamento de intervenções diferenciadas a desenvolver neste âmbito, nos diferentes contextos**

Visando a promoção e reforço das respostas, de acordo com evidência científica e as melhores práticas, foram elaborados, sob a égide do SICAD em articulação com outros organismos públicos, Universidades, entidades privadas e do setor social, vários documentos sobre normas e orientações técnicas, enquanto instrumentos operacionais para os profissionais que intervêm no âmbito dos Comportamentos Aditivos.<sup>17</sup>

De referir ainda que estão a decorrer dois estudos com conclusão e apresentação de dados previstas para 2016: **"Imigrantes: VIH e outras infeções sexualmente transmissíveis"** e **"Infeção por VIH em homens que têm sexo com outros homens – fatores de risco e novas trajetórias da seropositividade"**.

Neste âmbito, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) destaca que, em 2013 e 2014, acompanhou o Concurso de Prevenção e Segurança Rodoviárias, sendo que a ANSR não executa as atividades, mas acompanha e monitoriza os projetos que receberam as verbas do Fundo de Garantia Automóvel - ex. de projeto para os jovens é o *Alcokart*, da entidade GARE, de Évora, dirigido a jovens do ensino secundário); assim como realizou campanhas de segurança rodoviária, no qual o álcool é um dos temas abordados (2 campanhas).

De referir ainda que, em 2013, um concurso é a atribuição de apoio financeiro destinado a promover a realização de ações ou iniciativas de sensibilização destinadas à prevenção do consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens entre 18-30 anos. Foram selecionadas duas entidades beneficiárias que, durante o corrente ano, estão a desenvolver dois projetos. O SICAD é o parceiro na avaliação dos conteúdos.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Mais informações sobre Linhas Orientadoras nas Ações 103 e 125.

<sup>18</sup> Mais informações na Ação 102.



# Domínio da Oferta

---

No domínio da oferta, a diminuição da disponibilidade e do acesso às substâncias ilícitas tradicionais e às novas substâncias psicoativas, a regulação e regulamentação do mercado das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva fiscalização e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da internet, constituem o centro das políticas e intervenções, assente no pressuposto da cooperação nacional e internacional.



## 1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP

OG2. REDUZIR A DISPONIBILIDADE DAS DROGAS ILÍCITAS E DAS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP) NO MERCADO, ATRAVÉS DA PREVENÇÃO, DISSUAÇÃO E DESMANTELAMENTO DAS REDES DE TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS, EM ESPECIAL DO CRIME ORGANIZADO, INTENSIFICANDO A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA, POLICIAL E ADUANEIRA, A NÍVEL INTERNO E INTERNACIONAL, BEM COMO A GESTÃO DAS FRONTEIRAS.

**OE10.** Reforçar a cooperação e a coordenação interinstitucionais, nos planos estratégico e operacional

**Ação 30.** Reforço do funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização, centralização e coordenação da atividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respetivas atribuições e competências fixadas pelo Dec. Lei n.º 81/95, de 22 de Abril.

**Ação 31.** Desenvolvimento de projetos multidisciplinares de atuação complementar, coordenada, e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea.

**Ação 32.** Aumento dos índices de cooperação e articulação entre as diversas entidades com competências ao nível da fiscalização, vigilância, controlo e investigação criminal.

No sentido do reforço do funcionamento, dos mecanismos de racionalização, centralização e coordenação da atividade desenvolvida pelas entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes (Ação 30), à PJ, através da Unidade de Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE), estrutura organizacional composta pela Direção, pelos Serviços Centrais e pelas Extensões, «compete disciplinar e praticar a partilha de informações oriundas de cada força ou serviço integrante e a coordenação das ações que devam ser executadas em comum.» (DL 81/95). No âmbito da sua ação a UNCTE elabora relatórios estatísticos semestrais e anuais tendo por base a informação recebida através dos formulários TCDs. No ano de 2014 foram recebidos e tratados 3.140 pedidos UCIC, de entre os quais foram identificadas 73 coincidências. Foram ainda recebidos 4156 Autos de Notícia e 732 Relatórios Finais.

No sentido do **desenvolvimento de projetos multidisciplinares de atuação** (Ação 31), na PJ ao longo deste período foi realizado um número não quantificável de ações de recolha de informação, na GNR estiveram em curso 12 projetos internacionais e na Autoridade Marítima Nacional (AMN) 1.

No sentido da **promoção da cooperação interinstitucional nacional** (Ação 32), na PJ/UCIC foram realizadas um total de 28 reuniões; 4 reuniões da UCIC nacionais e 4 reuniões regionais por cada uma das 6 regiões UCIC consideradas. Foi, ainda, realizado um trabalho contínuo relacionado com os pequenos aeródromos que consiste na monitorização por parte da GNR

com colaboração da PJ e Força aérea. A AT colabora de modo ativo com as diversas entidades responsáveis pela investigação criminal, mediante solicitação concreta ou comunicando casos de movimentos de mercadorias que apresentam contornos suspeitos.

No âmbito da **cooperação internacional** (Ação 32) na GNR foram realizadas 95 reuniões e implementados 6 projetos internacionais.

### **OE11. Reduzir a produção, o tráfico e consequentemente a oferta de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas**

#### **Ação 33. Aumento do número de ações de vigilância e fiscalização em mar e na zona ribeirinha**

As ações de vigilância e fiscalização em mar e na zona ribeirinha são realizadas pela GNR e pela AMN. No ano de 2014, a GNR executou 450 abordagens a embarcações efetuadas pela Unidade de Controlo Costeiro (UCC). A AMN através da PM - estrutura operacional, distribuída por 28 comandos locais em toda a faixa litoral do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, efetuou 101.502 ações de patrulhamento, vigilância e fiscalização, em atividade preventiva e repressiva das quais resultou a apreensão de quantidades de droga com alguma expressão, contribuindo desta forma para a diminuição da oferta.

#### **Ação 34. Instalação do Sistema de Vigilância e Controlo da Costa (SIVICC)**

Durante o ano de 2014 foi implementado pela GNR o projeto denominado *Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo* (SIVICC) que abrangeu a totalidade do território nacional.

#### **Ação 35. Aumento do número de ações de controlo conjunto e fiscalização de passageiros/mercadorias tendo como destino final Portugal, em voos procedentes de países considerados de risco**

No âmbito das operações de controlo e vigilância de passageiros e análises de risco, relacionados com suspeitos de envolvimento no tráfico de droga por via aérea, foi desenvolvido pela PJ, no período em análise, um trabalho profícuo. A AT efetua regulares ações de controlo sobre viajantes e mercadorias, classificados como de risco na área dos tráficos ilícitos, de modo sistemático e regular no âmbito do controlo da fronteira externa comunitária e do território nacional. Caso para tal seja solicitado, colabora ativamente em controlos conjuntos com outras Entidades, no âmbito das competências próprias de cada uma.

#### **Ação 36. Desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos regulares, com incidência nas zonas costeira e insular**

No que se refere ao desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos regulares, com incidência nas zonas costeira e insular foram desenvolvidas pela AMN 24 Operações conjuntas. A GNR contribui para esta ação no âmbito do FRONTEX com a realização de 2.592 ações. No âmbito da participação da PJ no MAOC-N, tem-se procedido ao tratamento e monitorização de inúmeras embarcações sob suspeita (na sua maioria no âmbito da cooperação internacional) de estarem a ser utilizadas no tráfico transcontinental, através da coordenação de ações policiais com agências policiais congéneres, que têm resultado na apreensão de

quantidades bastante significativas de cocaína. Neste âmbito reporta-se a execução de 24 ações.

### **Ação 37. Aumento do número de ações de controlo, vigilância e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos**

No âmbito das ações de controlo, vigilância e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos foram executadas pela PSP 34 ações. A estrutura da UNCTE da PJ integra uma Secção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes especializada na valência da via aérea, recolhendo de forma sucessiva, mas também direcionada, informação criminal associada à eventual utilização das diversas estruturas aeroportuárias para a prossecução do tráfico de droga. No que concerne aos aeroportos internacionais de Lisboa, Porto, Faro e Funchal a PJ dispõe de elementos aí destacados em permanência. A PJ através do seu representante na Comissão Nacional FALSEC tem manifestado uma permanente preocupação nestas matérias. A AT efetua regulares ações de controlo sobre viajantes e mercadorias, classificados como de risco na área dos tráficos ilícitos, de modo sistemático e regular no âmbito do controlo da fronteira externa comunitária e do território nacional. Caso para tal seja solicitado, colabora, ainda, ativamente em controlos conjuntos com outras Entidades, no âmbito das competências próprias de cada uma.

### **Ação 38. Identificação e desmantelamento de estruturas criminosas responsáveis pelo cultivo, produção e transformação, de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados**

A UNCTE/PJ tem produzido de forma regular relatórios operacionais sobre as atividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas a operarem no nosso território. A intervenção das autoridades tem vindo a detetar de forma regular pequenas produções de canábis *indoor* e *outdoor*. No ano de 2014 foram detetadas, em território nacional, 302 casos, com a apreensão de 4.517 plantas e a detenção de 295 indivíduos.

### **Ação 39. Identificação e desmantelamento de estruturas criminosas de cariz internacional responsáveis pela introdução em território nacional de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados**

Em 2014 foram identificados pela PJ, um total de 5.575 intervenientes relacionados com tráfico de estupefacientes, dos quais 4.571 detidos (82%), detidos estes que integravam os vários grupos criminosos investigados, parcial ou integralmente desarticulados no nosso país. Destes detidos, 757 (16%) tinham nacionalidade de países estrangeiros sendo portugueses os restantes 84%.

### **Ação 40. Identificação e detenção de grupos /indivíduos responsáveis pela distribuição de estupefacientes aos consumidores, apreendendo as drogas traficadas**

### **Ação 41. Reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias**

No âmbito destas duas Ações, é realizado pela GNR um trabalho de patrulhamento de proximidade diariamente, orientado para locais conotados com a prática de ilícito, incluindo

tráfico de estupefacientes, são também desenvolvidas operações policiais de combate ao tráfico de estupefacientes, das quais resulta a detenção de indivíduos conotados com a venda/comercialização. No ano de 2014 foram identificados pela GNR 10 indivíduos e detidos 8 por tráfico de estupefaciente.

Em relação ao reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias a GNR realizou, no âmbito do Núcleo Escola Segura (NES), 10.507 ações em escolas. No âmbito do Policiamento de Proximidade foram desenvolvidas, pela PSP, no ano letivo 2013/2014 785 ações de prevenção.

**Ação 42. Manutenção das ações inspetivas e de fiscalização aos espaços ou estabelecimentos nos quais exista a suspeita de serem disponibilizadas, para consumo humano, novas substâncias psicoativas que possam apresentar perigo para a vida humana ou a saúde pública**

No que concerne à inspeção e fiscalização aos espaços ou estabelecimentos nos quais exista a suspeita de serem disponibilizadas, para consumo humano, novas substâncias psicoativas que possam apresentar perigo para a vida humana ou a saúde, foram realizadas pela PSP 844 ações de fiscalização e pela GNR 280 ações.

**OE12. Contribuir para assegurar um nível elevado e equivalente de controlo ao longo da fronteira externa da UE, nomeadamente no espaço transatlântico e euroafricano, como forma de melhorar a prevenção da entrada de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas no território da União Europeia**

**Ação 43. Desenvolvimento de ações e projetos específicos visando recolher informação sobre as atividades de grupos criminosos**

No que se refere ao desenvolvimento de ações e projetos específicos visando recolher informação sobre as atividades de grupos criminosos, a AMN realizou 4 ações. A UNCTE/PJ, através da sua Secção Central de Informação Criminal, tem vindo a desenvolver diversas ações, em termos de análise de informação, para proceder à identificação e avaliação da atividade de grupos criminosos. No ano de 2014 foram desenvolvidos 12 relatórios de análise, relacionados com redes ou grupos criminosos.

**Ação 44. Desenvolvimento, designadamente em cooperação com as autoridades policiais de outros países sempre que se justifique, de investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos**

No que se refere à cooperação internacional, com as autoridades policiais e outros países em investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos, no decurso do ano de 2014, desenvolveram-se várias investigações que impuseram a articulação, e coordenação de esforços com congéneres estrangeiras e agências internacionais. Foram realizadas 5 reuniões operacionais e 2 de coordenação. Para além do referido foi ainda realizada a operação FULECO sob a égide da *European Law Enforcement Organisation* (Europol). Neste período foi ainda dado cumprimento a 13 cartas rogatórias. A PJ (via MAOC-N) reporta ainda a participação em 132 Reuniões de coordenação. No que diz respeito à atividade da Procuradoria-Geral da República (PGR) foram expedidas 15 cartas rogatórias e recebidas 29.

**Ação 45. Aumento do número de controlos de carregamentos contentorizados com recurso a sistemas de inspeção não intrusiva procurando detetar a presença de mercadorias ilícitas**

No que se refere ao aumento do número de controlos de carregamentos contentorizados com recurso a sistemas de inspeção não intrusiva procurando detetar a presença de mercadorias ilícitas foram controlados, pela AT, 1.136 contentores no porto de Lisboa e 643 no porto de Sines.

**Ação 46. Incremento das capacidades de análise de risco visando uma maior eficácia na seleção e controlo aduaneiro de carregamentos que representem um risco potencialmente elevado de dissimularem produtos estupefacientes**

No âmbito desta ação, em 2014 foi efetuado o alargamento do horário de funcionamento do Centro Nacional de Análise de Risco, de modo a possibilitar a identificação, tão cedo quanto possível, de carregamentos de risco elevado.

**Ação 47. Continuação do desenvolvimento do projeto das Alfândegas eletrónicas, designadamente, a ligação do Sistema de Seleção Automática a Sistemas declarativos já existentes ou a criar**

Em 2014, procedeu-se à consolidação da operação do Sistema de Seleção Automática aplicado ao SSA.

**48. Desenvolvimento do novo Sistema de Tratamento da Declaração Aduaneira de Importação (STADA IMP)**

A AT, no âmbito desta ação, em 2014, deu entrada em produção do novo STADA IMP – Introdução em livre prática e consumo

**OE13. Prevenir o desvio de precursores e pré-precursores de drogas ilícitas e de outras substâncias químicas associadas ao seu fabrico, importadas para a União Europeia****Ação 49. Adaptação da legislação nacional à legislação comunitária sobre a prevenção do desvio ilícito de precursores e outras substâncias utilizadas no fabrico ilícito de drogas**

Sem informação a reportar.

**Ação 50. Implementação de mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades, de controlo e fiscalização, o comércio, a indústria, em matéria de produção, comercialização, importação, exportação e licenciamento de precursores**

No âmbito desta ação em 2014, a AT realizou 2 Reuniões, nomeadamente, Comité e Grupo de Precursores de Droga – Bruxelas.

**Ação 51. Intensificação do controlo e da fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação**

Sem informação a reportar.

#### **OE14. Reforçar a cooperação e a coordenação com os organismos e agências internacionais e europeias competentes**

##### **Ação 52. Aumento da capacidade de partilha de informação no âmbito estratégico e operacional**

A PJ na abordagem ao fenómeno do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e seus precursores participou em diversas reuniões, conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho e projetos.

Assinalam-se, em 2014, a participações nos seguintes eventos:

- ESF (Instrumento de Estabilidade): Cocaine Route: Anti-Money Laundering in West Africa;
- Projetos EMPACT (Cocaine, Heroine Route/Synthetic Drugs);
- Conselho UE: Grupo DAPIX; CATS; Law Enforcement Working Party; COSI; Workshop desmantelamento laboratórios drogas sintéticas;
- EUROPOL: Reuniões Chefes UNE's;
- Grupo ICT Matters European Cybercrime Taskforce;
- Seminários/Conferências EUROPOL: Conf. On Cocaine Extraction/Convert. Labs in U.E. ;Drug Policing Balkan Advanced 2013-2014;
- Reuniões de teor operacional: Operação Lionfish; Operação Libeccio Europol; Operação Fuleco (projecto couriers); Projecto Relief -reunião e conferência de apresentação; Reunião FP Cannabis;
- Conselho da Europa: Grupo Pompidou: Reunião anual (29ª) do Grupo de Coop. Serviços de Combate ao tráfico de estupefacientes nos aeroportos europeus e aviação civil;
- DEA- USA: IDEC XXXI International Drug Enforcement Conference, Rome.

#### **OE15. Reforçar a cooperação judiciária no âmbito europeu**

##### **Ação 53. Manutenção e reforço da comunicação e articulação com a EUROJUST**

No que se refere à manutenção e reforço da comunicação e articulação com a EUROJUST, durante o ano de 2014, Portugal solicitou a intervenção de outros países através deste organismo em 11 pedidos relacionados com a investigação de tráfico de estupefacientes, tendo a intervenção de Portugal através da EUROJUST sido solicitada por outros países em 7 situações, designadamente, por Espanha (4), Dinamarca (1), Itália (1) e Reino Unido (1).

##### **Ação 54. Intensificação dos mecanismos de comunicação direta com os pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia**

Sem informação a reportar.

##### **Ação 55. Desenvolvimento de projeto de coordenação com as autoridades de Espanha, designadamente com a Fiscalía Especial Antidroga**

No âmbito desta ação, em 2014, foram realizados pela AT contatos exploratórios com a Fiscalía Especial Antidroga visando-se a realização de uma reunião de trabalho conjunta neste domínio a ter lugar durante o ano de 2016.



**OE16:** Reforçar a intervenção dos Serviços de Informações, bem como a cooperação entre os Serviços de informações e outras entidades nacionais e internacionais em matéria de identificação de fenómenos, agentes e tendências, a montante das instâncias judiciais, com o objetivo de reduzir a incidência dos mesmos

**Ação 56. Incremento da recolha de notícias e produção de informações a montante da investigação criminal, que permita:** - a identificação de redes de narcotráfico;- a identificação de novos modi operandi, designadamente ao nível da ocultação; - a identificação de novas linhas de tendência e de evolução; - a caracterização de fenómenos associados, como o do aumento da violência; - a caracterização da ameaça

Sem informação a reportar.

**OE17.** Explorar as eventuais ligações entre a produção e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo

**Ação 57. Implementação e consolidação de mecanismos de recolha e análise que permitam identificar possíveis ligações entre produção e tráfico de droga e o financiamento de terrorismo, designadamente ao nível da:** - identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas da criminalidade organizada e comum com organizações terroristas; - avaliação permanente do peso relativo do tráfico de estupefacientes no financiamento do terrorismo

Entre as UCIC [no âmbito do tráfico] e a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) tem-se estabelecido a cooperação necessária para a avaliação da eventual ligação entre os dois fenómenos. De sublinhar que os organismos que compõem a UCIC encontram-se presentes na UCAT, em particular a Polícia Judiciária. Desse modo, e tendo como referência o ano de 2014, não foi colhido qualquer elemento a partir do qual se vislumbrassem ligações objetivas entre a produção e o tráfico de drogas e o financiamento do terrorismo.

**OE18.** Aumentar a atividade de prevenção na área da criminalidade associada a droga, mormente no branqueamento de capitais

**Ação 58. Manutenção e reforço dos mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes**

Em 2014 a PJ, através da Unidade de Informação Financeira (UIF), prestou informação em 19 casos a solicitações relativas ao levantamento de informação patrimonial e de rendimentos necessária a investigações que envolviam o crime de branqueamento tendo como subjacente o tráfico de estupefacientes. Ainda no período em análise foram enviados 30 relatórios resultantes da análise das comunicações suspeitas recebidas na UIF e que indiciaram o tráfico de estupefacientes como crime subjacente. O Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), criado na dependência da PJ, respondeu a 15 pedidos, a nível nacional.

**Ação 59. Reforço das ações visando detetar cash flows de origem criminosa com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da EU, incluindo o controlo de movimento de dinheiro líquido na fronteira**

A UIF/PJ, no âmbito das suas competências em matéria de prevenção do BC/FT<sup>19</sup>, recebe da AT, informação relativa às declarações de transporte de dinheiro líquido nas fronteiras. No ano de 2014 recebeu 1.161 declarações.

**Ação 60. Recolha e análise de informação, incluindo a montante da investigação criminal, que permita uma permanente caracterização, identificação e avaliação das estruturas económicas associadas às organizações criminosas**

A UIF/PJ tem participado em diversos fóruns internacionais, nomeadamente no Grupo de Ação Financeira Internacional, no Grupo Egmont e na FIU Plaform, relativos à prevenção do BC/FT e criminalidade subjacente. O GRA tem 3 participações em *fora internacionais* e grupos de trabalho.

**OE19. Aumentar a formação e o conhecimento para os serviços de aplicação da lei**

**Ação 61. Desenvolvimento e reforço do n.º de ações de formação e número de formandos, diversificando o seu objeto**

No período em análise a PJ através da Escola da Polícia Judiciária (EPJ) desenvolveu 3 ações de formação com 85 participantes sobre diversas dimensões da temática do tráfico de estupefacientes. A AMN ministrou 1 ação de formação com o total de 11 formandos. A AT ministrou 4 ações de formação B Learning para 123 formandos. Por último, a PSP desenvolveu ações para 136 formandos.

**OE20. Prevenção e controlo da entrada e circulação de estupefacientes, bem como de outras substâncias ilícitas em meio prisional**

72

**Ação 62. Aumento do número de buscas e revistas, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos**

No que diz respeito à prevenção e controlo da entrada e circulação de estupefacientes, bem como de outras substâncias ilícitas em meio prisional e em relação ao aumento do número de buscas e revistas, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos, a DGRSP realizou, durante o ano de 2014, 271 Buscas e 291 Revistas.

**Ação 63. Aumento da atividade de deteção de substâncias ilícitas, intensificando o controlo à entrada das visitas de reclusos, com intervenção de meios cinotécnicos**

No que se refere à da atividade de deteção de substâncias a DGRSP procede ao registo de todos os funcionários e utentes, bem como, de todas as viaturas que circulam no interior dos

<sup>19</sup> BC/FT "prevenção do risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo".

estabelecimentos prisionais. Em 2014, intensificaram-se as ações com recurso a meios cinotécnicos.

**Ação 64. Realização de revistas aos reclusos que regressam de saídas judiciais ou de licenças de curta duração, entre outras**

A DGRSP realiza testes de despistagem de consumos, especialmente aos reclusos que regressam de saídas judiciais ou de licenças de curta duração e de todos os reclusos que beneficiam de visitas íntimas.

## 2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes

---

**OG.3. GARANTIR QUE A DISPONIBILIZAÇÃO, ACESSO E CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS NO MERCADO, SEJA FEITA DE FORMA SEGURA E NÃO INDUTORA DE USO/CONSUMO DE RISCO E NOCIVO.**

### 2.1. ÁLCOOL

**OE21. Garantir que a disponibilização, venda, acesso e consumo de álcool no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo, através da educação, de regulação, regulamentação e fiscalização adequadas**

#### **Ação 65. Estudo e elaboração de proposta no âmbito da política de preços**

Em 2014 a política de preços foi objeto de reflexão no âmbito da discussão da estratégia europeia com a Comissão Executiva do FNAS numa reunião dirigida sobretudo à recolha da sensibilidade das entidades nela representada face a este e outros temas ligados ao consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens.

#### **Ação 66. Revisão da regulamentação existente sobre comunicação comercial e marketing das bebidas alcoólicas**

Em 2014 foi elaborado pelo Instituto Civil de Autodisciplina da Publicidade (ICAP) com os seus associados um código de autorregulação da comunicação comercial aplicável ao sector dos vinhos e das bebidas destiladas, bem como o alargamento da cobertura do código anteriormente produzido para o sector das cervejas, a outros canais de comunicação. Este novo código foi objeto de apresentação e assinatura em ato público, cerimónia na qual foi igualmente apresentado o protocolo assinado por este organismo com o SICAD no âmbito da comunicação comercial e saúde.

#### **Ação 67. Elaboração de proposta de regulação do acesso e das práticas de promoção de consumo de risco (ex. *Happy hour*) \***

Em 2014, foi discutida no âmbito do protocolo com o Instituto Civil de Autodisciplina da Publicidade (ICAP) a necessidade e importância de promover um processo de reflexão sobre as práticas de promoção de consumo de risco em contexto recreativo, tendo sido integrado no compromisso de ação para 2015 que consubstancia o protocolo entre o SICAD e esta entidade, a concretização de uma reunião de parceiros que sirva de ponto de partida para a organização de algum tipo de regulação.

**Ação 68. Estudo para a Implementação da fiscalização adequada relativa às regras de publicidade**

O Instituto Civil de Autodisciplina da Publicidade (ICAP) é a entidade responsável pela implementação do sistema da autorregulação no âmbito da comunicação comercial. Em 2014 foram produzidos dois relatórios, um por cada semestre, referentes à atividade de monitorização de novos anúncios de cervejas com álcool difundidos em suporte de Televisão e Publicidade Exterior. Foram objeto de monitorização 114 anúncios, 50 em suporte televisivo e 64 em publicidade exterior.

**Ação 69. Estudo das práticas de distribuição/comercialização e acesso de bebidas alcoólicas e implementação de regras de oferta responsável**

Sem informação disponível.

**Ação 70. Monitorização da aplicação da regulamentação existente**

Concorrendo também para esta Ação, a ANSR procedeu à elaboração de uma brochura em formato digital sobre o Código da Estrada atualizado e sua divulgação no site da ANSR, assim como desenvolveu 5 ações de sensibilização sobre as alterações ao Código da Estrada.<sup>20</sup>

**2.2. MEDICAMENTOS E ANABOLIZANTES**

**OE22:** Contribuir para o uso racional dos medicamentos e anabolizantes em articulação com as entidades responsáveis

**Ação 71. Estudo do trabalho resultante da autorregulação a nível das atividades do desporto de recreação**

Sem informação disponível.

**Ação 72. Análise do mercado relativo ao consumo de substâncias no âmbito da performance física e atividade desportiva recreativa-com vista á apresentação de proposta de reforço da legislação existente na regulação da comercialização destas substâncias, nomeadamente dos agentes anabolizantes.**

Sem informação disponível.

**Ação 73. Monitorização da Diretiva dos falsificados**

Sem informação disponível.

**Ação 74. Ação integrada de fiscalização**

Sem informação disponível.

<sup>20</sup> Informação mais detalhada nas Ações 99, 100 e 102.

## 3. Jogo

---

### OG4. PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE JOGO LEGAL E SEGURO, E NÃO INDUTOR DE COMPORTAMENTO ADITIVO

**OE23. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo, através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas**

#### **Ação 75. Fiscalização e controlo do jogo profissional – recolha e análise dos dados disponíveis**

De acordo com o ordenamento jurídico português, a exploração de jogos de fortuna ou azar é um direito reservado ao Estado. Não obstante, esta exploração pode ser prosseguida por entidades privadas, nos casinos das zonas de jogo legalmente previstas e nas salas de bingo, mediante contrato de concessão a celebrar pelo Governo.

De salientar, ainda, que ao Serviço de Inspeção de Jogos do TP, I.P., enquanto serviço de inspeção e fiscalização, compete-lhe exercer em nome do Estado a inspeção sobre a exploração e a prática de jogos de fortuna ou azar e a execução das obrigações legais e contratuais por parte das concessionárias.

No âmbito da sua missão e das linhas estratégicas definidas na atividade desenvolvida durante o ano de 2014, destaca-se:

- A fiscalização e inspeção permanente da exploração e prática dos jogos de fortuna ou azar nos 11 casinos em exploração nas zonas de jogo;
- A fiscalização e inspeção da exploração do jogo do bingo, nas 16 salas concessionadas, uma delas a funcionar num casino;
- A colaboração com entidades policiais e outros órgãos de polícia criminal do âmbito das ações de prevenção e combate ao jogo ilícito;
- A realização de peritagens a material e equipamentos de jogos de fortuna ou azar.

Complementarmente, a atividade inspetiva esteve ainda focada na articulação com as empresas concessionárias dos casinos e salas de jogo do bingo, no sentido de intensificar a implementação de recomendações e instruções relacionadas com práticas de jogo responsável.

Embora não exista uma relação direta entre as proibições de acesso às salas de jogos e a adição ao jogo, aquele mecanismo constitui um dos instrumentos legais ao nível da prevenção e do desenvolvimento de práticas de jogo responsável.

Durante o ano de 2014 solicitaram a autoexclusão com a consequente proibição de acesso às salas de jogos 488 jogadores, a que acrescem 153 frequentadores proibidos por determinação administrativa sancionatória.

**Quadro 8 - Proibições de acesso a salas de jogos**

Proibições de acesso salas de jogos	2013	2014	</>
Pedidos de proibição (autoexclusão)	474	488	14
Proibições administrativas sancionatórias	102	153	51
<b>Total</b>	576	641	65

Fonte: Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P.

Quando comparados com os números de 2013 regista-se um aumento quer dos pedidos de autoexclusão, quer das proibições administrativas sancionatórias.

#### **Ação 76. Estudo/monitorização do jogo online - propostas de regulação**

Foi aprovada a Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, que autorizou o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo online. Do trabalho desenvolvido pelas entidades responsáveis desenvolvido em 2013 e 2014 resultou a apresentação das propostas do conjunto de diplomas que foram publicados em abril de 2015, Decretos-Leis 64, 65, 66, 67 e 68/2015, de 29/04.

Consequentemente, o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do TP, I.P., antecipando a entrada em vigor no novo regime jurídico do designado "Jogo online", desenvolveu durante o ano de 2014 um trabalho intenso de definição e preparação da arquitetura da infraestrutura tecnológica capaz de dar resposta à regulamentação e inspeção no âmbito desta matéria, que se prevê venha a ocorrer em 2015.

#### **Ação 77. Revisão da regulamentação existente sobre Acessibilidade e Marketing dos jogos e elaboração de proposta de implementação da fiscalização adequada**

Do trabalho desenvolvido pelas entidades responsáveis desenvolvido em 2013 e 2014 resultou a apresentação das propostas do conjunto de diplomas que foram publicados em abril de 2015, Decretos-Leis 64, 65, 66, 67 e 68/2015, de 29/04.

#### **Ação 78. Trabalhar os dados fornecidos por GRUPO DE TRABALHO existente, em termos de oferta, em articulação com o grupo semelhante a nível da procura. Análise e proposta de atuação/alteração do quadro regulamentar**

Não se pode ignorar, que a par da oferta do jogo legal coexistem ainda por todo o país ofertas, explorações e práticas de jogo ilegal diversificadas, quer presenciais quer à distância através da internet, sendo que neste último caso o acesso cada vez mais facilitado às novas tecnologias e à internet tornam, em abstrato, mais difícil o acompanhamento e fiscalização desta forma de praticar os jogos de fortuna ou azar.

Na vertente da colaboração com entidades policiais e judiciais no âmbito da prevenção e combate ao jogo ilícito, o Serviço de Inspeção de Jogos prestou apoio técnico em 21 ações de investigação de jogo ilícito.

No domínio pericial foi solicitada a intervenção técnica do Serviço de Inspeção de Jogos em 1062 processos de natureza criminal ou contraordenacional.<sup>21</sup>

**Quadro 9 - Intervenção no âmbito do jogo ilícito**

<b>Intervenção no âmbito do jogo ilícito</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>&lt;/&gt;</b>
<b>Colaboração em ações de investigação de jogo ilícito</b>	24	21	-3
<b>Solicitação de apoio pericial em processos-crime e contraordenação</b>	1281	1062	-219

Fonte: Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P.

<sup>21</sup> Mais informação sobre a área do jogo na Ação 13.



# Áreas transversais

---

Dando continuidade à estratégia preconizada nos últimos anos, a Informação e Investigação, a Formação e Comunicação, a Cooperação internacional e a Qualidade permanecem como temas transversais aos domínios da Procura e da Oferta, enquanto garante da produção de conhecimento, operacionalizado através da capacitação de todos os agentes envolvidos: decisores, profissionais e cidadãos.

Assim, assumiu-se, como referência, um grande objetivo geral comum (**OG.5**), tendo sido, posteriormente, definidos objetivos específicos e ações por cada um dos temas transversais.

**OG.5. ASSEGURAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CIDADÃOS E A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS E INTERVENÇÕES ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO, DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, DA COMUNICAÇÃO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.**

## 1. Informação e Investigação

---

### OG5.1. CONSOLIDAR A INFRAESTRUTURA DE CONHECIMENTOS E PROCEDER A UMA ANÁLISE ATEMPADA, HOLÍSTICA E EXAUSTIVA DA SITUAÇÃO

**OE24.** Investir na recolha normalizada de dados e no desenvolvimento de indicadores cientificamente comprovados a nível europeu e internacional, que sejam relevantes para as políticas adotadas

**Ação 79.** Reforço da recolha normalizada de dados no domínio da procura, relativos a: indicadores sobre o consumo de substâncias psicoativas e práticas de jogo; indicadores sobre os problemas relacionados com consumo de substâncias psicoativas e com o jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades de redução da procura

Em 2014 foram implementados vários estudos e disponibilizada informação relativa a vários indicadores, designadamente sobre **prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas e de práticas de jogo** em diferentes populações (etapas do ciclo de vida e contextos) (Ação 79.a). Neste âmbito, são de destacar: 1) os indicadores disponibilizados sobre prevalências e padrões de consumo de álcool e de novas substâncias psicoativas em populações jovens em diferentes contextos, enquanto contributo para a avaliação de políticas e tomada de decisão, nomeadamente as relacionadas com as alterações legislativas nas áreas do álcool e das NSP; 2) os indicadores disponibilizados sobre as estimativas do consumo problemático / de alto risco de drogas, enquanto uma mais-valia para o planeamento nacional das intervenções - definição das necessidades de tratamento -, e para a análise de tendências e comparabilidade da situação nacional no contexto europeu (informação mais detalhada dos estudos na Ação 85).

É destacar também em 2014, a partilha de informação entre o SICAD e vários investigadores na área do jogo, com vista à harmonização das metodologias de investigação nesta área, bem como um impulsionar da investigação nesta área.

Por outro lado, e no que respeita a indicadores sobre os **problemas relacionados com consumo de substâncias psicoativas e com o jogo** (Ação 79.b), em 2014 deu-se continuidade à implementação de diversas medidas com vista à otimização da recolha normalizada de dados, sendo de destacar as relacionadas com a reestruturação dos sistemas de informação existentes, na sequência da identificação das necessidades de otimização realizada em 2013.

A este propósito é de assinalar o trabalho desenvolvido em 2014, pelo SICAD e ARS,I.P na área do tratamento e reinserção (SIM - Sistema de Informação Multidisciplinar) e, pelo SICAD e CDT, na área da dissuasão (implementação de um novo sistema de informação - Sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP)), sem prejuízo do trabalho desenvolvido no âmbito da monitorização das intervenções nas outras áreas (informação na Ação 82). A nível do SIM, para além da criação de mecanismos de melhoria das práticas de registo, foram desenvolvidos trabalhos no sentido da sua manutenção evolutiva a novas Unidades e a novas dependências,

designadamente a definição de indicadores no âmbito das novas substâncias psicoativas e da dependência do jogo (informação na [Ação 82](#)).

Por outro lado, e na sequência dos trabalhos de articulação entre o INMCF, I.P. e o SICAD a nível dos registos específicos de mortalidade relacionada com álcool, foi possível disponibilizar, em 2014, novos indicadores nesta área (Relatório Anual 2013 - A Situação do País em Matéria de Álcool).

Como já referido, também o impulso da investigação na área do jogo aumentará a disponibilização de informação sobre os problemas relacionados com o jogo em diversas etapas do ciclo de vida e em diferentes contextos.

Quanto ao trabalho desenvolvido com vista ao aumento da disponibilidade de **informação económica e financeira sobre as intervenções** nas áreas da prevenção, dissuasão, RRMD, tratamento e reinserção, remete-se para a informação na [Ação 84](#). É de assinalar também, enquanto sistematização da informação disponível neste âmbito, a recolha de informação efetuada em 2014, no âmbito do projeto Costing Addictions (programa ALICE RAP).

#### **80. Reforço da recolha normalizada de dados no domínio da oferta, relativos a: indicadores sobre os mercados de drogas e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades de redução da oferta; indicadores sobre os mercados de bebidas alcoólicas e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta; indicadores sobre os mercados do jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta**

No que respeita aos indicadores sobre os **mercados de drogas** ([Ação 80.a](#)), em 2014 deu-se continuidade às atividades relacionadas com a criação de mecanismos e procedimentos de melhoria das práticas de registo e comunicação de dados.

Entre estas, é de referir a participação da PJ e do SICAD em reuniões técnicas organizadas pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), designadamente no âmbito do projeto de revisão dos instrumentos de recolha de dados de indicadores na área da redução da oferta.

Quanto ao reforço da recolha normalizada de indicadores e melhoria da comunicação de dados sobre os **mercados de bebidas alcoólicas** ([Ação 80.b](#)), em 2014 foi iniciado um estudo (promovido pelo SICAD e desenvolvido pelo CESNOVA/UNL) sobre estimativas do consumo per capita.

A nível dos indicadores sobre os **mercados do jogo e indicadores económicos e financeiros relativos às atividades no domínio da oferta** ([Ação 80.c](#)), em 2014 não se registaram atividades de especial relevância com vista ao reforço da recolha normalizada deste tipo de indicadores.

#### **Ação 81. Reforço e dinamização da rede nacional de serviços fonte de dados no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências**

Em 2014 foi reforçada a articulação entre os parceiros da rede nacional de serviços fonte de dados do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências. Apesar de não ter havido uma integração formal de novos Serviços em 2014, o trabalho em rede foi intensificado com o alargamento das necessidades de

informação relativa a outros CAD. Esta rede tem vindo a ser alargada e consolidada desde 1999, permitindo trabalhar de forma integrada e sustentável e potenciando o valor da informação e do conhecimento nestas áreas.

É de notar, e de forma transversal às diversas Ações relacionadas com o Objetivo Específico 24, que o anteriormente explanado apenas se refere ao realizado em 2014 enquanto valor acrescentado ao já existente, sem prejuízo de todo o restante trabalho de continuidade e manutenção dos sistemas de informação de rotina dos serviços fonte dos dados, que tem permitido a disponibilização de indicadores relevantes para o planeamento e avaliação das políticas e intervenções.

Também de forma transversal às diversas Ações, importa referir o muito trabalho realizado pelos diversos serviços/entidades em fora europeus e internacionais, com vista à otimização da recolha normalizada de dados e desenvolvimento de indicadores cientificamente comprovados, em particular os trabalhos no âmbito do OEDT e OMS.

Por último, importa ter presente que este Objetivo Específico 24 está intrinsecamente associado ao realizado a nível dos restantes Objetivos Específicos deste OE 5.1., nomeadamente o próximo que se encontra a montante deste, relacionado com o investimento numa cultura de registo, monitorização e avaliação das intervenções, que se refletirá, em última análise, na maior qualidade dos indicadores caracterizadores dos CAD e dos problemas relacionados.

**OE25. Promover uma cultura de registo, de monitorização e de avaliação das intervenções, baseada em metainformação comum e em instrumentos próprios para o diagnóstico da situação, monitorização e avaliação de intervenções, e uma cultura de partilha dos resultados, por forma a promover a maior eficácia na sua utilização**

**Ação 82. Desenvolvimento e implementação de modelos de acompanhamento que permitam conhecer os principais indicadores de produção, qualidade e resultados das intervenções, programas e projetos a nível local, regional e nacional**

No âmbito desta ação destacam-se as atividades relacionadas com:

- **PORI - Plano Operacional de Respostas Integrada<sup>22</sup> (SICAD, ARS,I.P. e entidades promotoras de projetos)**

Em 2014 foram finalizados os instrumentos para a monitorização das intervenções nas áreas da prevenção, da redução de danos, do tratamento e da reinserção, e foi elaborado o "Guia e Instrumentos para a Monitorização das Intervenções – Indicadores Mensais". De acordo com os procedimentos definidos e os instrumentos de monitorização disponibilizados neste Guia, ao longo do ano de 2014 foi possível a recolha de indicadores dos projetos em funcionamento. A análise agregada destes indicadores, irá permitir evidenciar a intervenção desenvolvida pelos projetos, nomeadamente os grupos-alvo e as ações pelas quais foram abrangidos, por tipo de intervenção.

Foram ainda elaborados os Modelos para a Renovação dos Projetos e para a Avaliação Intermédia das Intervenções.

<sup>22</sup> Mais informações sobre o PORI na Ação 14.

No âmbito da RRMD, e no sentido de se assegurar a inserção de novos parâmetros, especialmente consistentes com as orientações emanadas quer no PNRCAD quer no Plano de Ação 2013-2016, bem como de se acautelar o disposto no Decreto-lei n.º 54/2013, de 17 abril, que define o regime jurídico da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das NSP, concluiu-se da necessidade de se readequar vários instrumentos e minutas interligados e que se complementam. Assim, procedeu-se a:

- Alteração da ficha de recolha de indicadores de monitorização na área da RRMD;
  - Elaboração de um plano de revisão de instrumentos e minutas na área da RRMD;
  - Elaboração de formulários de verificação do cumprimento dos requisitos para a criação e funcionamento de programas e estruturas sócio sanitárias de RRMD.
- **SIM - Sistema de Informação Multidisciplinar (SICAD, ARS, I.P.)**

No ano de 2014 foi possível concluir as tarefas já encetadas no ano anterior, e que visavam reformular e readaptar os parâmetros e circuitos de monitorização dos dados relativos às intervenções no âmbito do tratamento dos CAD, necessárias e decorrentes da reorganização do dispositivo de resposta CAD estabelecida no Decreto- Lei nº 124/2011, de 29 de dezembro, e consubstanciada nas Leis Orgânicas do SICAD e das ARS, I.P. Nesse sentido, foram criados Grupos de Trabalho, pelo SICAD que, consolidaram a colaboração com as ARS, I.P, dando lugar à representação das especificidades regionais através das instituições que gerem as UIL, enriquecendo deste modo as propostas que visavam agilizar o processo de monitorização dos dados através do desenvolvimento do SIM em todas as suas potencialidades, promovendo a melhoria da sua qualidade, eficiência e eficácia, reforçando por essa via a sustentabilidade dos ganhos em saúde.

Esta metodologia de trabalho aplicada ao desenvolvimento de ferramentas no âmbito da recolha de dados pelo SIM, visavam potenciar este Sistema, expandindo o seu quadro de operação à recolha de indicadores das intervenções em CAD relativa aos fenómenos emergentes – Jogo e Novas Substâncias Psicoativas, bem como dotando este Sistema dos mecanismos que possibilitassem a avaliação da implementação de Normas de Orientação Clínica. Deste modo, foram elaborados os seguintes documentos:

- Definição dos critérios e parâmetros de recolha de informação no âmbito do tratamento, para adaptar e adequar o SIM ao acompanhamento dos comportamentos aditivos e dependências;
- Instrumento de análise da informação constante no SIM no âmbito do estudo e monitorização da evolução dos CAD, elaborada no âmbito da monitorização dos Fenómenos Emergentes relativo às adições comportamentais sem substância, com particular enfoque no Jogo;
- Definição, a partir do SIM, de rede de recolha e sistematização de informação sobre consumo das novas substâncias psicoativas e outros CAD, no âmbito do tratamento, elaborada no âmbito das alterações que resultam do exercício das competências legalmente atribuídas ao SICAD, em termos da monitorização e planeamento dos CAD nomeadamente as NSP;
- Alteração ao SIM – área da Reinserção, visando a definição de indicadores a partir da informação recolhida pelo SIM nesta área que permitissem a avaliação da implementação do Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR).

As atividades conducentes à adaptação dos mecanismos e instrumentos de recolha de informação sobre tratamento à nova realidade dos CAD determinariam que o fenómeno emergente das NSP devesse de ser alvo de atenção. Nesse sentido, e aproveitando os

mecanismos de articulação e colaboração existentes entre SICAD e ARS, I.P. no âmbito das iniciativas de adaptação e adequação dos indicadores de monitorização, foi criado um Grupo de Trabalho, tendo sido produzida a reflexão científica e metodológica que se consubstanciou numa proposta de Instrumento de análise da informação constante no SIM no âmbito do estudo e monitorização dos Comportamentos Aditivos e Dependências - Novas Substâncias Psicoativas. Este instrumento construído enquanto modelo de monitorização de dados do tratamento permitirá a obtenção de informação crítica no âmbito dos CAD, nomeadamente no domínio das NSP.

### **Ação 83. Divulgação dos dados decorrentes da aplicação do modelo, aos parceiros, através de relatórios regulares**

Ao nível do SICAD, foi apresentado o primeiro *Relatório de Desenvolvimento da Rede de Referenciação/Articulação no âmbito dos CA*<sup>23</sup>, que procurou caracterizar o trabalho realizado no ano de 2013 e que conclui que *as atividades desenvolvidas constituíram-se como a alavanca de suporte para a implementação da Rede de Referenciação/Articulação, sendo que os resultados atingidos deverão ser entendidos com ânimo de contribuir para a indicação de trilhos que continuem e melhorem o percurso iniciado.*

A contínua melhoria das respostas no âmbito da reinserção está relacionada com a monitorização das atividades desenvolvidas nesta área junto dos cidadãos com CAD, entendida enquanto atividade fundamental para o suporte à planificação e adequação das respostas<sup>24</sup>. Assim, foi elaborado o *Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção do ano 2013*. Este relatório foi construído com base nos dados do ano anterior, recolhidos junto dos CRI das ARS, I.P. referentes à intervenção desenvolvida no âmbito da reinserção. Desta forma, foi possível evidenciar quais as principais necessidades dos cidadãos que são alvo de acompanhamento social, assim como a capacidade dos serviços (CRI e outros parceiros) para satisfazer as mesmas através da disponibilização de respostas adequadas a cada situação.

Foi também elaborado um *Relatório de Monitorização do Fórum Nacional Álcool e Saúde*<sup>25</sup>

É de destacar, a nível das ARS, I.P. e com base na monitorização feita no SIM, a divulgação de indicadores regionais e locais com regularidade mensal, trimestral, semestral e anual às UIL, revelando-se fundamental no processo de identificação dos desvios e potenciador da correção das trajetórias.

Por último, é de fazer uma referência geral aos relatórios periódicos produzidos a nível de todas as áreas de intervenção, em resposta aos compromissos com diversas instâncias locais, regionais, nacionais, europeias e internacionais.

### **Ação 84. Implementação de um sistema de contabilidade por projetos, programas e intervenções, a fim de fornecer indicadores para a sua avaliação financeira;**

A Portaria n.º 27/2013, de 24 de janeiro, que fixa as condições de financiamento público dos projetos que constituem os PRI), e a Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, que cria o regulamento dos Programas de Apoio Financeiro a atribuir pelos serviços e organismos centrais do Ministério da Saúde e pelas ARS, I.P.), permitiram não só harmonizar práticas no âmbito do

<sup>23</sup> Mais informações sobre a Rede de Referenciação/Articulação na Ação 15.

<sup>24</sup> Mais informações sobre a monitorização na área da reinserção nas Ações 14, 16, 17 e 18.

<sup>25</sup> Mais informações sobre o FNAS na Ação 20.

Ministério da Saúde, como criar uma plataforma informática para a gestão dos projetos *online*, desde a fase de candidaturas, passando pela monitorização e avaliação técnica e financeira das intervenções desenvolvidas por pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, apoiadas pelos vários serviços e organismos da saúde, designada de *Sistema Integrado dos Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS)*.

Em 2014, deu-se continuidade à realização de testes à plataforma SIPAFS, não tendo sido possível a sua conclusão devido a constrangimentos de várias naturezas.

O SICAD elaborou o Manual de utilização do SIPAFS para as entidades beneficiárias, no sentido de facilitar a utilização da aplicação pelas entidades candidatas.

**OE26: Promover a investigação e potenciar o intercâmbio e transferência de conhecimentos, assegurando o reforço de sinergias e evitando duplicações de recursos humanos e financeiros**

**Ação 85. Aumento do conhecimento sobre os CAD, através do reforço e desenvolvimento de: estudos epidemiológicos / estudos de observação e vigilância sobre os CAD; estudos sobre as motivações, representações e atitudes relativas aos consumos de substâncias psicoativas e práticas de jogo em populações consideradas prioritárias e estudos sobre os efeitos sanitários do consumo de substâncias psicoativas**

Em 2014, foram desenvolvidos diversos estudos enquadrados nas linhas de investigação previstas nesta Ação, dos quais apenas alguns se destacarão aqui, seja porque permitem a disponibilização de informação sobre indicadores chave fundamentais para o planeamento e avaliação das políticas a nível nacional e internacional, seja porque são desenvolvidos com regularidade ao longo dos anos e possibilitam a identificação de tendências, seja ainda porque foram considerados como prioritários no âmbito da avaliação do anterior ciclo estratégico ou já no decorrer do atual ciclo.

● **Alguns dos estudos concluídos em 2014:**

- Estimativa do Consumo Problemático / de Alto Risco de Drogas. Portugal Continental/2012 (SICAD)
- Estimativa do Consumo de Alto Risco de Cannabis. Portugal 2012 (SICAD)
- Os Jovens, o Álcool e a Lei. Consumos, atitudes e legislação (SICAD)
- Health Behaviour in School – Aged Children, A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Tempos de Recessão – Dados Nacionais 2014 (Equipa Aventura Social da FMH/UTL, DGS)
- Consumo e Representações Sociais do Álcool. Inquérito ao público jovem presente no Rock in Rio – Lisboa 2014 (SICAD)
- Consumos, Representações e Perceções das Novas Substâncias Psicoativas entre Estudantes Universitários, 2014 (SICAD)

● **Alguns estudos em curso em 2014:**

- Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional, 2014 (SICAD, DGRSP e CIEG /ISCSP/UL)
- O Consumo de Álcool na Gravidez (SICAD /ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P)

A nível das ARS, I.P. (DICAD e respetivas UIL) foram desenvolvidas vários trabalhos de investigação, a maioria dos quais relacionados com os utentes alvo das intervenções das UIL, que se constituem como uma mais-valia, entre outros, em termos de planeamento e avaliação das intervenções a nível local. Neste âmbito, é de assinalar em 2014, a aprovação pela Comissão de Ética para a Saúde / ARS, I.P. dos seguintes projetos de investigação com colaboração e/ou participação das UIL e da Equipa de coordenação da DICAD:

- Comorbilidade e tomada de decisão em doentes alcoólicos em diferentes etapas de tratamento (ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P - Unidade de Alcoologia de Lisboa)
- Variação da qualidade de vida de toxicodependentes segundo a idade e sua relação com o perfil psicopatológico. (ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P – Centro das Taipas)
- Grau de satisfação dos utentes da UD Centro das Taipas. (ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P – Centro das Taipas)

#### **Ação 86. Fomento da investigação aplicada na área das novas substâncias psicoativas (área farmacológica e toxicológica)**

Em 2014 o Serviço de Química e Toxicologia Forenses do Instituto Nacional de Medicina legal e Ciências Forenses (INMLCF) prosseguiu o trabalho que vem desenvolvendo no âmbito das drogas de abuso em geral e das NPS em particular, e cuja divulgação efetuou através da participação em reuniões científicas (10) comunicações (20) publicações em revistas científicas internacionais (8), assim como a participação em grupos de trabalho promovidos por organizações nacionais e internacionais. É de assinalar a conclusão e divulgação do estudo *Wastewater analysis and drugs: a European multi-city study*, no qual o INMLCF colaborou a convite da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. (mais informação na [Ação 89.d](#) e [Ação 90.b](#)).

Com o protocolo de colaboração entre o Laboratório de Polícia Científica (LPC) da PJ, a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, assinado em maio de 2014, e na sequência do trabalho já iniciado em 2013, foi reforçado o desenvolvimento dos trabalhos nesta área, que irão possibilitar, entre outros, a criação de uma base de dados com as estruturas e características analíticas das NSP. É de notar que, no âmbito destes trabalhos, foi identificada pela primeira vez no âmbito do Mecanismo de Alerta Europeu, uma nova droga sintética – a 4F-PBP -, pertencente à família das catinonas, e descrita num artigo científico disponível *online* em 2015, pela *Forensic Science International*. O LPC da PJ procurou também fomentar a investigação nesta área através da realização de estágios (2 estágios de mestrado desenvolvidos em 2014 e concluídos em 2015).

#### **Ação 87. Produção de conhecimento sobre o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação, enquanto facilitadoras de práticas ilícitas, nomeadamente, comercialização, tráfico e distribuição de drogas (inclusive de novas substâncias psicoativas sob controlo) e oferta de jogo ilegal**

Em 2014 e no âmbito das suas competências, a PJ tem estado atenta a esta problemática, assinalando-se neste campo a sua participação no *European Cybercrime Task-Force*, um grupo de especialistas representantes da Europol, Eurojust e Comissão Europeia, que trabalham com os responsáveis das unidades de cibercrime da União Europeia, com vista ao desenvolvimento de ações de investigação coordenadas de combate ao cibercrime e problemas causados pelo uso da cibertecnologia na prática de crimes.



**Ação 88. Desenvolvimento de estudos sobre a avaliação de políticas e intervenções, designadamente: estudos de avaliação dos dispositivos de intervenção e estudos de avaliação de políticas**

No âmbito da investigação relacionada com a avaliação de políticas e intervenções, em 2014 deu-se início à implementação do estudo *Efeitos da Intervenção em Dissuasão, baseado na Atividade das CDT* (SICAD e CDT), um estudo longitudinal, a desenvolver em 2014/16, capaz de relacionar a trajetória de vida de indivíduos que passaram pelas CDT e a intervenção que lhes foi dirigida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 50/2013 a 16 de abril, que determinou a realização pelo SICAD de um estudo sobre a aplicação do regime previsto neste (em particular uma análise dos padrões de consumo de álcool, por jovens em geral e por adolescentes em especial), o SICAD desenvolveu em 2014 o estudo *Regime Legal de Disponibilização, Venda e Consumo de Bebidas Alcoólicas em Locais Públicos e Locais Abertos ao Público – Elementos para a compreensão da sua aplicação e dos padrões de consumo de álcool nos jovens*. Para tal, foram realizados dois estudos específicos - *Os Jovens, o Álcool e a Lei. Consumos, atitudes e legislação*, e *O Álcool e a Lei. Profissionais dos Estabelecimentos Comerciais* –, tendo sido também considerados os resultados de outros três estudos conduzidos na mesma altura, bem como alguns indicadores indiretos recolhidos de várias instituições. Com base nos resultados do estudo foram elaboradas algumas recomendações com vista ao planeamento das políticas e intervenções nestes domínios.

É de referir também que o estudo *Consumos, Representações e Perceções das Novas Substâncias Psicoativas entre Estudantes Universitários, 2014*, sendo a replicação de um outro, realizado em 2013, antes da entrada em vigor do DL n.º 54/2013, de 17 de abril - definição do regime jurídico da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das NSP – e do consequente encerramento das denominadas *smartshops*, constitui-se assim como um instrumento fundamental para a avaliação dos efeitos desta alteração legislativa nos consumos de NSP, tendo sido elaborada uma sinopse com alguns resultados comparativos dos estudos (site do SICAD).

É de notar ainda a realização de outros estudos na área da avaliação de políticas, integrados em projetos internacionais (Ação 89. d).

**Ação 89. Reforço da dinamização científica e da abertura internacional da investigação nacional, através de: organização de eventos nacionais de partilha de necessidades e competências de investigação no domínio dos CAD; disponibilização de informação sobre projetos de investigação realizados e em curso a nível nacional; implementação de uma Rede Nacional de Investigadores de CAD com participação ativa em redes europeias e participação em projetos de investigação internacionais**

No que respeita à **organização de eventos nacionais de partilha de necessidades e competências de investigação no domínio dos CAD** (Ação 89.a), para além dos vários Encontros, Congressos, Seminários realizados em 2014 a propósito de temas relacionados com CAD, e que são sempre *fora* de partilha sobre a investigação nesta matéria, importa também referir os trabalhos desenvolvidos no âmbito da rede nacional de investigadores de CAD no seio do projeto European Research Area Network on Illicit Drugs (ERANID) (ver Ação 89.c) e no âmbito do *Grupo Investigação e Produção Científica* do FNAS, que proporcionaram a partilha de necessidades e competências de investigação nestas áreas e potenciaram sinergias entre os investigadores.

No que se reporta à **disponibilização de informação sobre projetos de investigação realizados e em curso a nível nacional (Ação 89.b)**, em relação ao indicador previsto – construção de uma base de dados com informação sobre projetos de investigação realizados e em curso –, em 2014 não houve atividades de especial relevância em relação ao já realizado em 2013, na sequência do processo de consulta pública nacional no âmbito do projeto ERANID.

Relativamente à **implementação de uma Rede Nacional de Investigadores de CAD com participação ativa em redes europeias (Ação 89.c)**, é de mencionar que no âmbito do trabalho promovido pelo SICAD, em 2014, foi feita uma revisão/atualização desta rede segundo o critério de produção científica recente, passando a integrar 73 investigadores. Ao longo de 2014 foi assegurada a partilha regular de informação e de conhecimento (encontros científicos, estudos, concursos, etc.) entre os membros da rede.

No âmbito do projeto ERANID - visa a promoção de projetos de investigação multinacional e multidisciplinar na área das drogas ilícitas a fim de fundamentar decisões políticas, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma Agenda Estratégica de Investigação comum -, Portugal (SICAD) organizou, em 2014, a *Lisbon International Invitational Consultation*, que se realizou em outubro em Lisboa, e que contou com a presença de cerca de 80 stakeholders de vários países. O *draft* final da Agenda Estratégica de Investigação comum foi concluído e apresentado em Bruxelas, em dezembro de 2014.

A nível da **participação em projetos de investigação internacionais (Ação 89.d)**, é de destacar como principais resultados de alguns projetos concluídos e em curso em 2014:

- **Nº de estudos/projetos concluídos:**
  - *Wastewater analysis and drugs: a European multi-city study (2011- 2014)*: em 2014 foram publicados os resultados deste projeto (liderado pelo Sewage Analysis Core Group Europe – SCORE), através de artigo publicado na *Addiction* e do *European Drug Report 2014* (OEDT).
- **Nº de estudos/projetos em curso:**
  - *Costing Addictions (programa Addictions and Lifestyles in Contemporary Europe – Reframing Addictions, ALICE RAP, 2011-2016)*: em 2014 foi elaborado o primeiro relatório final *Social Costs: A report specifying the costs of addiction to societies*, que integrou o relatório sobre o jogo *ALICE RAP Policy Issue Paper on the Social Impact of Gambling*;
  - *Counting Addictions (programa ALICE RAP, 2011-2016)*: em 2014 foi elaborado o relatório final *Prevalence of substance use, dependence and problematic gambling in Europe* e redigido um artigo, *Prevalence and potential influencing factors of alcohol dependence in Europe*, que foi publicado na revista *European Addiction Research*;
  - *BISTAIRS (Brief interventions in the treatment of alcohol use disorders in relevant settings, 2012-2015)*: em 2014 foram realizados os testes de campo e elaborado o relatório final do projeto; os resultados provisórios foram apresentados no *WONCA 2014* em Lisboa e no âmbito da ação conjunta *Reducing Alcohol Related Harm (RARHA)* (evento satélite) em Bruxelas;
  - *ODHIN (Optimizing delivery of health care interventions, 2011-2015)*: em 2014 foram apresentados os resultados do projeto (evento satélite ao *INEBRIA* em Varsóvia), e deu-se início à disseminação do programa formativo sobre deteção precoce e intervenção breve de consumos nocivos e de risco de bebidas alcoólicas nos Cuidados de Saúde Primários; foi ainda elaborado um artigo sobre o tema, publicado na revista *Alcohol and Alcoholism*;

- *Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs in Schools (MedSPAD)*: em 2014, Portugal participou ativamente nos trabalhos com vista ao desenvolvimento de uma rede de investigação e adaptação/aplicação do ESPAD (realizado na Europa) nos países do Mediterrâneo, tendo sido elaborado o relatório "A First Glance of the Situation in the Mediterranean Region in Relation to the Prevalence of Alcohol, Tobacco and Drug Use Among Adolescents" (P-PG/Med (2014) 21);
- Na sequência do projeto *Wastewater analysis and drugs: a European multi-city study (2011- 2014)*, em Maio de 2014 deu-se início à implementação de uma Ação de Investigação Concertada Europeia, designada *COST Action ES1307: Sewage biomarker analysis for community health assessment*, cuja principal mais valia será a disponibilização de uma plataforma de suporte à comunicação e cooperação transdisciplinar, indispensável ao sucesso desta técnica;
- Ação Conjunta *RARHA / W4 – Monitorização*: considerando os principais objetivos - o desenvolvimento de um questionário padronizado sobre o consumo de álcool a aplicar a nível europeu e a construção de uma base de dados comum europeia -, em 2014 temos como resultados mais relevantes a implementação do estudo piloto e a elaboração de um documento - *Questionnaire Map* -, que servirá de base para a harmonização de um conjunto de dados e para a construção de uma base de dados europeia comum.

É ainda de referir que, no âmbito do Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra droga (COPOLAD, 2011-2015), nomeadamente a nível da componente 2, *Consolidação dos Observatórios*, Portugal participou no *Encontro de redes de investigação: Políticas públicas baseadas na evidência, avanços e desafios (Madrid, fevereiro 2014)*, com o objetivo de promover a cooperação entre os investigadores na área da redução da procura e realizar uma análise crítica do processo de transferência da evidência científica para as políticas públicas.

É de notar que o atrás elencado não esgota a participação nacional em projetos de investigação internacionais, refletindo a informação fornecida pelos vários serviços/entidades.

**OE27: Melhorar a capacidade de deteção, avaliação e resposta rápida e eficaz ao aparecimento de novas substâncias psicoativas e outras tendências emergentes suscetíveis de pôr em risco a segurança e a saúde públicas, privilegiando o trabalho em rede e o estreitamento da cooperação**

**Ação 90. Desenvolvimento de procedimentos potenciadores da articulação e de incentivo à partilha regular de informação a nível nacional e europeu, designadamente através de: otimização da articulação nacional no contexto da Rede de Alerta Rápida (OEDT); implementação de uma rede nacional para investigação e análise de novas substâncias psicoativas e participação ativa numa rede europeia de institutos de investigação e laboratórios forenses**

No âmbito desta Ação, e no que se reporta à **otimização da articulação nacional no contexto da Rede de Alerta Rápida do OEDT (Ação 90.a)**, no ano de 2014 foram notificadas através do sistema de alerta europeu 101 NSP (em média duas novas substâncias por semana), o que implicou uma intensa troca de informação com os parceiros nacionais da rede nacional de alerta, no sentido de recolher informação sobre os efeitos adversos dessas substâncias. O SICAD, na qualidade de Ponto Focal Nacional para a implementação da Decisão do Conselho 2005/387/JAI de 10 de maio de 2005, relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de

riscos e controlo de novas substâncias psicoativas elaborou o relatório de progresso e final de implementação da referida Decisão do Conselho, com a colaboração dos parceiros nacionais.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, foi decidida a inclusão de algumas das entidades que participaram no grupo de trabalho interministerial na rede nacional de alerta, no sentido de potenciar a articulação e a troca de informação a nível nacional e europeu. Assim sendo, em Outubro de 2014 a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) passaram a integrar a rede nacional de alerta.

A nível da **implementação de uma rede nacional para investigação e análise de novas substâncias psicoativas e participação ativa numa rede europeia de institutos de investigação e laboratórios forenses (Ação 90.b)**, para além do já referido a propósito do fomento da investigação aplicada nesta área a nível nacional (**Ação 86**), é de destacar o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Química e Toxicologia Forenses do INMLCF na criação de condições para a participação em projetos nacionais e internacionais relacionados com esta problemática, com destaque para o projeto europeu COST Action ES1307: Sewage biomarker analysis for community health assessment, no qual o INMLCF colaborou a convite da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e no âmbito do qual foram desenvolvidas e validadas metodologias analíticas para pesquisa de drogas de abuso em águas residuais e que incluiu diversas NSP.

Na sequência do estudo piloto realizado em 2013 pelo INMLCF em colaboração com o laboratório de Patologia Clínica de um Hospital Central de Lisboa, o INMLCF passou a dispor de metodologia para pesquisa de NSP em amostras biológicas. A implementação dessa metodologia passou a permitir dar resposta a eventuais solicitações feitas no âmbito do Artigo 5º da Lei 54/2013 de 17 de Abril.

Reunidas as condições do ponto de vista laboratorial para a pesquisa de NSP em águas residuais e em amostras biológicas o INMLCF continua a recomendar à Coordenação Nacional que promova o estabelecimento de protocolos de articulação a nível nacional no âmbito das NSP entre os serviços de urgência dos Hospitais, a DGS, as universidades, os órgãos de polícia criminal e o INMLCF.

### **Ação 91. Implementação de respostas céleres no contexto de tendências emergentes**

Em 2014, um ano decorrido após a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, que procede à definição do regime jurídico da prevenção e proteção contra a publicidade e comércio das novas substâncias psicoativas, e da Portaria n.º 154/2013, de 17 de abril, que aprova a lista de novas substâncias psicoativas, foi solicitado às entidades competentes um ponto de situação no que respeita ao exercício das suas competências, com vista a apurar os efeitos da legislação.

Os contributos recebidos permitiram concluir que a legislação foi eficaz para suster a comercialização e o consumo das novas substâncias psicoativas, não havendo conhecimento de notificações de casos relacionados com a venda em estabelecimentos ou casos de urgências hospitalares após a entrada em vigor da referida legislação e durante o ano de 2014.

Também o estudo referido na Ação 88, sobre o consumo de NSP entre estudantes universitários (realizado em 2013 antes da entrada em vigor daquela legislação e replicado em 2014), aponta para uma redução muito significativa dos consumos, sendo as prevalências desses consumos muito residuais em 2014.

No âmbito da sua atividade, a ASAE instaurou um processo por contraordenação por suspeita da infração de detenção de substância psicoativa listada na Portaria n.º 154/2013, de 17 de abril. Após a realização de análises laboratoriais constatou-se que a substância identificada não se encontrava abrangida na referida Portaria.

O Grupo de Trabalho que acompanha a aplicação da lei acordou, em reunião realizada em 30 de setembro de 2014, a constituição de um grupo restrito encarregado de elaborar a proposta da portaria prevista no n.º 8 do art.º 5º do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, que deve definir os termos relativos às análises e perícias nele previstas, a realizar pelas autoridades competentes. A conclusão deste procedimento transitou para 2015.

#### **OE28. Assegurar uma transmissão e aplicação mais efetiva da informação para o desenvolvimento de políticas em CAD e sua avaliação**

A jusante dos produtos desenvolvidos no âmbito das anteriores ações deste OE 5.1., está o garantir a transmissão desses produtos e a sua aplicação efetiva no planeamento e avaliação das políticas e intervenções, e em última análise, aumentar o seu valor percebido entre os cidadãos em geral.

#### **92. Elaborar e divulgar Relatórios Nacionais Anuais sobre a situação relativa a: drogas e toxicodependências; álcool e jogo**

Em 2014 foi elaborado o **Relatório Anual 2013 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências**, e apresentado em Dezembro à Assembleia da República e ao Governo Português, enquanto instrumento de elevada utilidade para o planeamento e avaliação das políticas e intervenções nestas áreas. A Parte A do Relatório congrega a informação (indicadores diretos e indiretos) oriunda do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências, numa perspetiva de gestão integrada da informação e do conhecimento nos domínios da procura e oferta de drogas. A Parte B do Relatório congrega as *Respostas e Intervenções* dos diferentes organismos, tendo por base a execução do respetivo Plano de Ação nacional.

Foi elaborado também o Relatório Anual 2013 -A Situação do País em Matéria de Álcool, que marca o primeiro ano do novo ciclo estratégico no quadro do PNRCAD. Constitui assim, uma linha de base de referência para monitorização e avaliação de diversos indicadores, designadamente dos relativos às metas do PNRCAD a atingir no final dos dois ciclos de referência, 2016 e 2020. Trata-se de um primeiro produto de uma gestão integrada da informação e do conhecimento nos domínios da procura e da oferta na área do álcool, só possível graças ao trabalho em rede, em particular dos serviços que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências.

**93. Promover a produção regular de policy briefs e snapshots sobre resultados de monitorização e avaliação das intervenções e resultados das investigações realizadas, dirigidos sobretudo aos decisores, mas também aos intervenores e aos media enquanto canal privilegiado de acesso aos cidadãos em geral.**

Em 2014, na perspetiva de uma aplicação efetiva da informação e do conhecimento para o desenvolvimento de políticas em CAD e sua avaliação, para além do já referido a propósito da investigação direcionada especificamente para a avaliação de políticas e tomada de decisão, como a relacionada com as alterações legislativas nas áreas do álcool e das NSP, e para o planeamento nacional das intervenções, como a relacionada com a definição das necessidades de tratamento, várias outras iniciativas foram tomadas com vista a garantir a aumentar o valor percebido do conhecimento produzido, entre elas:

- o elaboração de sumários executivos com os principais resultados dos estudos concluídos;
- o recomendações para a ação com base nos resultados dos estudos;
- o divulgação dos estudos desenvolvidos, designadamente através de sessões públicas de apresentação dos resultados e de comunicados para os media enquanto canal privilegiado de acesso aos cidadãos em geral, e sob a forma de sinopses, relatórios, artigos científicos e comunicações apresentadas em Congressos, Conferências, Encontros e Seminários nacionais e internacionais.

Neste ciclo estratégico, deu-se início à elaboração anual de uma *Sinopse Estatística, Portugal*, com alguns dos principais indicadores da evolução da situação nacional em matéria de CAD (em 2014 foi elaborada a relativa ao ano de 2013).

A maioria dos produtos aqui referidos encontra-se disponível no site do SICAD.

## 2. Formação

---

**OG5.2. MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CIDADÃOS EM MATÉRIA DE CAD, CAPACITANDO OS PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS COM RESPONSABILIDADES NA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO DAS INTERVENÇÕES, DE FORMA A PERMITIR AUMENTAR A QUALIFICAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DAS RESPOSTAS NOS VÁRIOS CONTEXTOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

**OE29.** Promover os conhecimentos dos intervenientes em matéria de CAD através da dinamização de ações de formação tendo em consideração as diferentes etapas do ciclo de vida e contextos

**Ação 94. Identificação das necessidades de formação em CAD dos parceiros estratégicos, conceção de cursos de formação tendo em vista alargar a oferta formativa, nomeadamente na área do jogo e constituição de uma bolsa de formadores**

No ano de 2014, na sequência do empreendido no ano transato, foi consolidado e atualizado o diagnóstico das necessidades de formação em matéria de CAD dos profissionais que integram as ARS, I.P. e o SICAD. Assim, foram revistos e adaptados por parte do SICAD e das outras entidades os planos de formação e atualizada a bolsa de formadores de acordo com as diferentes competências e tendo em atenção as temáticas diagnosticadas. Considerando os diagnósticos de necessidades já referidos, reuniram-se as condições de base para o desenvolvimento e dinamização de forma consistente da oferta formativa com o objetivo da melhoria de competências dos profissionais, capacitando-os para a intervenção direta ou indireta no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências. Melhorar a informação e o conhecimento, e garantir o desenvolvimento de competências técnicas, tendo em vista aumentar a qualificação e diferenciação dos profissionais, das respostas e serviços disponíveis, constitui pois uma prioridade da intervenção consistente nesta área.

Foram disponibilizados 8 cursos de formação por parte do SICAD e 28 da responsabilidade das ARS, I.P. Salienta-se o ajustamento de cursos sobre Problemas Ligados ao Álcool no formato de sensibilização e de formação, o Curso Novas Substâncias Psicoativas, o Curso de Intervenção e Mediação Social, o Curso sobre Prevenção e Intervenção em CAD no contexto laboral, o Curso Descriminalização e Dependências e a nova edição da Formação em Dependências sem Substância – Jogo. Foi ainda no contexto da implementação das Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão, que pressupõem uma avaliação rigorosa do perfil do indiciado, utilizando como procedimento a aplicação de instrumentos de rastreio e de avaliação, que se conceptualizou o Curso ASSIST e Intervenções Breves – Supervisão.

Relativamente às Bolsas de Formadores estão inscritos 20 profissionais na base de dados do SICAD e 41 nas ARS, I.P.

### **Ação 95. Realização de ações de Formação na área dos CAD dirigidas a públicos-alvo das diferentes etapas do ciclo de vida, nomeadamente aos profissionais intervenientes nos contextos escolar, universitário e laboral**

Reconhecida a importância da intervenção em meio laboral e na sequência de uma crescente procura por parte de empresas e outras instituições, foi identificada a necessidade de alargar o grupo de profissionais disponíveis na bolsa de formadores do SICAD com formação específica nesta área. O curso de formadores *Formar para a Prevenção e Intervenção em Contexto Laboral*, para colaboradores do SICAD, com a duração total de 10 horas, envolveu a participação de 10 profissionais, perfazendo um valor global de 100 horas de formação.

O curso *Descriminalização e Dependências – A Intervenção das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência* abrangeu profissionais do SICAD e instituições parceiras da rede de referência, que desenvolvem trabalho comunitário com intervenção no domínio da redução do consumo de substâncias psicoativas e nas dependências.

Foram dinamizados dois cursos de Formação em *Dependências sem Substâncias – Jogo*, com a duração de 21 horas cada, o que correspondeu a 42 horas de formação. As referidas ações formativas, envolveram a participação de 30 profissionais – Enfermeiros, Médicos, Técnicos Superiores de Saúde - Psicologia, Técnicos Superiores de Regime Geral, Psicólogos / Terapeutas Familiares e Dirigentes, perfazendo um volume global de 616 horas de formação realizada.

Dinamizaram-se duas ações formativas do curso *ASSIST e Intervenções Breves – Supervisão*, com a duração de sete horas cada, o que correspondeu a 14 horas de formação realizada. As ações tiveram a participação de 32 profissionais das CDT – 19 Técnicos Superiores e 13 Membros das CDT, perfazendo um volume total de 224 horas de formação executada.

Ao abrigo do projeto europeu EURIDICE, e para além das ações de sensibilização desenvolveram-se em empresas do sector privado e sector público empresarial 14 ações de formação, que abrangeram cerca de 280 quadros e chefias.<sup>26</sup>

Em 2014, realizaram-se nas Forças Armadas as seguintes ações de formação, no âmbito do PPCDAFA:

- **Na Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM)**

- Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência (COPATD)

Este curso destina-se a militares das Forças Armadas (Oficiais e Sargentos) e elementos das Forças de Segurança (GNR e PSP) e tem por objetivo principal proporcionar conhecimentos sobre a problemática da dependência de substâncias e desenvolver aptidões para a identificação e acompanhamento de comportamentos que constituam indício de prática de consumo e da existência de patologias associadas ao uso de drogas e/ou álcool. Além do exposto, deverão os instruendos ficar habilitados a colaborar nos diferentes níveis de intervenção previsto no PPCDAFA quando as suas funções o determinem.

A ESSM realizou dois (2) cursos de COPATD, com a participação de 56 militares das Forças Armadas, 2 elementos da GNR, 10 elementos das Forças de Segurança (PSP) e 1 elemento da Cruz Vermelha, num total de 69 formandos.

<sup>26</sup> Mais informação sobre este projeto na Ação 1.



**Quadro 10 - Cursos COPATD/2014**  
(\*e/ou equiparados)

Entidade	Oficiais*	Sargentos*
Marinha	6	9
Exército	13	17
Força Aérea	6	5
GNR	1	1
PSP	5	5
Cruz Vermelha	0	1
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>38</b>

Fonte: Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P.

- Curso de Validação Clínica em Toxicologia de Drogas de Abuso (Medical Review Officer (MRO))

O curso MRO tem por objetivo habilitar médicos para a revisão e interpretação dos resultados positivos do rastreio toxicológico, para a respetiva validação clínica, bem como divulgar informação científica da área da toxicologia clínica, numa perspetiva jurídico-laboral e ética, de modo a transmitir conhecimentos que determinem o enquadramento das ações a desenvolver no âmbito do PPCDAFA.

A mesma Escola de Serviço de Saúde proporcionou o Curso de Validação Clínica em Toxicologia de Drogas de Abuso a 5 médicos militares, sendo 2 da Marinha e 3 da Força Aérea.

De salientar que alguns módulos destes cursos ministrado na ESSM foram assegurados por militares dos Ramos das Forças Armadas, com experiência e conhecimentos científicos nesta área.

- **Nas Unidades, Academias, Institutos e Centros de Formação**

Ao longo do ano, foram ministrados, nas principais Unidades das Forças Armadas, Cursos Gerais de Droga, com a participação dos NAC, outros órgãos dos Ramos envolvidos no PPCDAFA e entidades convidadas.

Os programas curriculares dos diferentes cursos das Academias e Centros de Formação dos Ramos prevêem tempos letivos sobre a temática da droga e do álcool, com referência à problemática associada ao seu consumo e dando destaque ao programa das FA, tendo por grupos alvo, oficiais, sargentos e praças.

- Curso de Segurança

Este curso destina-se a Oficiais e Sargentos e visa habilitá-los para o exercício de funções relacionadas com a segurança militar em Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O), possuindo uma componente sobre prevenção e combate às toxicodependências – supervisão da realização de rastreios, elaboração de relatórios técnicos, entre outras – capacitando para o apoio à decisão dos comandantes, nesta área específica.

Em 2014, realizaram-se, no Exército, 2 Cursos de Segurança Militar com a participação de 17 Oficiais do Exército, 1 Oficial da Força Aérea, 2 Oficiais da GNR e 16 Sargentos do Exército.

A ARS, I.P. do Norte realizou 56 ações formativas abrangendo variados temas, tendo como destinatários 950 formandos. Destas merecem destaque: o Programa de Treino de Competências: "Eu e os Outros" com 256 pessoas abrangidas em 19 ações num total de 279 horas; "Trilhos e Pistas" com 6 ações e 98 formandos compreendendo um total de 69 horas; "Prevenção do Consumo de SPA" englobando 4 ações com 47 formandos e a duração total de 53 horas; "Comportamentos Aditivos e Dependências" com 4 ações realizadas, 234 pessoas abrangidas e 51 horas e 30 minutos de duração global e "Dia da Defesa Nacional" abrangendo 4 ações, destinadas a 100 mancebos com a duração total de 17 horas.

A ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. realizou 19 ações de formação para técnicos da ARS, I.P. incluindo o DICAD, abrangendo 366 formandos. Procedeu também à dinamização de atividades breves de cariz formativo para técnicos das UIL do DICAD, tendo concretizado mais de 90 atividades. No âmbito da Prevenção saliente-se o Programa "Eu e os Outros" com 140 formandos e o Programa "Trilhos" com 67 formandos. Foram ainda envolvidos em outros programas de desenvolvimento de competências 5 técnicos aplicadores e 192 alunos / jovens.

Para concretização da ação em epígrafe, a ARS, I.P. do Centro realizou 10 ações de formação com 194 formandos.

A GNR realizou no âmbito desta ação, 22 ações formativas que abrangeram um total de 1361 formandos.

#### **Ação 96. Desenvolvimento de projetos de formação dirigidos a públicos-alvo específicos em articulação com entidades responsáveis pela implementação de respostas e intervenções em diferentes contextos**

Relativamente a esta ação destaca-se o trabalho desenvolvido pelo SICAD de formação de profissionais de entidades parceiras no âmbito do Programa "Eu e os Outros", o qual se traduziu na concretização de 10 ações formativas distribuídas entre:

- Processo de validação da narrativa dedicada ao álcool, desenvolvida em articulação com a Câmara Municipal de Odívetas – "Eu e os Outros" (2 grupos). Neste âmbito foram formados 48 profissionais num total de 6 dias de formação. Acresce-se ao processo formativo, 7 sessões de supervisão para o primeiro grupo correspondendo a 21 horas adicionais de suporte técnico.
- Alargamento do âmbito de implementação do Programa "Eu e os Outros" a outros contextos, nomeadamente à Ocupação de Tempos Livres em articulação com o IPDJ, I.P., envolvendo a formação de elementos deste instituto e monitores de campos de férias – "IPDJ, I.P. Sul" e "IPDJ, I.P. Norte". Neste âmbito foram formados 21 profissionais num total de 6 dias de formação. Os 8 grupos que implementaram o programa em contexto de campo de férias foram ainda objeto de 5 sessões de supervisão à distância, cada uma perfazendo um total aproximado de 40 horas adicionais de suporte técnico.
- Formação de profissionais das ARS, I.P. que se subdividiram entre formações de reciclagem e formações iniciais de formadores. Neste contexto foram formados 123 profissionais de saúde num total de 17 dias de formação.

Globalmente e durante o ano de 2014, considerando a formação de professores/aplicadores do projeto "Eu e os Outros" foi possível apurar 31 ações formativas, com um total de 425 formandos. O indicador referente ao total de horas formativas regista um total de 779,30 horas e volume formativo global de 10.703,30 horas realizadas.

A ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. desenvolveu o “Projeto integrado no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências com Substâncias Psicoativas em Contexto Escolar (PIP-CAD)”, definido em conjunto com o Departamento de saúde Pública (DSP) – Saúde Escolar e a DICAD. Foram abrangidos pelo projeto 43 técnicos das equipas de saúde escolar de 10 ACES tendo participado em duas ações de formação de 35 horas.

A ARS, I.P. do Norte desenvolveu 6 projetos: “Eu e os Outros”, “Trilhos”, “Pistas”, “Programa Flexível de Prevenção Seletiva”, “Riscos e Desafios” e “Nós em Família”. O número de formandos envolvidos foi de 3.386, o número de aplicadores externos de 163 e o número de grupos / turmas envolvidos de 178.

A ARS Centro, I.P., no âmbito do Programa “*EU e os Outros*” desenvolveu 12 ações de formação, num total de 54 horas que abrangeram 250 formandos, na sua maioria professores.

A SCML no contexto da sua política de Jogo Responsável, através do seu Departamento de Jogos, providencia formação inicial e formação regular aos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado sobre regras básicas da respetiva comercialização, que, apesar de não corresponderem diretamente a temas sobre CAD, são extremamente importantes na sua prevenção.

A formação, de cariz interno, é efetuada por formadores detentores de CAP e contempla conteúdos de sensibilização e de reforço da atuação dos Mediadores sobre os seguintes aspetos:

- A disponibilização de informação clara e detalhada sobre todos os jogos;
- A proibição de venda de jogo a menores de 18 anos;
- A não disponibilização de jogo a crédito.

No ano de 2014, as ações de formação atingiram o seguinte universo:

- Formação inicial de Mediadores (Novos Mediadores / Colaboradores de Mediadores) – 211 Mediadores;
- Formação regular de Mediadores – 4403 Mediadores (ou seja toda a Rede de Mediadores).

No âmbito do desenvolvimento de projetos de formação, o PNVIHSDA realça a realização:

- Seminário: “Saúde, Doença e Discriminação no Local de Trabalho” organizado conjuntamente pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e o Escritório da OIT para Portugal (OIT-Lisboa), dirigida a juizes(as) e magistrados(as) do Ministério Público e outros profissionais da área forense;
- Ações de formação para empresas subscritoras do Código de Conduta e para técnicos dos Centros Distritais da Segurança Social;
- Ações de formação para profissionais dos Cuidados de Saúde Primários para realização dos testes rápidos de pesquisa de anticorpos anti-VIH1 e anti-VIH2.

Por outro lado, o IPDJ, I.P. realça a realização de 11 ações de formação, que abrangeram 166 formandos.

Ainda neste âmbito, a CNPDPCJ refere que foram desenvolvidos projetos de formação dirigidos a públicos-alvo específicos entre as CPCJ, os CRI, Escolas, Centros de Saúde e Projetos existentes nas comunidades.

**Ação 97. Elaboração e disponibilização de módulos de sensibilização referentes aos CAD para os diferentes tipos de público e profissionais, tendo em conta o tipo de intervenção a desenvolver, o ciclo de vida e o contexto, designadamente: profissionais do setor de restauração e bebidas; profissionais da área do jogo; intervenientes nos contextos recreativos, laboral, escolar e universitário; forças Armadas (Dia da Defesa Nacional) e intervenientes na área do desporto (anabolizantes)**

Considerando os diferentes tipos de público e de profissionais e tendo em conta o tipo de intervenção e o contexto, foram desenvolvidas pelos diferentes parceiros várias ações de sensibilização.

O SICAD em contexto laboral, na sequência dos anos transatos continuou a desenvolver iniciativas e ações formativas que concorrem para a promoção da segurança e da saúde no trabalho, por via da prevenção e intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências. Assim, no setor público e empresarial foram realizadas 14 ações de formação que abrangeram 280 quadros e chefias.

Em articulação com o MDN e com as cinco ARS, I.P., organizou a ação de formação "Dia da Defesa Nacional", que envolveu a participação de 30 militares – oficiais, sargentos e praças do MDN -, num total de 10 horas de formação e perfazendo um volume global de 300 horas de formação<sup>27</sup>.

A ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. no âmbito do DDN, realizou 153 sessões em 4 Centros de Divulgação (Alfeite, Barreiro, Queluz e Santa Margarida), distribuídas por 53 dias e abrangendo cerca de 7.030 jovens. Estas ações contaram com o envolvimento de 31 técnicos de várias áreas funcionais da UIL do DICAD.

No conjunto desta ação, a ARS Norte, I.P, realizou 945 ações de sensibilização distribuídas da seguinte forma: 848 ações em contexto militar, 76 em contexto escolar, 6 em contexto universitário, 2 em contexto familiar, 12 em contexto comunitário e 1 ação em contexto prisional.

A ARS Centro, I.P concretizou 597 ações de sensibilização que envolveram cerca de 29.618 indivíduos.

## **98. Promoção do encaminhamento e acolhimento de Estágios**

A capacitação de estudantes universitários e de cursos de pós-graduação no domínio dos CAD constitui uma das atribuições do SICAD, enquanto Centro de Referência nesta área. Neste âmbito, tendo em conta a importância da promoção de conhecimentos e competências, a formação do SICAD acolheu todos os estágios curriculares solicitados de estudantes universitários que se enquadravam nas áreas de responsabilidade da instituição e das CDT. Esta atividade traduziu-se num volume de execução de 805 horas correspondentes a 5 estágios curriculares e 19 de observação.

<sup>27</sup> Informação mais detalhada na ação 1.

Verificou-se ainda, a continuidade de 4 estágios, iniciados em 2013, os quais totalizaram um volume formativo no ano de 2014, de 775,30 horas. Os estágios distribuíram-se pelas CDT de Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa e Porto, além dos acolhidos no SICAD.

A ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. de recebeu 125 estagiários (93% dos estágios solicitados) em diversas áreas (estágios curriculares de Enfermagem, de Psicologia, de Educação Social e Comunitária, do Internato Médico de Psiquiatria e Pedopsiquiatria e estágios curtos no âmbito do Internato Médico de Medicina Geral e Familiar).

A ARS Norte, I.P. acolheu 241 estagiários o que implicou um volume total de 30.684 horas nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Medicina Geral e Familiar, Psiquiatria e Enfermagem na área da Saúde Mental e Psiquiátrica.

A ARS Centro, I.P. acolheu 128 estágios dos quais se destacam:

- Estágios com a duração de 30 dias de 26 médicos internos de Medicina Geral e Familiar na Unidade de Alcoologia de Coimbra, na Unidade de Desabilitação de Coimbra e na Equipa de Tratamento de Coimbra. Estes estágios foram realizados no âmbito da cooperação do DICAD com a Coordenação de Estágios do Internato Médico em Medicina Geral e Familiar;
- Realizaram-se também nos referidos serviços estágios de três meses de 12 médicos do Internato de Psiquiatria;
- A Unidade de Desabilitação de Coimbra recebeu, 20 alunos de enfermagem e a Unidade de Alcoologia de Coimbra 34 alunos de enfermagem para estágios curriculares. Os alunos de enfermagem eram provenientes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.
- Na Equipa de Tratamento de Viseu estiveram 35 alunos de licenciatura em enfermagem do 3º ano da Escola Superior de Enfermagem de Viseu no âmbito do ensino clínico de saúde mental e psiquiatria

### 3. Comunicação

---

**OG5.3. CONTRIBUIR PARA A PROSECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNRCAD, ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO QUE FOMENTE A PARTILHA E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A VISIBILIDADE DOS RESULTADOS DAS AÇÕES EMPREENDIDAS, TENDO EM VISTA AS NECESSIDADES DOS DECISORES POLÍTICOS, DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA E DOS CIDADÃOS**

**OE30:** Promover em tempo útil informação harmonizada e coerente que contribua para a visibilidade dos resultados utilizando os instrumentos mais adequados, adaptada aos diferentes destinatários do ciclo de vida

**Ação 99. Dinamização e aperfeiçoamento das páginas eletrónicas institucionais na ótica do serviço ao cidadão, prosseguindo a qualidade da informação divulgada**

Em 2014 consolidou-se a página eletrónica do SICAD ([www.sicad.pt](http://www.sicad.pt)) que tem como objetivo servir diversos públicos-alvo, para tal, foram criadas três áreas distintas, área Institucional, área Cidadão e área de Intervenção, permitindo assim um acesso facilitado e diferenciado a parceiros institucionais, técnicos e cidadãos. Até à sua disponibilização *online*, durante o período de transição do site [www.idt.pt](http://www.idt.pt) para o novo site SICAD, que ocorreu a 17 de março de 2014, todas as atualizações foram realizadas em duplicado, ou seja, sempre que um conteúdo era inserido no site SICAD o mesmo era inserido no site do ex-IDT, I.P. Importa referir que a atualização de conteúdos na página eletrónica do SICAD, é feita numa base diária.

Relativamente ao Diretório do Álcool, durante o ano de 2014, foi dinamizada a área de validação de materiais, dada continuidade à atualização permanente dos conteúdos, por exemplo, considerando o atual desenho e modelo lógico da Rede de Referênciação procedeu-se à revisão da Rede de Referênciação/Articulação dos Problemas Ligados ao Álcool<sup>28</sup>, no sentido de a adaptar às respostas e às necessidades assistenciais de todos os cidadãos com problemas ligados aos CAD.

Para além do trabalho realizado nas diversas páginas eletrónicas anteriormente referidas deu-se, ainda, continuidade a uma estreita articulação com o Portal de Saúde, nomeadamente no que diz respeito à divulgação de informação pertinente sobre CAD.

Em 2014 foi desenvolvido e lançado pela ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P., um novo Portal que se insere numa lógica de crescente transparência, envolvimento e aproximação entre a entidade e os cidadãos. Implicou o esforço de vários serviços da administração regional incluindo a DICAD, e assenta numa estratégia de utilização das tecnologias de informação e comunicação com vista a reforçar o acesso interno e externo à informação. Em 2014 foi ainda lançada a página do *facebook* da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P., que é uma iniciativa inserida nas atividades de comunicação da instituição para garantir o atingimento de novos públicos, aproximando-os da missão, visão e valores da ARS, I.P.

---

<sup>28</sup> Mais informação sobre a Rede de Referênciação/Articulação no âmbito dos CAD na Ação 15.

No âmbito da dinamização da Newsletter Institucional da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P., a DICAD incluiu duas notícias relativas à sua atividade.

Ainda no âmbito da dinamização e aperfeiçoamento das páginas eletrónicas institucionais de referir ainda que a ANSR inseriu diversos conteúdos na sua página da internet, nomeadamente: divulgação de campanhas (2) e notícias sobre as alterações ao Código da Estrada (2), sendo que, em 2014, foram, ainda, divulgadas 3 notícias de iniciativas realizadas:

- Distinção pelas Autoridades espanholas do projeto português – Campanha “Condutor Designado 100% Cool”: no dia 25 de março, em Madrid, realizou-se um evento que teve como principal objetivo promover ao mais alto nível institucional o debate sobre o consumo de álcool e a prevenção e segurança rodoviária e, bem assim, o reconhecimento pelas autoridades espanholas da parceria institucional entre as autoridades portuguesas (Ministério da Administração Interna, ANSR, GNR e a PSP) e a ANEBE, em matéria de segurança rodoviária.
- Brochura da Direção-Geral do Consumidor, com menção a não consumir bebidas alcoólicas se for conduzir na época do natal.
- Ação de fiscalização direcionada à condução sob o efeito do álcool, inserida no âmbito da campanha “100% Cool”, promovida pela ANEBE e que contou com a presença da ANSR e da Unidade Nacional de Trânsito da GNR.

O Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P. (INFARMED, I.P.) inseriu e atualizou 20 conteúdos no seu site<sup>29</sup> e em fevereiro de 2014 publicou um Estudo sobre “o Consumo de Psicofármacos em Portugal Continental no período de 2000-2012”<sup>30</sup>.

No que respeita à comunicação e informação, de referir a existência e atualização permanente, por parte do PNVIH/SIDA do Microsite com informação relativa a: Estrutura, Programa VIH/SIDA 2012-2016, Programas de Financiamento de Projetos, Estudos e Relatórios, Informação técnica e científica, Fórum Nacional da Sociedade Civil para a Infeção VIH/SIDA, Plataforma Laboral contra a SIDA, Sistema de Informação SI.VIDA e Programa Troca de Seringas, assim como a página do Facebook – Campanha “VIH/SIDA em Portugal – 30 anos: refletir e agir”, com enfoque nas mensagens: Mais prevenção, zero discriminação, diagnóstico mais precoce.

Por seu lado, a CNPDPCJ procedeu, no seu site, à divulgação de sites das entidades responsáveis que divulgam informação referente aos CAD e das entidades que desenvolvem e que promovem ações de formação, ações de prevenção e outras afins.

### **Ação 100. Desenvolvimento de outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico para divulgação da informação sobre CAD**

No âmbito desta ação, o SICAD deu continuidade à gestão da Intranet SICAD com a premente atualização de conteúdos, criação de novas páginas e reestruturação de áreas. Esta plataforma permite a todos os profissionais acederem, diretamente do seu posto de trabalho, a um variado leque de informação e funcionalidades, tais como: procedimentos internos (normativos, modelos de documentos técnicos, entre outros) acontecimentos e/ou eventos do SICAD, repositório de informação técnica, contactos (SICAD e CDT), recursos, (documentos técnicos com informação pertinente na área dos CAD, legislação), gestão da assiduidade

<sup>29</sup> [www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LICENCIAMENTO\\_DE\\_ENTIDADES/SUBSTANCIAS\\_CONTROLADAS](http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/LICENCIAMENTO_DE_ENTIDADES/SUBSTANCIAS_CONTROLADAS)

<sup>30</sup> [www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/MONITORIZACAO\\_DO\\_MERCADO/OBSERVATORIO/ESTUDOS\\_REALIZADOS](http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/MONITORIZACAO_DO_MERCADO/OBSERVATORIO/ESTUDOS_REALIZADOS)

(acesso direto à plataforma do relógio de ponto), informação sobre Protocolos de colaboração e parceria com outras entidades, informação sobre projetos e reuniões internacionais onde o SICAD está envolvido e por último um espaço de utilidades onde está disponível o portefólio da imagem institucional. Em 2014, deu-se continuidade à gestão desta plataforma com a premente atualização de conteúdos, criação de novas páginas e reestruturação de áreas (design e programação).

A ANSR desenvolveu uma Brochura digital sobre o Código da Estrada atualizado.

A SCML desenvolveu um Slide Show permanente sobre Jogo Responsável (em rotação com outros temas) existente no visor dos novos terminais de jogo dos Mediadores dos Jogos Santa Casa direcionado para os apostadores.

Esta informação está disponibilizada em toda a Rede de Mediadores dos Jogos Santa Casa, que conta com 4.403 estabelecimentos distribuídos em território nacional.

### **Ação 101. Realização de eventos técnico científicos relativos aos CAD**

Neste âmbito foram organizados pelo SICAD vários eventos, para o efeito, destacam-se:

- Management Group Meeting, Steering Group Management e Kick Off Meeting no âmbito da ação comum RARHA;
- Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- Apresentação pública do estudo Consumos em Meio Laboral, Resultados do III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral;
- Conferência ERANID - Lisbon Invitational International Consultation;
- Reunião de Responsáveis Nacionais em matéria de luta contra a droga e o álcool dos Países de Língua Portuguesa;
- Encontro Técnico-Científico "Consumos Aditivos em Meio Laboral, na sequência do protocolo existente entre o ex-IDT, I.P e a Autoridade para as Condições de Trabalho (posteriormente renovado SICAD/ACT) e do trabalho desenvolvido com os parceiros do Grupo Restrito de Intervenção em Meio Laboral.

Ainda neste âmbito, foram organizados na ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P., em Lisboa, o XXVII Encontro das Taipas centrado no tema "Envelhecimento e Dependências" e, na ARS Norte, I.P., os seguintes eventos:

- II Encontro CRI Porto Central – 25 anos ET de Cedofeita - "Percurso de Inovação, Criatividade e Conhecimento" que contou com 214 participantes.
- II Encontro CRI Porto Oriental – "Evocar o passado, preparando o futuro: 25 anos a cuidar". Assistiram ao evento cerca de 300 pessoas.
- Participou ainda, na organização do Encontro Luso-Galaico (a realizar em 2015) – "As adições no século XXI".

Não obstante a dificuldade de quantificar o n.º de eventos realizados, importa ainda referir, no âmbito da CNPDPCJ, a realização em articulação entre as entidades e as CPCJ locais de eventos técnicos científicos relativos aos CAD.



### **Ação 102. Campanhas de comunicação e ações de sensibilização sobre CAD**

Em 2014, o SICAD deu continuidade à elaboração de comunicados de imprensa relativos aos eventos organizados, onde se procurou sensibilizar os jornalistas para a importância dos mesmos, nomeadamente através de referências a aspetos considerados fulcrais não só para a sua realização, como para o atingir dos seus objetivos, além do favorecimento da compreensão dos seus contextos.

A ANSR acompanhou os projetos subordinados ao álcool no âmbito do Concurso de atribuição de apoio financeiro destinado a promover a realização de ações ou iniciativas de sensibilização destinadas à prevenção do consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens entre 18-30 anos. Foram selecionadas duas entidades beneficiárias que, durante o corrente ano, estão a desenvolver dois projetos. O SICAD é o parceiro na avaliação dos conteúdos. Assim, são dois projetos:

- Projecto CARRO – nas mãos de quem não bebe (ARCS de Silveirinhos);
- “Condutor Designado 100% Cool – Ativação Tática Digital” (ANEBE).<sup>31</sup>

A ANSR realizou ainda duas campanhas de segurança rodoviária, nas quais o consumo de álcool é um dos temas abordados. Continuou também a proceder ao acompanhamento e monitorização de projetos que receberam verbas do Fundo de Garantia Automóvel no âmbito do Concurso de Prevenção e Segurança Automóvel 2010. Como exemplo de projeto menciona-se o Alcokart da entidade GARE, de Évora dirigido a jovens do ensino secundário.

De sublinhar também a realização, no Dia Internacional do Preservativo, de um debate sobre a sensibilização à prevenção e diagnóstico do VIH/SIDA e a importância do uso do preservativo; distribuição de preservativos e folhetos informativos – FNAC do centro comercial Alegro em Alfragide, aberto aos clientes.

No âmbito da Campanha “VIH/SIDA em Portugal – 30 anos: refletir e agir”, o PNVIH/SIDA associou-se à 24.ª Meia Maratona de Lisboa EDP, com distribuição de preservativos e folhetos informativos, após a meta, junto ao Mosteiro dos Jerónimos.

Assim como a disponibilização de materiais preventivos e informativos para distribuição em festivais e Feiras temáticas, através de um protocolo com o IPDJ, I.P e em articulação com associações e organizações não-governamentais.

No âmbito desta ação, em 2014, a ARS Norte, I.P. realizou 3 campanhas de intervenção em contextos festivos: a Queima das Fitas do Porto; a *Beach Party* e a comemoração dos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde com um evento relacionado com a Prevenção dos Comportamentos Aditivos – Droga e Álcool. Quanto a ações de sensibilização foram efetuadas 945.

Na prossecução dos objetivos do Programa “Escola Segura”, consagrados no Despacho nº 25650 / 2006, de 19 de dezembro, a PSP promoveu de forma individual ou concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre diferentes temáticas junto da comunidade educativa, numa ótica clara de prevenção. Assim, os temas promovidos e apresentados pela PSP foram de índole diversificada, sendo a sua distribuição por ano letivo a seguinte: 2013/2014, foram efetuadas 7.882 ações de sensibilização, das quais 785

<sup>31</sup> Mais informações na Ação 29.

relativas à temática álcool e drogas, e no ano letivo de 2014-2015, apesar de esta análise não estar concluída à data de elaboração do presente relatório, foram contabilizadas 6.832 ações de sensibilização, das quais 441 relativas à temática álcool e drogas.

O Programa Escolhas ([www.programaescolhas.pt](http://www.programaescolhas.pt)) é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado funcionalmente no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). A missão do programa é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. A 5ª Geração do Programa Escolhas (Resolução do Conselho de Ministros nº 68 7 2012) que decorrerá até 31 de dezembro de 2015 aprovou a operacionalização de 110 projetos locais de inclusão social em comunidades vulneráveis. A criação de oportunidades de capacitação para estes jovens é fundamental num percurso que se pretende de sucesso, sendo a abordagem de diversos temas atuais, lançada em formato de desafio, uma das estratégias fundamentais nesta capacitação. Neste sentido, e porque o consumo de álcool é um tema atual preocupante, o Programa Escolhas aliou-se ao Conselho Nacional de Juventude, na divulgação da Campanha 100% Zero, cujos destinatários são os jovens, preferencialmente com menos de 18 anos. Esta Campanha tem como objetivo alertar para o consumo nocivo de álcool e consiste nos jovens encontrarem outros jovens que sejam 100% Zero e atribuí-lhes um certificado que ateste o facto de não consumirem álcool. Numa lógica de parceria a PSP no mês de julho colaborou com o programa tornando possível o acesso a testes de alcoolémia realizados nas esquadras policiais.

Tendo por base a prevenção, a promoção de uma cultura de segurança rodoviária e a dissuasão de comportamentos de risco, associados à condução sob o efeito do álcool, foi assinado a 19 de abril de 2011, um protocolo entre a PSP e a ANEBE. O compromisso compreende ações de informação e de fiscalização rodoviária direcionada para o consumo de álcool, sendo o grupo alvo os jovens entre os 18 e os 30 anos de idade.

No momento da fiscalização (mais frequente em épocas do ano mais sensíveis, designadamente festas académicas, festivais de Verão, Carnaval ou Natal) os condutores que transportem pelo menos duas pessoas, são submetidos ao teste de alcoolémia e se apresentarem uma TAS de 0,00 g/l são premiados. Assim é entregue ao condutor um folheto, que tem aposto um código alfanumérico, que após registo no site [www.100percentocool.pt](http://www.100percentocool.pt) confere ao portador o direito a receber um Prémio.

Os dados obtidos referentes ao ano corrente no âmbito do programa são os seguintes: 64 operações de fiscalização rodoviária; 2.915 viaturas fiscalizadas; 507 elementos policiais envolvidos; 966 condutores testados; 51 detenções (39 das quais por condução sob o efeito do álcool) e 370 condutores premiados.

### **Ação 103. Criar e divulgar materiais em CAD que sustentem a qualidade da intervenção**

No âmbito desta ação o SICAD, para além da elaboração de normas e linhas orientadoras no âmbito da intervenção em CAD, detalhadamente descritas na (Ação 125.), ressalva-se a publicação do documento **Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: "Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral (SICAD/ACT)**, assim como a publicação do documento **Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD/ARS,I.P./ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da**

**Universidade de Coimbra**). Deu-se continuidade ao serviço de divulgação de informação (notícias de imprensa, documentos da área), com caráter regular, através do correio eletrónico do Centro de Documentação, através das 4 listas de distribuição/divulgação. Através do Centro de Documentação foi ainda dada continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da consulta presencial e à distância, sempre que estes foram solicitados. Importa ainda referir que as Bases de dados que comportam toda a informação bibliográfica/videográfica na área dos CAD (DocBase e a DocWeb) foram alvo de uma atualização de *software*.

No que se refere às ARS, I.P., a ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P., elaborou o documento de utilização interna no âmbito das equipas da DICAD e das Unidades de Saúde dos ACES “*Procedimentos para a Administração de Metadona: Articulação/Colaboração entre as Equipas de tratamento da DICAD e Unidades de Saúde dos Agrupamentos de Centros de Saúde*”. O objetivo foi criar um instrumento de índole muito prática que possa contribuir para facilitar a articulação entre as diferentes equipas de saúde na administração de metadona. A ARS Norte, I.P. produziu o documento: “*Linhas Orientadoras - Intervenção em Prevenção Indicada com Crianças e Jovens em Risco*”. Elaborou também cinco folhetos informativos dirigidos a jovens sobre os temas Estilos de Vida Saudáveis, Álcool, Canábis, Novas Substâncias Psicoativas e Contextos Recreativos. Procedeu também à reformulação do Programa “*Pistas*”- Desenvolvimento de competências pessoais e sociais dirigido a alunos do 2º ciclo de ensino básico. A nível de grupo de trabalho de âmbito nacional colaborou com o SICAD na elaboração das Linhas Orientadoras para a implementação do Programa “*Eu e os Outros*”, e com o SICAD e as restantes ARS,IP na elaboração de proposta relativa à estruturação de uma plataforma eletrónica de suporte na adoção de estratégias para a prevenção, e na construção do Jogo utilizado na dinamização de atividades no Dia da Defesa Nacional.

#### **Ação 104. Divulgação da investigação e outros conhecimentos técnico-científicos produzidos na área dos CAD**

No âmbito do projeto **Kosmicare** - serviço de intervenção na crise resultante do consumo de substâncias psicoativas em ambientes recreativos, e na sequência do projeto de investigação em curso, durante o ano de 2014 foi elaborado um artigo científico com o título “*Intervention Related to the Use of Psychoactive Substances in Recreational Settings - Evaluating the Kosmicare Project at Boom Festival*”, em resposta a um convite endereçado pela *Current Drug Abuse Reviews*, que se prevê venha a ser publicado no início de 2015. O Kosmicare foi ainda apresentado numa sessão que decorreu no *Liminal Village* (espaço de conferências e outros eventos do festival), denominada *Prevention and Management of Psychedelic Emergencies at BOOM: Kosmicare and Check-In*, no dia 4 de Agosto, dia de abertura do Festival, a qual contou com a participação do Diretor-Geral do SICAD.<sup>32</sup>

No que concerne à divulgação de conhecimentos técnico-científicos, de referir ainda que, no âmbito das intervenções e estudos desenvolvidos pelo SICAD, foram apresentadas as seguintes comunicações:

- “Interventions for addictive behaviours and dependencies: SICAD” na HCV 2020 Conference, em Oxford, Inglaterra;
- “Alcoolismo na adolescência: a visão do SICAD” no 15º Congresso Nacional de Pediatria, em Albufeira;
- “Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências: O Papel da Família” no XXIV Workshop sobre Políticas para a Família, em Lisboa;

<sup>32</sup> Mais informação sobre o projeto na Ação 13.

- "Família, comportamentos aditivos, dependências e envelhecimento", no X Encontro da FPAT, na Fundação Luso-Americana, em Lisboa;
- Diversas comunicações no âmbito da intervenção em CAD, em contexto laboral, na 4ª edição do Congresso "Vertentes e Desafios da Segurança" (VDS2014) ISLA Leiria; no "FORUM RICOT - Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho" do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Congresso Internacional "La Salud Mental un Problema de Todos", na Cidade do México, e na Conference Safety and Health at work Psychoactive Substances Use Prevention, Prevention of the use of Alcohol And Drug in the Workplace, em Estrasburgo;
- Apresentação do estudo "Consumos em Meio Laboral" que permitiu conhecer, pela primeira vez, a realidade dos consumos em meio laboral permitindo, assim, uma melhor adequação das políticas de prevenção e intervenção no local de trabalho, bem como, a adequação das ações à especificidade deste contexto;
- Apresentação do Modelo Português no I Seminário Internacional da SEPREDEQ – "Políticas Públicas sobre Drogas: um trabalho em Rede"- Rio de Janeiro, Brasil.

No que que refere à intervenção em meio laboral foram publicados os seguintes artigos científicos: Cleto, C.R.; Castro M. (2014) Prevenção e Intervenção no Consumo de Substâncias Psicoativas em Meio Laboral. Porto. Edições Civeri e Cleto, C.R.; Castro, M. (2014) Segurança e saúde do Trabalho e a prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas. Intervenção em Meio Laboral. Leiria. Edições ISLA de Leiria.

A ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. realizou 36 comunicações sob a forma de poster / artigos publicados. A ARS Norte, I.P editou e divulgou os seguintes artigos científicos:

- Crianças e Jovens em Acompanhamento no Projeto Integrado de Atendimento Materno (P.I.A.M): Caracterização de uma amostra de crianças e adolescentes acompanhadas na consulta de Pedopsiquiatria;
- Avaliação do Impacto do PSOBLE nos utentes Integrados nas Equipas de rua adstritas ao CRI do Porto Central;
- Caracterização Sociodemográfica e Clínica da População que realizou a Primeira Consulta na ET da Cedofeita durante o 25º ano de funcionamento (estudo comparativo). (Porto, Encontro dos 25 anos da ET de Cedofeita, outubro de 2014);
- Guimarães, R., Fleming, M, et al (2014) "Validation of the Orbach & Mikulincer Mental, Pain Scale (OMMP) on a Drug Addicted Population". Soc. Psychiatry Epidemiol. Livro de Atas no prelo.

Ainda no âmbito desta ação, a ARS Norte, I.P. apresentou 4 comunicações e posters em congressos científicos, nacionais e internacionais:

- Abordagem do Doente DUAL com Perturbações da Personalidade em Comunidade Terapêutica (Coimbra, março de 2014);
- Análisis Crítico de los Modelos Existentes para Tratamientos Semirresidenciales en Unidades de Dia (Valência junho de 2014);
- Dependências: Prevenir, Cuidar e Incluir. Apresentado no "IIIº Seminário Intervir para Prevenir". Penafiel;
- Tavares, A., Negreiros, J. (2014) "Estudo das Qualidades Psicométricas em Escalas de Expetativas em relação ao Tabaco, Álcool e Haxixe" IX Encontro Ibero-Americano de Psicologia em conjunto com o 2º Congresso Nacional da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

## 4. Relações Internacionais e Cooperação

---

**OG5.4. ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS E A REPRESENTAÇÃO NACIONAL NAS INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS QUE ABORDAM O FENÓMENO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS, DESENVOLVENDO RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO, NO ÂMBITO DOS MECANISMOS BILATERAIS E MULTILATERAIS EXISTENTES.**

**OE31. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais no domínio dos CAD e a aumentar a capacidade nacional de influenciar as decisões tomadas nas instâncias europeias, internacionais e regionais de cooperação**

**Ação 105. Promoção da convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades em matéria de CAD**

O Diretor-geral do SICAD é, por inerência de funções, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e nesta qualidade, procura potenciar a intervenção nacional nos diversos fora internacionais que abordam a temática dos comportamentos aditivos e das dependências. Para tal o SICAD tem assegurado a coordenação com os vários Ministérios/Serviços envolvidos na matéria, visando garantir uma eficaz coordenação e articulação entre todos os departamentos governamentais envolvidos nesta problemática. Foram ainda estabelecidos contatos regulares com a Comissão Europeia, a Representação de Portugal junto da UE (REPER), bem como com a Missão de Portugal junto das Organizações Internacionais em Viena, Áustria, contribuindo desta forma para a articulação e coerência na tomada de posições nacionais.

**Ação 106. Resposta às solicitações dos diversos organismos internacionais**

O SICAD desenvolve diversas atividades que incluem a recolha, análise e disseminação da informação, a elaboração de vários relatórios de implementação e a participação nas reuniões regulares e grupos de trabalho sobre temas específicos, respondendo, desta forma às solicitações dos diversos organismos internacionais.

**Ação 107. Centralização e divulgação de informação sobre os projetos internacionais em matéria de CAD**

O SICAD promove a divulgação aos parceiros nacionais dos projetos internacionais em matéria de CAD nos quais participa, bem como as propostas à apresentação de candidaturas para projetos com financiamento comunitário.

**OE32. Assegurar a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional**

**Ação 108. Representação nacional nos grupos de trabalho/reuniões/Conferências, no âmbito da UE**

A representação nacional nos diversos grupos de trabalho do Conselho é assegurada pelos Ministérios/Serviços competentes. O SICAD, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), continuou a assegurar a representação nacional, nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas (GHD) – grupo transpilar do Conselho da União Europeia (UE) responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas. A sua área de competência abrange todos os domínios relevantes que envolvem o tema drogas, cabendo aos demais grupos de trabalho do Conselho informar o GHD dos desenvolvimentos ocorridos em cada um deles, nesta matéria.

Em 2014 teve continuidade o debate sobre a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às novas substâncias psicoativas, visando reforçar a capacidade da UE para responder ao problema dessas substâncias utilizadas como alternativa às drogas ilícitas. No entanto, não foi possível chegar a acordo sobre a escolha da base jurídica do futuro instrumento, pelo que as negociações continuam no âmbito das futuras Presidências.

No plano normativo é de mencionar a publicação no Jornal Oficial da UE de um conjunto de Decisões do Conselho sobre a aplicação de medidas de controlo a novas substâncias psicoativas, que se traduzirá na sua inclusão nas tabelas anexas ao Decreto-Lei 15/93 de 22 de janeiro

O Diretor-geral do SICAD, na sua qualidade de Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, assegurou a representação nacional nas Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da UE. Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional e a análise das possibilidades de reforço da cooperação.

A PJ/UNCTE e a AT participaram em diversas reuniões, conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho e projetos.

108

Em matéria de política de álcool, o SICAD acompanhou os trabalhos desenvolvidos no quadro da União Europeia, designadamente, nas diversas reuniões do Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA) e nas reuniões do Fórum Europeu Álcool e Saúde, as duas estruturas criadas para promover o intercâmbio de boas práticas e para acompanhar a implementação da Estratégia da UE para apoiar os Estados Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool.

Em 2014, o trabalho deste Comité assumiu particular relevância na medida em que a grande maioria dos Estados Membros tem vindo a apoiar fortemente elaboração de uma nova estratégia europeia sobre o álcool. Assim, foi criado um grupo de redação restrito, no qual Portugal participou através do SICAD, com a finalidade de elaborar um *scoping paper*, com as linhas orientadoras para elaboração da nova estratégia.

**Ação 109. Promoção da participação nacional em iniciativas dos órgãos e agências especializadas das Nações Unidas, nomeadamente UNODC e OMS**

No contexto da Nações Unidas, o SICAD, o MNE e o INFARMED, l. P. participaram na sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas, *Commission on Narcotics Drugs* (CND), estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicodependência. Os trabalhos desta 57ª sessão da CND revestiram-se de particular importância na medida em que se iniciou a preparação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (United Nations General Assembly on the World Drug Problem - UNGASS) sobre drogas que se realizará em 2016. Esta sessão especial será um marco importante na avaliação da implementação da Declaração Política e do Plano de Ação sobre cooperação internacional com vista a uma estratégia integrada e equilibrada para enfrentar o problema mundial da droga, adotados em 2009.

No que se refere à política do álcool, durante o ano de 2014, importa mencionar a realização do Conselho Executivo e da Assembleia Mundial de Saúde, em que o tema álcool foi abordado no âmbito de um *progress report* e no contexto das Doenças Não Transmissíveis. A DGS fez-se representar nestas duas sessões da Assembleia Mundial, tendo o SICAD acompanhado os trabalhos desenvolvidos.

**Ação 110. Promoção da participação nacional no Grupo Pompidou do Conselho da Europa**

No âmbito das atividades do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, para além do acompanhamento regular da implementação do Programa de Trabalho 2015 -2018, é de assinalar o reforço da participação nacional em diversos grupos de trabalho sobre temáticas específicas, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido a nível nacional em várias vertentes.

Em 2014, no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Intervenção em Meio Laboral, importa destacar a "*2nd International Conference on Prevention in the workplace of the use of alcohol and drugs*", organizada com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, e que contou com a participação, para além de representantes da administração pública, dos parceiros sociais e de entidades privadas e investigadores. Na sequência do Quadro de Referência relativo à Prevenção do Consumo de Álcool e Drogas em Meio Laboral, aprovado em 2013, o objetivo da Conferência consistiu na partilha de conceitos e instrumentos, que permitam às empresas e *stakeholders* desenvolver uma política concertada de prevenção do consumo de álcool e drogas em meio laboral, operacionalizando os princípios do Quadro de Referência.

De referir também, ainda no contexto do Grupo Pompidou, que o SICAD reforçou a sua participação nas atividades da rede Med-NET (*Mediterranean network for co-operation on drugs and addictions*), que visa promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e a transferência de conhecimento entre os países participantes (Argélia, Chipre, França Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Portugal e Tunísia). Portugal organizou por intermédio da IREFREA Portugal e em conjunto com uma Organização Não Governamental (ONG) libanesa, uma formação de pessoal de espaços de diversão noturna em Beirute, com o objetivo de capacitar o pessoal com as competências necessárias para tomar melhores decisões e ajudar a prevenir ou reduzir a frequência de situações problemáticas em contextos recreativos. Na formação de formadores participaram 26 formandos, recrutados de entre diversas entidades e órgãos parceiros.

Ainda no âmbito do Med-NET, em 2014, o SICAD participou no Comité do *Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs in Schools (MedSPAD)*, que tem vindo a trabalhar a adaptação e aplicação nos países do Mediterrâneo do ESPAD realizado na Europa.

Importa ainda mencionar, a continuidade da participação nos trabalhos desenvolvidos pelo *Coherent Policy Expert Group*, criado para desenvolver um programa de reflexão/investigação sobre a identificação da coerência de políticas públicas na área das substâncias psicoativas ilícitas e ilícitas (droga, álcool e tabaco), com base no princípio de que o propósito do desenvolvimento dessas políticas é o de contribuírem para a obtenção de saúde (*well being/bem estar*) não alicerçadas no prosseguimento de políticas repressivas para os consumidores, na área das substâncias psicoativas ilícitas. O SICAD participou na última reunião do grupo *Coherent Policy Expert Group* e apresentou um relatório nacional, elaborado dentro dos padrões previamente acordados, cujos marcadores constituem um instrumento dual, permitindo simultaneamente aferir o estado de coerência das políticas ou serem usados para introduzir políticas mais coerentes, sempre de acordo com a definição de saúde constante do preâmbulo da constituição da Organização Mundial de Saúde. Este relatório, juntamente com os demais, consta da publicação "Coherence Policy Markers for Psychoactive Substances" editada pelo Conselho da Europa.

Importa ainda mencionar a participação de representantes da AT e da PJ/UNCTE na reunião anual do Grupo de Cooperação dos Serviços de Combate ao Tráfico de Estupefacientes nos Aeroportos Europeus e na Aviação Civil, importante fórum de intercâmbio de informação operacional, tendo em vista o desenvolvimento e a harmonização de instrumentos para melhorar a deteção de droga nos aeroportos.

A AT tem ainda assegurado a participação nacional na reunião da "Precursors Network", que reúne representantes de todos os serviços envolvidos na prevenção do desvio de precursores para fins ilícitos.

#### **Ação 111. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da rede REITOX do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, mediante a implementação do Acordo Anual de "Subvenção Reitox"**

O SICAD enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX), elabora anualmente o Relatório "*Portugal New developments and trends*", que contém informação atualizada sobre a situação nacional em matéria de drogas nas suas diferentes dimensões. A sua elaboração resulta de uma estreita colaboração com todos os parceiros relevantes que recolhem, produzem ou analisam dados na área da droga. Importa ainda referir que fruto desta colaboração, em 2014 foram preenchidas e submetidas todas as tabelas estandardizadas e questionários estruturados na aplicação FONTE do OEDT.

Ainda no âmbito das atividades da REITOX, importa referir a participação do Ponto Focal nos projetos: *Harmonization of national databases* e *HIV Risk assessment report*.

Os peritos nacionais (SICAD, INMLCF, I.P., INE e FCSH/UNL) para os Indicadores-Chave do OEDT participaram nas reuniões anuais dos respetivos indicadores.

Na área da redução da oferta, o OEDT tem vindo a desenvolver diversas atividades, nas quais o SICAD tem participado em colaboração com a PJ/UNCTE, designadamente no grupo



de referência para os assuntos relacionados com a redução da oferta e no projeto de revisão dos instrumentos de recolha de dados relacionado com o preço das drogas na Europa.

Importa ainda referir que o SICAD assegura a atualização da base de dados EDDRA - *Exchange on Drug Demand Reduction Action*, que consiste num sistema de informação e numa ferramenta de recolha de dados, sobre projetos considerados como “boas práticas” na área da redução da procura, desenvolvidos na União Europeia e na Noruega. No decorrer do ano de 2014, foram inseridos 3 projetos novos, 2 pertencentes à região norte e um de Lisboa.

#### **Ação 112. Colaboração com organismos comunitários e internacionais, designadamente Europol, INTERPOL, OMA, World Lottery Association, European Lotteries e Corporation Ibero Americana de Lotarias do Estado**

A PJ/UNCTE e a AT, no âmbito das respetivas competências, participaram em diversas reuniões, conferências e projetos, promovendo a colaboração com os organismos comunitários e internacionais, designadamente Europol, *International Criminal Police Organization* (INTERPOL) e Organização Mundial das Alfândegas (OMA).

#### **OE33. Desenvolver e consolidar relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral, em matéria de CAD**

#### **Ação 113. Realização de ações de cooperação/intercâmbio com entidades congéneres**

Atendendo à importância que assume a cooperação internacional no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas com vista ao intercâmbio de experiências.

Importa salientar a organização da reunião de responsáveis nacionais em matéria de luta contra a droga e o uso nocivo do álcool dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que teve lugar em Lisboa. Tratou-se de uma reunião de trabalho inter pares, que permitiu o intercâmbio de experiências e boas práticas, bem como o conhecimento das realidades nacionais de cada um dos países presentes, e que serviu para o estreitamento das relações de cooperação já existentes entre estes Países de Língua Portuguesa. No decorrer da reunião foi discutida uma proposta de Memorando de Entendimento, que mereceu a concordância de todos os presentes, e que será oportunamente assinada pelos responsáveis nacionais.

Por outro lado, o ano de 2014 foi fortemente marcado pelas solicitações externas que o Diretor-Geral do SICAD e Coordenador Nacional recebeu para se deslocar a vários países, com vista à sua participação em eventos para dar a conhecer os resultados da política portuguesa em matéria de comportamentos aditivos e dependências.

**Ação 114. Reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas: coordenação da participação nacional no Programa COPOLAD (Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de droga); representação nacional no Mecanismo de Coordenação e cooperação sobre Drogas entre os países da UE e da América Latina e Caraíbas**

O reforço as relações com a América Latina, efetivou-se através da participação nacional no Programa COPOLAD -, que tem como objetivo estabelecer uma parceria entre os dois continentes em matéria de luta contra as drogas ilícitas, visando o reforço da troca de informação e coordenação e cooperação, entre as autoridades nacionais competentes responsáveis pelas políticas de droga nas duas regiões.

Este Programa é liderado pela Espanha e conta ainda com a participação da França, Alemanha, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

A coordenação nacional no Programa é assegurada pelo SICAD, que assegura a participação em três dos quatro componentes do Programa<sup>33</sup> e a PJ/UNCTE participa nas atividades da componente 4.

No âmbito da **componente 1** "Consolidação do Mecanismo de Alto Nível de Coordenação e Cooperação sobre Drogas entre a União Europeia e a América Latina e as Caraíbas para reforçar o diálogo biregional", importa mencionar a participação do SICAD no segundo *workshop* de Responsáveis de Centros de Documentação: acompanhamento para a implementação da Biblioteca Ibero-Americana sobre Drogas e Dependências (BIDA) e ainda a realização do III *workshop*, organizado conjuntamente com o SICAD e que decorreu em Lisboa. O evento contou com a participação de todos os países Ibero-Americanos que integram a BIDA: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Peru, Portugal e Uruguai. Acordou-se a criação de um Comité de Seguimento (no qual o SICAD participa) que garante a continuidade da biblioteca, bem como a constituição de grupos de apoio técnico aos centros de documentação, um deles liderado pelo SICAD.

No contexto da **componente 2** "Consolidação dos Observatórios Nacionais", é de referir a participação do SICAD no "Encontro de redes de investigação: políticas públicas baseadas na evidência, avanços e desafios", com o objetivo de promover a cooperação entre os investigadores que trabalham no campo da redução da procura, bem como realizar uma análise crítica do processo de transferência da evidência científica para as políticas públicas.

No âmbito da **componente 3** "Reforço das Capacidades no domínio da Redução da Procura" o trabalho desenvolvido desde 2011 para a definição de critérios para a acreditação dos programas, e que implicou um forte investimento do SICAD, culminou com o lançamento da publicação "*Calidad y Evidencia en la Reducción de la Demanda de Drogas*", que visa facilitar a utilização dos critérios acordados pelos países interessados em avançar na otimização dos programas de redução da procura implementados, de modo a que estes tenham resultados positivos.

A publicação "*Calidad y Evidencia en la Reducción de la Demanda de Drogas*" foi traduzida para português em 2015.

<sup>33</sup> O Programa estrutura-se em 4 componentes: Componente 1 – Consolidação do Mecanismo de Coordenação e de Cooperação UE-ALC através de apoio às políticas e de diálogo; Componente 2 – Consolidação dos Observatórios Nacionais; Componente 3 – Reforço das capacidades em matéria de redução da procura; Componente 4 – Reforço das capacidades em matéria de redução da oferta.

No âmbito da **componente 4** "Reforço das capacidades em matéria de redução da oferta", a PJ/UNCTE participou na Conferência de Investigação Criminal sobre tráfico de droga por via aérea.

Ainda no âmbito do reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, a PJ/UNCTE, participou em duas atividades da AMERIPOL (Comunidade de Polícias de América (AMERIPOL)).

#### **Ação 115. Coordenação da Joint Action to support Member States in taking forward work on common principles in line with the EU Alcohol Strategy**

A Ação Conjunta RARHA surge da necessidade de apoiar os Estados Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool no âmbito do Segundo Programa Plurianual de Ação da União Europeia (2008-2015) referente ao domínio da Saúde. A RARHA foi aprovada pela Comissão Europeia e teve início em Janeiro 2014 e irá durar até 31 de Dezembro de 2016. A Ação Comum envolve e mobiliza 32 entidades da UE, que participarão como parceiros associados e 29 outros parceiros com o estatuto de colaboradores, representando 27 Estados Membros, a que se juntaram a Islândia, a Noruega e a Suíça. São parceiros, associados ou colaboradores, entidades públicas, ONG de vários setores e universidades, assim como organizações internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e o desenvolvimento Económico (OCDE), a OMS, o Grupo Pompidou do Conselho da Europa, assim como o OEDT, uma das agências descentralizadas da UE, entre outros.

O SICAD é responsável pela coordenação da RARHA (*Workpackage 1*) e assegura também, conjuntamente com outros parceiros, a coordenação da Disseminação (*WP2*) e é Parceiro Associado em dois *Workpackages* (*WP5* e *WP6*) referentes à harmonização de conceitos e a linhas de orientação para a redução dos riscos e minimização dos danos associados ao uso nocivo de álcool, que se constituem como instrumentos fundamentais nesta área.

Em janeiro de 2014 realizou-se o *Kick-Off* da *Joint Action*, na qual se apresentou o projeto e se formalizaram os objetivos comuns, que unem os 32 parceiros europeus constituintes deste projeto. Após este ponto de partida, executaram-se várias tarefas no sentido de assegurar a correta disseminação da RARHA junto de targets externos e internos, sobretudo junto dos diversos parceiros da *Joint Action*. Assim, desenvolveram-se e foram implementadas diferentes ferramentas de Disseminação, o site e a newsletter RARHA.

#### **OE34. Promover a divulgação de projetos e de boas práticas em matéria de CAD nacionais junto de outros países e organizações internacionais**

#### **Ação 116. Organização, acompanhamento e apoio às visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal**

Em 2014, fruto da visibilidade internacional que a política portuguesa em matéria de CAD suscitou nos últimos anos, o SICAD, em colaboração com outras entidades (PJ/UNCTE, CDT de Lisboa e DICAD da ARS, I.P. de Lisboa e Vale do Tejo) preparou e acompanhou a receção de delegações estrangeiras que visitaram Portugal para conhecer *in-loco* os resultados da política nacional e a implementação da Lei da Descriminalização.

Importa salientar as seguintes visitas:

- Delegação da Ucrânia, que incluiu representantes dos Ministérios do Interior, da Saúde, de Políticas Sociais, um representante do Ministério da Justiça, da Procuradoria-Geral da República, do Supremo Tribunal de Justiça, do Parlamento e do Serviço Estatal para o controlo das drogas;
- Quadros superiores da Polícia Brasileira;
- Delegação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo;
- Representantes do *National Rehabilitation Centre* de Abu Dhabi;
- Comitiva da Prefeitura de São Paulo;
- Membros do *Legal Committee* do Parlamento Dinamarquês;
- Senadores Californianos e
- Membros do *Dangerous Drugs Board* das Filipinas.

**Ação 117. Promoção da divulgação da participação de Portugal em grupos e trabalho, comités europeus e internacionais assim como em fora/ eventos/ reuniões/ conferências/ outros, europeus e internacionais relacionadas com comportamentos aditivos e dependências**

O SICAD divulga no seu sítio internet no separador “Relações Internacionais” de acordo com o “Modelo de divulgação das atividades de participação e representação internacional” aprovado pela DGS, as atividades de representação internacional em grupos de trabalho, reuniões, conferências e outros eventos europeus e internacionais relacionados com os comportamentos aditivos e as dependências, bem como atividades de cooperação desenvolvidas neste âmbito.

**OE35. Contribuir de forma decisiva para a Gestão Integrada de Fronteiras assente na cooperação entre as entidades competentes de controlo**

**Ação 118. Cooperação plena com organismos comunitários e internacionais, de forma a responder a pedidos de assistência mútua administrativa/policial e da regular troca de informações**

A PJ/UNCTE colaborou ativamente e de forma intensa com a INTERPOL, através do Gabinete Nacional INTERPOL, e com a EUROPOL, através do Gabinete Nacional da Europol, integrado na orgânica da PJ. Assim, no período em análise foram realizadas 476 trocas de informações.

Ainda no âmbito da Europol, foram realizados 25 contributos para os ficheiros de análise ‘COLA’, ‘HEROIN’, ‘SYNERGY’ e ‘CANNABIS’.

No âmbito dos sistemas informáticos existentes, a AT efetua a troca regular de informações com alfândegas congéneres. Em 2014, verificaram-se 9 pedidos concretos no âmbito da assistência mútua administrativa.

**Ação 119. Organização e execução de ações de controlo da fronteira externa comunitária em conjunto com outros EM da UE, quer a nível operacional quer na troca de informações, sob os auspícios quer do Grupo de Cooperação Aduaneira, EUROPOL, OMA, quer de qualquer administração aduaneira**

No ano de 2014 a PJ participou em várias ações policiais de cariz internacional realizadas simultaneamente em vários aeroportos europeus (JADs – Joint Action Days), no âmbito da EUROPOL, AIRPOL, INTERPOL e Grupo POMPIDOU.

Foi ainda realizada uma Operação de controlo da fronteira externa comunitária que decorreu em simultâneo em Portugal e Espanha e contou com a cooperação da Eurojust e o apoio direto da Europol.

**Ação 120. Desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países ao nível do controlo da fronteira externa da UE**

Ao longo do ano de 2014 verifica-se que no âmbito das suas competências a PJ/UNCTE dinamizou os canais de troca de informação, comunicação, e de cooperação interinstitucional, mediante reuniões ao nível nacional e internacional.

A GNR, no âmbito de um protocolo com a *Guardia Civil* espanhola, realizou na área de fronteira, em conjunto com aquela Força de Segurança, 10 ações designadas “controles móveis”.

Em 2014, há que assinalar a participação da AT em 2 operações no âmbito do controlo da fronteira externa da UE.

**Ação 121. Desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com países terceiros ao nível do controlo da fronteira**

Ao longo do ano de 2014 verificou-se que a PJ enquanto elemento integrante do *Maritime Analysis and Operations Centre - Narcotic* (MAOC-N) dinamizou a cooperação com países terceiros, que se traduziu em 41 visitas efetuadas pelo MAOC- N; 23 visitas ao MAOC-N e intercâmbio de 13 trabalhadores.

A AT participou em 3 Programas de Intercâmbio, com visitas de trabalho de Delegações da Bielorrússia, Turquia e Ucrânia. Importa ainda mencionar a troca de informações no âmbito do memorando Antifraude com as Alfândegas da CPLP e o reforço da equipa do *Customs and Border Protection* dos EUA no âmbito do Programa *Container Security Initiative*.

## 5. Qualidade

---

### OG5.5 ASSEGURAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CIDADÃOS E A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS E INTERVENÇÕES

**OE36. Assegurar a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, com base em modelos e referenciais técnicos e científicos validados**

#### **Ação 122. Inventariação e validação de programas de intervenção, nacionais e internacionais, baseados na evidência**

No âmbito da componente 4 do Programa COPOLAD, foi terminada em 2013 a proposta de critérios de referência para a acreditação de programas no âmbito da prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção. Em 2014 foi divulgada a publicação, em espanhol, "*Calidad y Evidência en Reducción de la Demanda de Drogas – Marco de Referencia para la Acreditación de Programas*".

#### **Ação 123. Definição e planeamento e aplicação dos requisitos necessários para proceder à certificação/ acreditação de programas de intervenção em CAD**

Em 2013/2014, com base numa articulação estreita com a DGS, Departamento de Qualidade em Saúde – Programa Nacional de Acreditação em Saúde, foi definida a adequabilidade do Manual de Standards de Unidades de Gestão Clínica – versão 2, às Unidades dos CRI.

#### **Ação 124. Definição dos níveis de competências para uma intervenção qualificada nos CAD**

Sem informação a disponibilizar.

116

#### **Ação 125. Implementação de um conjunto de medidas relativo aos diferentes tipos de intervenção que permita o seu desenvolvimento com base em standards de qualidade, tendo em conta o ciclo de vida e os contextos**

As **Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão (LOID)**, que enquadram o modelo de intervenção em dissuasão, elegem-se como um instrumento metodológico de suporte à intervenção das CDT, na medida em que apoiam e potenciam as competências das suas equipas técnicas, ao mesmo tempo que harmonizam práticas e procedimentos, contribuindo desta forma para uma maior intencionalidade da intervenção em dissuasão, considerando que se pretendem promover mudanças de comportamento na esfera dos indiciados e suas famílias, tendo em vista a redução do consumo de substâncias psicoativas.

Em 2014, dezasseis em dezoito CDT incorporaram o modelo de intervenção em dissuasão na prática diária das suas funções e na abordagem aos indiciados, desenvolvendo dinâmicas de

diagnóstico, motivação e encaminhamento dos consumidores/dependentes de substâncias psicoativas, superando amplamente as metas definidas em Plano de Atividades (8 em 18 CDT).

Cumprindo um dos objetivos delineados no Plano de Atividades 2014 relativo à monitorização, acompanhamento e avaliação do grau de implementação das LOID, foi aplicado um instrumento de avaliação da implementação nas CDT, sobre o cumprimento das metodologias contempladas nas referidas linhas de orientação. Foi desde modo e desde logo possível perceber que a adesão e o grau de implementação eram bastante significativos e responder a necessidades identificadas, designadamente no âmbito da capacitação dos profissionais ao nível do ASSIST, da entrevista motivacional e intervenções breves.

Dando resposta a uma das preocupações identificadas pelas CDT, constituiu-se um grupo de trabalho composto por representantes de comissões com cobertura regional, para proceder à elaboração de um documento orientador, de harmonização dos procedimentos jurídico-administrativos, que estão na base da operacionalização da Lei 30/2000 de 29 de novembro. Fizeram parte deste grupo de trabalho, constituído ainda em 2013, as CDT de Viana do Castelo, Aveiro, Lisboa, Évora e Faro, que abraçaram empenhadamente esta iniciativa, cujo produto final foi disseminado junto de todas as CDT sob a forma de Orientação em junho de 2014.

Esta orientação surge no âmbito das opções estratégicas do SICAD e do objetivo estratégico **promover a qualidade e a eficácia das intervenções**, numa procura constante da melhoria contínua na prestação de um serviço público de qualidade e, neste caso específico, uma efetiva dissuasão dos comportamentos aditivos e dependências, aperfeiçoando e clarificando os contornos legais da descriminalização do consumo.

Dando sentido ao trabalho de harmonização de práticas e procedimentos junto das CDT levado a cabo desde 2013, com a elaboração e disseminação de orientações e procedimentos para o funcionamento e articulação no âmbito da dissuasão, verificou-se na dinâmica de articulação entre o SICAD e estes serviços, que todas as estruturas estavam a cumprir com as orientações emanadas. Esta situação, com a qual nos congratulamos, implicou para algumas CDT um esforço de adaptação e ajustamento de práticas em funcionamento até aqui, privilegiando o todo e a equidade nacional das intervenções.

A aposta na qualidade das intervenções traduziu-se em 2014, na participação em ações de formação para a capacitação dos profissionais, melhorando o conhecimento e aspetos e procedimentos técnicos. No cômputo geral, verificaram-se 86 participações em ações de formação interna que contemplaram áreas de interesse e utilidade prática ao desempenho das suas funções. Estas ações não incluem a participação da formação promovida pelo SICAD, discriminada na parte da formação.

A ARS Centro, I.P. deu início ao desenvolvimento e conceptualização de modelos de intervenção comuns nas respostas de prevenção indicada tendo em consideração o tipo de utentes, os problemas que apresentam nesta consulta e os atuais padrões de consumo de substâncias.

A ARS Norte, I.P. integra um grupo de trabalho com a CDT Porto para: Guia para deixar a cannabis; Gestão das perturbações do uso de cannabis e questões associadas – Guia Clínico; CYT - Programa de Intervenção para Jovens Consumidores+Programa de Intervenção nas famílias de jovens consumidores.

Tendo as intervenções de RRMD continuado a assumir um espaço e relevância específicos no âmbito dos CAD, entendeu o SICAD desenvolver para esta área normas e orientações técnicas, enquanto instrumentos operacionais para os profissionais que intervêm nesta área específica. Neste enquadramento, integrando e dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos por profissionais das ARS, I.P. com experiência e conhecimentos privilegiados face a este objetivo, foi elaborado um **Documento sobre normas e orientações técnicas para intervenções de RRMD no âmbito dos CAD** que, ao centrar-se num dos vetores primordiais da intervenção, ou seja, nas competências pessoais e profissionais, pretende ser um instrumento orientador de práticas para os profissionais das referidas estruturas e programas, assim como para os profissionais de outras estruturas de saúde e de apoio social que intervêm diretamente com as populações-alvo no âmbito da RRMD, complementando o trabalho desenvolvido até ao momento e contribuindo para o reforço de um modelo sólido de intervenção. Finda esta primeira fase, e revelando-se fundamental que, a esta iniciativa, sejam contemplados os contributos baseados na evidência científica e na prática, suportados por um conhecimento dos CAD e das questões específicas relativas à intervenção no âmbito da RRMD, através de outros peritos, nomeadamente de Instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica, perspectiva-se dar continuidade e desenvolver este trabalho no decorrer do próximo ano.

No âmbito da Intervenção em Tratamento, as intervenções em Fisioterapia, que dispõem de inúmeras possibilidades terapêuticas capazes de aprimorar a funcionalidade motora, de auxiliar a reestruturação de aspetos físicos e psíquicos da pessoa e de promover o seu processo de reabilitação, assumem um espaço e relevância específicos no âmbito das respostas ao nível do tratamento dos utentes. Assim sendo, e com base na articulação entre o SICAD, as UIL com experiência e conhecimentos privilegiados face a esta temática, como é o caso da Unidade de Desabilitação Centro das Taipas e o CRI do Algarve, respetivamente na ARS, Lisboa e Vale do Tejo I.P e na ARS Algarve, I.P. que disponibilizam serviços de fisioterapia, e com o aporte de uma docente e investigadora na área da Fisioterapia em Saúde Mental e CAD da Escola Superior de Saúde do Alcoitão da SCML, elaboraram-se as **Linhas Orientadoras para a Intervenção em Fisioterapia no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências**, que procuram disponibilizar um conjunto de orientações técnicas para as intervenções desenvolvidas, reunindo, por um lado, recomendações de boas práticas, sistematizadas a partir da experiência adquirida ao longo do tempo, e por outro, orientações que permitam uma melhoria da sua avaliação, constituindo-se enquanto ferramenta útil para desenvolver e (re)desenhar a intervenção integrada no âmbito dos CAD. Importando a sua divulgação junto dos profissionais das ARS,I.P., nomeadamente das DICAD e das UIL, bem como dos profissionais das unidades privadas de saúde de tratamento no âmbito dos CAD, de instituições universitárias e de associações de fisioterapeutas, procedeu-se ainda à elaboração de um plano de difusão do documento.

Ainda no sentido de contribuir para a intervenção em Tratamento, foi elaborado um **Documento sobre normas e orientações técnicas para as Unidades de Desabilitação**, enquanto instrumento operacional para os profissionais que nelas intervêm, constituindo-se como um conjunto de recomendações adaptadas para o desempenho no âmbito do tratamento dos utentes em Unidade de Intervenção Local. Assim, numa iniciativa que congregou não só o SICAD, mas também as ARS,I.P, foi constituído um grupo de trabalho restrito que, atendendo às especificidades da área de intervenção, integrou os responsáveis das Unidades de Desabilitação do Norte, do Centro, de Lisboa e do Algarve, tendo-se realizado diversas reuniões para discussão, reflexão e aprovação conjunta da estrutura de documento a elaborar e, posteriormente, para reunir os contributos decorrentes da análise e discussão que cada elemento apresentou. Atendendo à génese e especificidade desta área de intervenção,



conclui-se da necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho já desenvolvido no decorrer do próximo ano.

No âmbito da intervenção em contexto laboral, ao abrigo do Protocolo existente entre o SICAD e Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), foi editado e posteriormente divulgado a edição do documento **Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: “Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral**, um material de Informação para Empregadores e Trabalhadores. Este documento de Linhas Orientadoras é genericamente aceite como um ganho no âmbito da intervenção neste contexto específico ao integrar as preocupações e sensibilidades do meio laboral, refletindo um conjunto de sugestões que visam dotar as organizações de um referencial técnico-legal que responde a generalidade das diferentes situações.

Esse material resultou do trabalho de uma Equipa liderada pelo SICAD, com representantes das Confederações Patronais, Confederações Sindicais, Autoridade para as Condições de Trabalho, Direção Geral da Saúde, Sociedade Portuguesa de Medicina no Trabalho, UTITA - Marinha Portuguesa e a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Na sequência da atividade desenvolvida em 2013 por um grupo de trabalho, constituído por profissionais do SICAD e das ARS,I.P., foi concluído o documento **Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências**. Este trabalho contou com a participação da Professora Doutora Helena Neves de Almeida, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que efetuou a sua revisão científica. Este documento, enquanto produto final do grupo de trabalho, vem trazer visibilidade a um conjunto de procedimentos implícitos ao saber fazer dos profissionais da área da reinserção, refletindo as regularidades e os aspetos comuns da intervenção. Vem, ainda, consolidar o trabalho iniciado com a construção do MIR, contribuindo para sistematização da intervenção na área da reinserção de pessoas com CAD.

No âmbito do **IPQ – Comissão Sectorial da Saúde/09**, começaram a ser trabalhados em 2014 duas Recomendações: **Recomendações para a intervenção em Meio Laboral e Recomendações para a Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências**. Foi constituído um Grupo de Trabalho que integra elementos das Ordens dos Psicólogos, Enfermeiros e Médicos, da SPMT, ACT, ERS e DGS, para além de elementos do SICAD.

De referir ainda, sob responsabilidade da DGS - PNIVIH/SIDA a elaboração e publicação da **Orientação sobre Vigilância da Tuberculose nos profissionais de saúde**.

É ainda de destacar neste âmbito que, a UMT participou em dois Programas Externos (Internacionais) de Avaliação da Qualidade, na Detecção de Drogas Ilícitas e Álcool em meios biológicos, coordenados respetivamente pelo *Institut Municipal de Investigación Médica (IMIM)* de Barcelona e pelo Ministério da Justiça Espanhola, requisito obrigatório para demonstração de competência em auditorias externas, no âmbito do programa de gestão da qualidade implementado na UMT de acordo com a norma ISO NP 17025:2005.



# Gestão do Plano

---



## 1. Coordenação

---

**OE37.** Garantir a coordenação das políticas relacionadas com os comportamentos aditivos e dependências (CAD) abrangidos pelo PNRCAD, através do alargamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Nocivo Uso do Álcool ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes

### **Ação 126. Alargamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes**

Foi apresentado na 29ª reunião da Comissão Técnica (23/09/2014) os moldes em que o alargamento da Estrutura de Coordenação deverá ocorrer, tendo sido solicitado aos vários membros desta comissão que se pronunciassem e enviassem contributos, no sentido de se efetivar uma proposta de consenso alargado.

### **Ação 127. Inscrição nos Planos de Atividade das entidades competentes das ações concretas que concorrem para o cumprimento do compromisso assumido em sede do Plano de Ação, com uma referência explícita para as respetivas ações do Plano**

As entidades responsáveis elencadas em sede do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016 (PARCAD) inscrevem de forma diferenciada nos seus Planos de Atividades as ações que concorrem para a realização das ações inscritas no PARCAD.

Nos termos do Despacho n.º 13043/2000, de 27 de junho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional, o PPCDAFA é coordenado por um Grupo Coordenador (GCPCTFA), anteriormente presidido pela Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e atualmente pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), que sucedeu nas atribuições daquela, e integrado por representantes da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Nos Ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), a coordenação do PPCDAFA é assegurada por grupos específicos ao nível dos Ramos, que funcionam de acordo com as orientações que constam de diretivas internas.

Em 2014, o Grupo Coordenador continuou a desenvolver trabalhos conducentes à revisão do PPCDAFA, no sentido da sua atualização, atento ao novo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos (2013-2020), com o intuito de nele incluir ações destinadas ao combate e prevenção das "novas" tipologias de dependências, bem como o seu alargamento a outras etapas do ciclo de vida, como é o caso do jovens dos Estabelecimentos Militares de Ensino e também aos trabalhadores civis e militarizados das Forças Armadas, no domínio da prevenção primária.

**Ação 128. Execução do Plano de Ação através da reformulação do formato e composição das Subcomissões, otimizando a sua eficácia**

Foi aprovada na 30ª reunião da Comissão Técnica a reformulação das Subcomissões, cuja plena efetivação, porém depende da aprovação e publicação da proposta a que se refere a ação 126. O Coordenador Nacional foi mandatado para apresentar a proposta de alteração do regulamento interno desta Comissão, com as alterações que podem ser introduzidas desde já.

## 2. Orçamento

---

**OE 38:** Garantir a adequada orçamentação dos organismos da Administração Central nas áreas do PNRCAD e respetivos Planos de Ação, incluindo a coparticipação em programas relevantes da EU

**Ação 129. Identificação das verbas oriundas do OGE atribuídas às entidades competentes para as atividades relacionadas com o PNRCAD e respetivos Planos de Ação**

Em 2014 a Subcomissão Despesas Públicas fez o levantamento das verbas inscritas em OE que podem ser diretamente relacionadas com ações inscritas em sede do Plano de Ação relativamente a 2013.

**Ação 130. Identificação e sinalização de oportunidades de fundos comunitários ou outros fundos disponíveis, de origem nacional ou internacional para o desenvolvimento de atividades inscritas no PNRCAD e respetivos Planos de Ação**

No âmbito desta ação foram identificadas verbas oriundas dos orçamentos da UE aplicadas na implementação da Ação Conjunta RAHRA, contrato REITOX e Programa COPOLAD e ERANID.

Foram igualmente identificadas verbas oriundas de contribuições voluntárias no âmbito da Rede MedNET do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, que permitiram a participação de Portugal nas atividades da Rede, designadamente em matéria de partilha e transferência de conhecimentos.

**Ação 131. Levantamento das práticas existentes na UE em matéria de atribuição de verbas por contrapartida das concessões de jogo**

## 3. Avaliação

---

**OE39: Realizar a avaliação interna e externa do PNRCAD 2013-2020**

**Ação 132. Implementação do modelo de acompanhamento anual e monitorização contínua do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências. 2013-2016**

O levantamento pelas Subcomissões da implementação em 2013 e 2014 das ações inscritas no PA 2013-2016 foi consensualizado em reunião da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação realizada em 6 de maio de 2014.



## Lista de siglas e abreviaturas

AA	• Alcoólicos Anónimos
ACES	• Agrupamentos de Centros de Saúde
ACT	• Autoridade para as Condições do Trabalho
AMN	• Autoridade Marítima Nacional
ANEBE	• Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas
ANF	• Associação Nacional de Farmácias
ANSR	• Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
ARS, I.P.	• Administração Regional de Saúde, I.P.
ASAE	• Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASSIST	• <i>The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test</i>
AT	• Autoridade Tributária e Aduaneira
BIDA	• Biblioteca Ibero-Americana sobre Drogas e Dependências
CAAP	• Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial
CAD	• Comportamentos Aditivos e Dependências
CAPTS	• Comissão de Acompanhamento do Programa Troca de Seringas
CDT	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CED	• Centros de Educação e Desenvolvimento
CEF	• Cursos de Educação e Formação
CND	• <i>Commission on Narcotics Drugs</i>
CNPDPCCJ	• Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COPATD	• Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência
COPOLAD	• Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra droga
CPCJ	• Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CPL, I.P.	• Casa Pia de Lisboa, I.P.
CPLP	• Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRI	• Centro de Respostas Integradas
CSP	• Cuidados de Saúde Primários
CT	• Comunidade Terapêutica
DDN	• Dia da Defesa Nacional
DGE	• Direção-Geral da Educação
DGPRM	• Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGRSP	• Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DGS	• Direção Geral da Saúde
DICAD	• Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
DPIP	• Drug Prevention and Information Program
EDDRA	• <i>Exchange on Drug Demand Reduction Action</i>
ERANID	• <i>European Research Area Network on Illicit Drugs</i>
ESPAD	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
ESSM	• Escola do Serviço de Saúde Militar
ET	• Equipa de Tratamento
ETEP	• Equipa Técnica Especializada de Prevenção
EUA	• Estados Unidos da América
EURÍDICE	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
EUROJUST	• <i>European Union's Judicial Cooperation Unit</i>
EUROPOL	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
FA	• <i>Forças Armadas</i>
FNAS	• Fórum Nacional Álcool e Saúde
GAJE	• Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolveres
GCPCTFA	• Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo
GHD	• Grupo Horizontal Drogas
GNR	• Guarda Nacional Republicana
GRA	• Gabinete de Recuperação de Ativos
HFAR	• <i>Hospital das Forças Armadas</i>
HIV	• <i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IDT, I.P.	• Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.
IEFP, I.P.	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
INFARMED, I. P.	• Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P.
INMLCF, I.P.	• Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.
INTERPOL	• <i>International Criminal Police Organization</i>
IPDJ, I.P.	• Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
ISS, I.P.	• Instituto de Segurança Social, I. P.
LOID	• Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão
LPC/PJ	• Laboratório da Polícia Científica/Polícia Judiciária
LTDQ	• Laboratório de Toxicologia e Defesa química
MAOC-N	• <i>Maritime Analysis and Operations Centre - Narcotic</i>
MDN	• Ministério da Defesa Nacional
MIR	• Modelo de Intervenção em Reinserção
MNE	• Ministério dos Negócios Estrangeiros
MRO	• Medical Review Officer
NA	• Narcóticos Anónimos
NAC	• Núcleos de Apoio ao Comando

NACJR	• Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
NSP	• Novas Substâncias Psicoativas
OCDE	• Organização para a Cooperação e o desenvolvimento Económico
OEDT	• Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OIT	• Organização Internacional do Trabalho
OMA	• Organização Mundial das Alfândegas
OMS	• Organização Mundial da Saúde
ONG	• Organização Não Governamental
PAPES	• Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde
PES	• Promoção e Educação para a Saúde
PES	• Programa Escola Segura
PIEF	• Projetos Integrados de Educação Formação
PJ	• Polícia Judiciária
PLA	• Problemas ligados ao álcool
PM	• Polícia Marítima
PNRCAD	• Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências
PORI	• Plano Operacional de Respostas Integradas
PPCDAFA	• Programa Para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas
PRI	• Programa de Respostas Integradas
PSP	• Polícia de Segurança Pública
PTS	• Programa Troca de Seringas
PVE	• Programa Vida-Emprego
RARHA	• <i>Reducing Alcohol Related Harm</i>
REITOX	• Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências
REPER	• Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RES	• Referencial de Educação para a Saúde
RRMD	• Redução de Riscos e Minimização de Danos
SCML	• Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SEF	• Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SI	• substâncias ilícitas
SICAD	• Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIDA	• Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIM	• Sistema de Informação Multidisciplinar
SIPAFS	• <i>Sistema Integrado dos Programas de Apoio Financeiro em Saúde</i>
SPMS, E.P.E	• Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E
SRIJ	• Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos
TEIP	• Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TP, I.P.	• Turismo de Portugal, I.P.
UCAT	• Unidade de Coordenação Antiterrorismo
UCC	• Unidade de Controlo Costeiro

UCIC	• Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta
UE	• União Europeia
UIF	• Unidade de Informação Financeira
UIL	• Unidades de Intervenção Local
UMT	• Unidade Militar de Toxicologia
UNCTE	• Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes / PJ
UNGASS	• United Nations General Assembly on the World Drug Problem
UNL	• Universidade Nova de Lisboa
UNODC	• <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
UTITA	• Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VIH	• Vírus de Imunodeficiência Humana

## Índice de quadros

---

<b>Quadro 1</b> - Resultados da implementação das 5 medidas de ação, nos anos de 2013 e 2014 ....	22
<b>Quadro 2</b> - Síntese das áreas da Toxicodependência, Alcoolismo, VIH e Sida (2014).....	24
<b>Quadro 3</b> - Distribuição dos membros do FNAS em função da sua tipologia .....	53
<b>Quadro 4</b> - Distribuição de projetos por contexto de intervenção.....	55
<b>Quadro 5</b> - Seringas recolhidas/distribuídas em Portugal nas estruturas participantes no PTS de janeiro a dezembro de 2014.....	56
<b>Quadro 6</b> - Seringas distribuídas/trocadas em Portugal nas estruturas participantes no PTS em 2013 e 2014.....	57
<b>Quadro 7</b> - Distribuição de preservativos masculinos e femininos em 2014, por tipo de organismo .....	57
<b>Quadro 8</b> - Proibições de acesso a salas de jogos.....	77
<b>Quadro 9</b> - Intervenção no âmbito do jogo ilícito.....	78
<b>Quadro 10</b> - Cursos COPATD/2014.....	95

## Índice de figuras

<b>Figura 1</b> - Estrutura do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 .....	16
<b>Figura 2</b> - Evolução da frequência de abordagem da Prevenção dos comportamentos aditivos e dependências ao longo de 6 anos de PES .....	20
<b>Figura 3</b> - Distribuição dos temas abordados no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências por níveis de educação/ensino .....	20
<b>Figura 4</b> - Projetos em funcionamento, por região (N=7) .....	39
<b>Figura 5</b> - Nº de projetos em funcionamento, por tipo de intervenção (N=77) .....	39
<b>Figura 6</b> - Total de indivíduos abrangidos, por eixo de intervenção (N = 48.882) .....	40
<b>Figura 7</b> - Total de indivíduos abrangidos (N = 21.143) .....	40
<b>Figura 8</b> - Total de pessoas contactadas (N = 7.915) .....	40
<b>Figura 9</b> - Tipo de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N = 14) .....	41
<b>Figura 10</b> - Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação (N = 21.143) .....	41
<b>Figura 11</b> - Nº de Projetos por região (N=38) .....	42
<b>Figura 12</b> - Tipo de Respostas em RRMD desenvolvidas por região (N=90) .....	42
<b>Figura 13</b> - Total de indivíduos abrangidos por projetos de RRMD, por região (N=24.244) .....	43
<b>Figura 14</b> - Nº de Utentes (N=1.044) .....	43
<b>Figura 15</b> - Consultas (N=6.587) .....	44
<b>Figura 16</b> - Programas de Tratamento com Agonista Opiáceos – Médias Diárias de Utentes .....	44
<b>Figura 17</b> - Projetos de reinserção em execução em 2014, por região (N=21) .....	45
<b>Figura 18</b> - População-alvo abrangida pelos projetos em 2014 (N=2.457) .....	45
<b>Figura 19</b> - Tipos de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N= 21 projetos) .....	45
<b>Figura 20</b> - Pessoas abrangidas por ação, por tipo de grupo-alvo .....	46
<b>Figura 21</b> - Quem telefona .....	50
<b>Figura 22</b> - Género de quem telefona .....	51
<b>Figura 23</b> - Idade de quem telefona .....	51
<b>Figura 24</b> - Tipo de pedido .....	51
<b>Figura 25</b> - Tipo de Assunto .....	52
<b>Figura 26</b> - Quem faz o pedido .....	52
<b>Figura 27</b> - Tipo de pedido .....	52
<b>Figura 28</b> - Tema .....	53



